



# BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## SUPLEMENTO

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

Anexo

### AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

### SUMÁRIO

Assembleia da República

**Resolução n.º 13/2015:**

Aprova o Programa de Actividades da Assembleia da República para o ano de 2015.

**Resolução n.º 14/2015:**

Aprova o Orçamento da Assembleia da República para o ano de 2015.

**Resolução n.º 15/2015:**

Aprova o Plano Económico e Social para 2015.

### ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Resolução n.º 13/2015**

de 30 de Abril

Ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19, da Lei n.º 13/2013, de 12 de Agosto, que aprova a Orgânica da Assembleia da República, a Assembleia da República determina:

Artigo 1. É aprovado o Programa de Actividades da Assembleia da República para o ano de 2015, em anexo, que faz parte integrante da presente Resolução.

Art. 2. A presente Resolução produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 23 de Abril de 2015.

Publique-se.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

### Programa de Actividades da Assembleia da República para o Ano de 2015

#### I. Introdução

O Programa de Actividades da Assembleia da República para o ano de 2015 constitui o terceiro documento de implementação do Plano Estratégico da Assembleia da República (2013 – 2022) e primeiro da presente VIII Legislatura.

Assim, o Programa da Assembleia da República para 2015 contempla as actividades que se enumeram nos objectivos específicos previstos no presente Programa.

#### II. Eixos Estratégicos e Objectivos Gerais.

O Programa de Actividades da Assembleia da República para o ano de 2015 está estruturado de acordo com os seguintes eixos estratégicos:

- a) **Representação dos Cidadãos;**
- b) **Produção legislativa;**
- c) **Fiscalização da Actividade do Governo;**
- d) **Desenvolvimento Institucional;**
- e) **Relacionamento Interinstitucional e Cooperação Internacional.**

Constituem Objectivos Gerais do Programa de Actividades da Assembleia da República para o ano 2015 os seguintes:

1. Reforçar o papel dos Deputados como legítimos representantes do cidadão no quadro da consolidação do Estado Democrático de Direito.
2. Consolidar a posição institucional da Assembleia da República como o mais alto órgão legislativo do País.
3. Reforçar a função da Assembleia da República de fiscalizadora da actividade do Governo.
4. Garantir o desenvolvimento institucional da Assembleia da República.
5. Reforçar o relacionamento interinstitucional e cooperação internacional.

#### III. Objectivos Específicos, Resultados e Actividades:

Os objectivos específicos, resultados e actividades, por eixos estratégicos, são os seguintes:

##### a) Representação dos Cidadãos.

##### 1. Reforçar a ligação dos deputados aos seus Círculos Eleitorais, ao cidadão e à Sociedade em Geral.

**Resultado** – Pretende-se com este objectivo específico ver incrementada a participação do Deputado nas actividades de interacção entre a Assembleia da República e a sociedade.

Assim, são programadas as seguintes actividades:

1. Avaliação do impacto e eficácia das leis no seio da sociedade;
2. Continuação do aprimoramento dos mecanismos e meios de comunicação próprios;
3. Consolidação da actividade de portas abertas ao parlamento;
4. Criação do Museu Parlamentar.

## 2. Melhorar o desempenho dos deputados através da maximização do uso das tecnologias de informação e comunicação.

**Resultado** – Pretende-se com este objectivo específico que as tecnologias de informação e comunicação sejam utilizadas para potenciar o Deputado na sua interacção com o Cidadão.

Assim, são programadas as seguintes actividades:

1. Elaboração do programa de capacitação dos deputados da VIII Legislatura na utilização das tecnologias de informação e comunicação para melhorar o seu desempenho;
2. Instalação de um sistema de controlo de tempo das intervenções na sala do plenário;
3. Potenciamento do centro electrónico de recursos bibliográficos e documentais da Assembleia da República.

### b) Produção Legislativa

## 3. Consolidar a posição institucional da Assembleia da República no quadro constitucional democrático.

**Resultado 3.1** – Pretende-se com este objectivo que seja desenvolvida a prática de funcionamento na base de um programa anual com objectivos definidos.

Assim, são programadas as seguintes actividades:

1. Elaboração de planos anuais de produção legislativa com o envolvimento dos órgãos com iniciativa de lei;
2. Levantamento da legislação desactualizada.

**Resultado 3.2** – Pretende-se, também, com este objectivo específico, que seja incrementado o desempenho da Assembleia da República.

Assim, são programadas as seguintes actividades:

1. Promoção da contínua produtividade do Plenário;
2. Criação de espaço de trabalho para os Membros da Comissão Permanente da Assembleia da República;
3. Criação de serviços de *internet* ao nível das Bancadas Parlamentares;
4. Criação de espaços de trabalho e de *internet* para deputados e Comissões de Trabalho da Assembleia da República, bem como para interacção com a sociedade civil no Círculo Eleitoral.

## 4. Elevar a capacidade do Deputado com vista a melhorar a produção legislativa.

**Resultado** – Pretende-se com este objectivo específico que sejam definidas acções atinentes a melhoria do desempenho da Assembleia da República.

Assim, é programada a seguinte actividade:

1. Elaboração de programas específicos de formação, com enfoque para as seguintes matérias:
  - i.* Técnicas de produção legislativa;
  - ii.* Análise de políticas públicas;
  - iii.* Mecanismos de monitoria do Executivo;
  - iv.* Análise do Orçamento e da Conta Geral do Estado;
  - v.* Formação dos Presidentes e Relatores das Comissões de Trabalho em matéria de Liderança.

### c) Fiscalização da Actividade do Governo

## 5. Elevar a qualidade de monitoria da acção do Executivo pela Assembleia da República.

**Resultado** – Pretende-se com este objectivo específico que seja definido o sistema de monitoria e avaliação.

Assim, é programada a seguinte actividade:

- Consolidação da metodologia de fiscalização da acção do executivo pela Assembleia da República.

### d) Desenvolvimento Institucional

## 6. Reforçar as acções de capacitação e divulgação sobre o papel e estatuto do Deputado.

**Resultado 6.1** – Pretende-se com este objectivo específico que sejam elevados os conhecimentos dos deputados sobre suas funções e estatuto.

Assim, é programada a seguinte actividade:

- Promoção de seminários de integração do Deputado.

**Resultado 6.2** – Pretende-se com este objectivo, que seja adoptada uma estratégia de comunicação e imagem.

Assim, são programadas as seguintes actividades:

1. Capacitação dos profissionais da Comunicação Social.
2. Desenvolvimento de parcerias com os órgãos de Comunicação Social para a divulgação da actividade do Parlamento.
3. Promoção e aperfeiçoamento dos mecanismos e meios de comunicação próprios.
4. Incremento na realização de mesas redondas, entrevistas e reportagens que retratem a actividade do Deputado.
5. Incremento na promoção de debates públicos e consultas à sociedade civil.

## 7. Promover cultura de tolerância e debate construtivo no seio dos deputados.

**Resultado** – Pretende-se com este objectivo específico que seja concebido e implementado o Código de Ética e Deontologia Parlamentar.

Assim, é programada a seguinte actividade:

- Elaboração do Código de Ética e Deontologia Parlamentar.

## 8. Desenvolvimento de recursos humanos da Assembleia da República.

**Resultado** – Pretende-se com este objectivo específico que seja elaborado o plano de desenvolvimento de recursos humanos da Assembleia da República.

Assim, são programadas as seguintes actividades:

1. Elaboração do Plano de Profissionalização do Funcionário Parlamentar;
2. Elaboração do Plano de Formação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos;
3. Elaboração do Regulamento Orgânico do Centro de Estudos e Formação Parlamentar;
4. Afectação de meios humanos e materiais ao Centro de Estudos e Formação Parlamentar;
5. Reforço da capacidade de planificação, monitoria e avaliação dos serviços da Assembleia da República.

## 9. Elaborar e rever as normas e procedimentos de organização e funcionamento dos serviços da Assembleia da República.

**Resultado** – Pretende-se com este objectivo específico que sejam elaborados e revistos os documentos legais necessários ao funcionamento da instituição.

Assim, são programadas as seguintes actividades:

1. Implementação dos Programas Âncora do Plano Estratégico da Assembleia da República (2013/2022), designadamente:
  - i.* Infra-estruturas da Assembleia da República e Equipamentos.

- ii. Documentação Parlamentar.
- iii. Formação.
- iv. Produção Legislativa.
- v. Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC.
- vi. Comunicação e Imagem.

2. Elaboração e aprovação dos seguintes documentos:
  - i. Quadro de Pessoal da Assembleia da República e respectivos qualificadores.
  - ii. Tabela indiciária e remuneratória específica da Assembleia da República.
  - iii. Estatuto do Funcionário Parlamentar.
  - iv. Regulamento do Secretariado Geral da Assembleia da República.
  - v. Código de Conduta do Funcionário e Agente Parlamentar.
  - vi. Procedimentos de Circulação de Informação.

### **10. Reforçar os meios para o funcionamento da Assembleia da República.**

**Resultado 10.1** - Pretende-se com este objectivo específico que sejam criadas condições infra-estruturais e materiais para o funcionamento da Assembleia da República.

Assim, são programadas as seguintes actividades:

1. Reforço das actividades inerentes à construção da Cidadela Parlamentar através da realização das seguintes acções preliminares:
  - i. Diligenciar junto do Governo para que o projecto da Cidadela Parlamentar seja considerado como prioritário em matéria de financiamento.
  - ii. Efectuar a manutenção das infra-estruturas existentes no terreno da Cidadela.
2. Aprovação do projecto e do cronograma de construção da Residência Oficial do Presidente da Assembleia da República;
3. Conservação e manutenção das residências protocolares;
4. Dotação ao Parlamento de meios informáticos para a melhoria das condições de trabalho dos deputados e funcionários;
5. Reforço dos meios de produção gráfica e modernização dos equipamentos audiovisuais do Parlamento;
6. Afectação de meios de transporte à Assembleia da República;
7. Elaboração de estudo visando o alcance da autonomia de gestão financeira da Assembleia da República;
8. Reforço da capacidade de gestão administrativa e financeira.

**Resultado 10.2** – Pretende-se com o presente objectivo específico, que sejam criadas condições para o funcionamento das Delegações Provinciais do Secretariado Geral da Assembleia da República.

Assim, são programadas as seguintes actividades:

1. Construção, reabilitação ou ampliação das instalações das Delegações do Secretariado Geral da Assembleia da República.
2. Apetrechamento e afectação às Delegações Provinciais do Secretariado Geral da Assembleia da República com mobiliário, meios informáticos e de transporte para a melhoria das condições do seu trabalho.
3. Criação nas Delegações Provinciais do Secretariado Geral da Assembleia da República de um espaço de *internet* para o Deputado.
4. Criação e instalação da Delegação Provincial do Secretariado Geral da Assembleia da República na Cidade de Maputo.

### **11. Aumentar a capacidade de controlo do desempenho Interno.**

**Resultado** – Pretende-se com este objectivo que sejam aperfeiçoados os mecanismos de controlo da Gestão Administrativa e Financeira.

Assim, são programadas as seguintes actividades:

1. Consolidação da capacidade de controlo interno no Secretariado Geral da Assembleia da República.
2. Consolidação da acção do Auditor da Assembleia da República.

### **e) Relacionamento interinstitucional e cooperação Internacional.**

### **12. Consolidar os mecanismos de relacionamento Interinstitucional.**

**Resultado** – Pretende-se com o presente objectivo específico que sejam consolidadas as relações interinstitucionais.

Assim, são programadas as seguintes actividades:

1. Aprimoramento do relacionamento entre a Assembleia da República e os outros poderes do Estado.
2. Definição de formas de relacionamento entre a Assembleia da República e as Assembleias Provinciais.

### **13. Orientar a cooperação para a consolidação da diplomacia parlamentar e o desenvolvimento institucional.**

**Resultado 13.1** – Pretende-se com este objectivo específico que seja promovido o desenvolvimento institucional através da cooperação Interparlamentar.

Assim, são programadas as seguintes actividades:

1. Desenvolvimento de esforços com vista a alargar e consolidar a cooperação com os parceiros de cooperação;
2. Garantia da candidatura de Moçambique à Presidência do Parlamento Pan-Africano – PPA.

**Resultado 13.2** – Pretende-se ainda, com o presente objectivo, que seja promovida a cooperação interparlamentar.

Assim, são programadas as seguintes actividades:

1. Reforço da estratégia de cooperação com os Parlamentos da Região da África Austral, do Continente e do Mundo.
2. Participação dos Grupos Nacionais e órgãos da Assembleia da República nas actividades de cooperação interparlamentar.

**Resultado 13.3** – Pretende-se com este objectivo específico, que seja desenvolvida a cooperação multilateral.

Assim, estão programadas as seguintes actividades:

1. Adopção de mecanismos de prestação de contas pelos Grupos Nacionais no Plenário da Assembleia da República;
2. Promoção da participação da Assembleia da República no Processo de Integração Regional da SADC;
3. Sistematização das principais deliberações e recomendações contidas nos relatórios dos Grupos Nacionais e Delegações da Assembleia da República em missões no exterior, para conhecimento e seguimento;
4. Fortalecimento da cooperação do Secretariado Geral da Assembleia da República com os órgãos congéneres de outros Parlamentos.

### **IV. Operacionalização e Monitoria do Programa**

Para a operacionalização do presente Programa, o Conselho de Administração, com base nas informações e propostas das Comissões de Trabalho, dos Gabinetes Parlamentares e do Secretariado Geral da Assembleia da República, aprova um Plano de Acção contendo os seguintes elementos:

- Resultados a alcançar para cada objectivo específico;

- Acções a realizar por objectivo específico;
- Actividades a realizar para se atingir cada resultado;
- Indicadores de monitoria;
- Entidade responsável pela execução de cada actividade;
- Prazo de execução.

Na elaboração dos Planos Anuais de Acção (PAA), os órgãos da Assembleia da República e o Secretariado Geral deverão ter em conta a necessidade de eliminação dos constrangimentos identificados aquando da análise institucional no âmbito do Plano Estratégico da Assembleia da República e da disponibilidade de fundos inscritos no Orçamento do Estado e nos projectos de financiamento externo.

A monitoria da execução do Programa de Actividades e do respectivo Plano de Acção será trimestralmente feita pelo Conselho de Administração, cabendo à Comissão Permanente da Assembleia da República, semestralmente, aferir o grau de execução do Programa e do Plano de Acção.

Maputo, 23 de Abril de 2015.

### Resolução n.º 14/2015

de 30 de Abril

Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 19, da Lei n.º 13/2013, de 12 de Agosto, que define e regula a Orgânica da Assembleia da República, a Assembleia da República determina:

Artigo 1. É aprovado o Orçamento da Assembleia da República para o ano de 2015, no montante global de 1.286.717.186,29Mts (um bilhão, duzentos e oitenta e seis milhões, setecentos e dezassete mil, cento e oitenta e seis meticais e vinte e nove centavos), sendo 1.227.787.774,20Mts (um bilhão, duzentos e vinte sete milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e setenta e quatro meticais e vinte centavos) do financiamento interno do Orçamento do Estado e 58.929.412,09Mts (cinquenta oito milhões, novecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e doze meticais e nove centavos) do financiamento externo, constante na tabela em anexo, que faz parte integrante da presente Resolução.

Art. 2 – 1. O Orçamento de Funcionamento da Assembleia da República é de 1.057.819.094,20Mts (um bilhão, cinquenta e sete milhões, oitocentos e dezanove mil, noventa e quatro meticais e vinte centavos), assim distribuído:

- a) Salários e Remunerações ..... 126.096.424,20MT
- b) Outras Despesas Com o Pessoal ..... 694.845.810,00MT
- c) Bens e Serviços ..... 200.919.380,00MT
- d) Transferências Correntes ..... 35.957.480,00MT

2. É fixado em 228.898.092,09Mts (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e noventa e oito mil, noventa e dois meticais e nove centavos) Orçamento de Investimento, dos quais 169.968.680,00Mts (cento e sessenta e nove milhões, novecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta meticais) da componente interna do Orçamento do Estado e 58.929.412,09Mts (cinquenta e oito milhões, novecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e doze meticais e nove centavos) do financiamento externo.

Art. 3 – 1. É fixado o valor de 104.810.000,00Mts (cento e quatro milhões, oitocentos e dez mil meticais) para as Comissões de Trabalho, Conselho de Administração, Grupos Nacionais e Gabinetes Parlamentares.

2. As Comissões de Trabalho, Conselho de Administração, Grupos Nacionais e Gabinetes Parlamentares devem acompanhar a execução do valor que lhes for atribuído, através de balancetes trimestrais a serem elaborados pela Divisão de Finanças do Secretariado Geral da Assembleia da República.

Art. 4. O prazo para a apresentação do Relatório de Execução Trimestral do Orçamento da Assembleia da República é fixado até 30 dias após o fim do respectivo trimestre.

Art. 5. Todos os ajustamentos salariais e outros que incluam os demais órgãos de soberania abrangem a Assembleia da República.

Art. 6. A presente Resolução produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 23 de Abril de 2015.

Publique-se.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

### Secretariado Geral

#### Tabela de Despesa 2015

Código	Código Designação	Valores
111100	Pessoal Civil	123,136,651.80
111008	Remunerações Extraordinárias	2,959,772.40
ARP	Despesas com Admissões	0.00
ARP	Despesas Mudança de Carreira	0.00
ARP	Despesas com Promoções	0.00
ARP	Despesas com Progressões	0.00
<i>Subtotal</i>		<i>126,096,424.20</i>
112100	Pessoal Civil	323,334,120.00
112101	Ajudas de custo dentro do Pais do SGAR	11,000,000.00
112102	Ajudas de custo fora do Pais do SGAR	12,000,000.00
112105	Representação para pessoal Civil	3,229,990.00
112106	Subsidio de combustível e manutenção de viatura para pessoal	400,000.00
112109	Subsidio de telefone celular para pessoal Civil	150,000.00
ARP01-00-ARP-2012-OF01	Ajudas de custo dentro do Pais Comissões, Grupos Nacionais	24,600,000.00
ARP01-00-ARP-2012-OF02	Ajudas de custo fora do Pais Comissões, Grupos Nacionais	22,500,000.00
ARP01-00-ARP-2009-OF02	Subsidio de Círculo Eleitoral	58,968,380.00
ARP01-00-ARP-2009-OF03	Senha de presença	75,993,100.00
ARP01-00-ARP-2009-OF04	Subsidio de renda de casa, empregado e agua e luz	69,070,220.00
ARP01-00-ARP-2010-OF01	Subsidio de Alimentação para funcionários	8,100,000.00
ARP	Subsidio de Instalação	77,500,000.00
112199	Senha de presença das Comissões de Trabalho	8,000,000.00
<i>Subtotal</i>		<i>694,845,810.00</i>
121000	<b>Bens</b>	32,000,000.00
112100	Combustíveis e Lubrificantes	18,000,000.00
122000	<b>Serviços</b>	83,419,380.00
122001	Comunicações	14,000,000.00
ARP01-00-ARP-2012-OF01	Comissões de Trabalho	47,000,000.00
ARP	Actividades Sócio-Culturais	2,000,000.00
ARP	Estágios on Job	2,000,000.00
ARP	Conselho Coordenador	2,500,000.00
<i>Subtotal</i>		<i>200,919,380.00</i>
143406	Subsidio de Funeral	500,000.00
	O u t r a s ( D e s p e s a s médicas+Compromissos c/clínica	15,957,480.00
	Organismos Internacionais Sectoriais	19,500,000.00
<i>Subtotal</i>		<i>35,957,480.00</i>

<b>Subtotal funcionamento</b>		<b>1,057,819,094.20</b>
	Investimento	
	Apetrechamento das Instalações da Assembleia da Republica	10,000,000.00
	Apetrechamento das Delegações do SGAR	6,000,000.00
	Construção da DPSGAR ( Niassa)	5,000,000.00
	Manutenção de Edifícios da Assembleia da Republica	20,000,000.00
	Reabilitação e apetrechamento das Residências Protocolares	10,000,000.00
	Cidadela Parlamentar	10,000,000.00
	Aquisição de equipamento informático	10,826,325.00
	Capacitação Institucional	8,000,000.00
	Construção da Residencia do Presidente da Ass. Republica	90,142,355.00
<b>Subtotal Investimento</b>		<b>169,968,680.00</b>
<b>Total OE</b>		<b>1,227,787,774.20</b>
ARP-O1-00-ARP-0004	Componente Externa	58,929,412.09
<b>Total OE e Comp. Externa</b>		<b>1,286,717,186.29</b>

## Resolução n.º 15/2015

de 30 de Abril

Tendo apreciado o Plano Económico e Social para 2015 e ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 179 da Constituição, a Assembleia da República determina:

Artigo 1. É aprovado o Plano Económico e Social para 2015.

Art. 2. Na implementação do Plano Económico e Social para 2015, o Governo deve tomar em consideração as recomendações constantes dos pareceres emitidos pelas Comissões de Trabalho.

Art. 3. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação e produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 28 de Abril de 2015.

Publique-se.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

### Sumário Executivo

i. O presente documento, **Plano Económico e Social para 2015 (PES 2015)**, constitui o instrumento de programação e de gestão da actividade económica e social que irá orientar a acção governativa em 2015, primeiro ano da implementação do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019.

ii. A proposta do Plano foi elaborada tendo como base o desempenho económico observado 2013, visto que o ano de 2014 foi influenciado pela expansão da despesa pública resultante do aumento das receitas extraordinárias provenientes das mais-valias da exploração dos recursos naturais, e orienta-se pela priorização da afectação de recursos preconizada no Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2015-2017, e pelo Programa Integrado de Investimentos 2014-2017, estando sujeito aos Contextos Internacional e Nacional.

iii. O **Contexto Internacional** é caracterizado pela manutenção do **crescimento da economia** mundial (3.5%), sendo de destacar o fortalecimento das economias Norte-Americana e Canadiana, o crescimento ligeiro das economias da Zona

Euro, a desaceleração da economia Chinesa e a manutenção do crescimento das economias Indiana e Sul-Africana, facto que abre boas perspectivas para as exportações nacionais de produtos tradicionais, lingotes de alumínio e energia, e coloca um desafio a expansão das exportações nacionais dos produtos tradicionais e das areias pesadas para os mercados da Zona Euro.

iv. A **inflação mundial** apresenta sinais de ligeiro aumento (0.1%), influenciada pela aumento ligeiro da inflação nos países desenvolvidos, na Zona Euro, e África Subsahariana, em contraste com tendências de redução nas economias emergentes, incluindo na África do Sul, e manutenção de baixa inflação (menos de um dígito) em toda a região da SADC, o que irá reduzir os riscos de contágio e aceleração da inflação em Moçambique, decorrente da importação de bens, sobretudo, dos alimentos frescos a partir da República da África, e cereais das economias asiáticas.

v. A tendência de queda acentuada dos **preços das principais mercadorias** no mercado internacional com destaque para os principais produtos primários, designadamente, o petróleo, gás natural, carvão mineral e alimentos, poderá influenciar negativamente o valor global das exportações nacionais. No entanto, a baixa do preço de petróleo no mercado internacional poderá contrabalançar o aumento dos preços dos cereais, e contribuir para a revisão da actual política dos combustíveis, no sentido de permitir o desarmamento selectivo dos subsídios aos combustíveis, e reinvestimento das respectivas poupanças em outros sectores de actividade.

vi. No **Contexto Nacional**, o Governo considera como factores condicionantes para o alcance dos objectivos e metas do Plano Económico e Social para 2015, a manutenção da paz e da estabilidade política, a consolidação da harmonia e coesão social, sobretudo dentro da classe trabalhadora, bem como a rápida normalização da vida e retoma da actividade económica e social nas zonas afectadas pelas cheias nas regiões Centro e Norte do País.

vii. Para minimizar os riscos resultantes dos factores adversos ao nível doméstico, para 2015, o Governo primará pela manutenção do diálogo com todas as forças políticas. No entanto, o funcionamento pleno da Assembleia da República e da Assembleias Provinciais deverá merecer a atenção de toda a sociedade Moçambicana, visto ser o elemento indispensável para a preservação da paz e da estabilidade política no País.

viii. O Governo apostará na consolidação da concertação social e do diálogo estruturado com as associações económicas, sindicatos dos trabalhadores visando elevar a consciência da massa laboral sobre o valor ao trabalho e do emprego, bases materiais necessárias para a geração da riqueza e instrumentos chaves para construção da harmonia e da coesão social entre os Moçambicanos.

ix. Outrossim, o Governo envidará esforços para garantir a recuperação rápida dos efeitos adversos das calamidades naturais que assolaram as regiões Centro e Norte do País, tendo em vista assegurar a rápida normalização da vida e a retoma da actividade económica e social nas áreas afectadas.

x. À luz dos pressupostos atrás referidos, para 2015, os esforços do Governo estarão orientados para a geração da riqueza em todos os sectores de actividade, através da focalização da acção governativa para o aumento da produção, produtividade e competitividade em todos os sectores, com ênfase para a agricultura; no desenvolvimento humano e social; na promoção do emprego e da empregabilidade; na revitalização e dinamização da indústria transformadora; no investimento na construção de infra-estruturas económicas e sociais estruturantes e na expansão do acesso aos serviços básicos de saúde, educação, água, saneamento, energia, da administração pública e da justiça.

xi. Assim, para 2015, o Plano Económico Social estabelece como principais objectivos macro-económicos os seguintes:

- Alcançar um **Crescimento Económico de 7,5%** medido pelo Produto Interno Bruto, a ser influenciado pelo desempenho positivo esperado nos diferentes sectores,

nomeadamente, Agricultura (5,9%), Electricidade e Gás (13,3%), Construção (11,7%), Comércio (9,3%), Indústria Extractiva (5,0%), Transportes (9,1%), Alojamento e Restauração (8,7%), Saúde (8,4), Pescas (8,1%), Educação (6,4%), Sector Financeiro (14,3%), Actividades de Informação e Comunicações (5,9%).

- Conter a taxa de inflação média anual em cerca de 5,1%;
- Atingir o valor de USD 5.987 milhões, em exportações de bens;
- Constituir Reservas Internacionais Líquidas no valor de USD 2.491 milhões, o suficiente para cobrir 4,5 meses de importações de bens e serviços não factoriais.

xii. No âmbito da Consolidação da Unidade Nacional, Paz e Soberania, o Governo irá assegurar a celebração dos 40 anos da Independência Nacional e de outras datas históricas, a educação patriótica, a realização dos Festivais Provinciais dos Jogos Tradicionais, o recenseamento militar de 170.000 jovens e a participação das FADM nas reuniões conjuntas com os Países vizinhos.

xiii. No que tange ao Desenvolvimento Humano e Social, o Governo irá expandir o acesso aos serviços sociais básicos sendo de destacar o seguinte:

- Na área de **Saúde**, haverá aumento da cobertura de novos utentes de métodos de contracepção moderna de 27%, em 2014 para 29%, em 2015; aumento da taxa de cobertura de crianças completamente vacinadas de 81%, em 2014 para 87,5% em 2015; colocação de 2.429 técnicos de saúde, dos quais 226 médicos;
- Na área de **Educação**, serão matriculados 6,5 milhões de alunos no Ensino Geral e 35 mil alunos no Ensino Técnico-Profissional, contratados 8.500 novos professores para todos os subsistemas de ensino. Com estas medidas, no Ensino Primário a taxa líquida de escolarização situar-se-á em 82%, e o rácio aluno/professor será de 61. Serão abertas 272 novas escolas primárias para lecionar o Ensino Primário de 1º Grau (EP1) e 21 escolas do Ensino Secundário Geral do 1.º Ciclo (ESG1), e introduzido o Ensino Primário do 2.º Grau (EP2) em 952 escolas primárias e o Ensino Secundário do 2.º (ESG2) em 7 escolas do ESG1.
- No **Abastecimento de água**, serão efectuadas 47 mil novas ligações domiciliárias nas áreas urbanas, e abertas 1.210 fontes de água nas zonas rurais, o que aumentará aos níveis de acesso a água para 66% em todo o território nacional;
- Na área de **Energia**, serão electrificadas 10 sedes distritais, 20 Postos Administrativos e vilas fronteiriças, permitindo o acesso a energia para 44.600 novos consumidores, e a elevação da taxa de acesso a energia para 47% em todo o País.

xiv. No âmbito da Promoção do Emprego e Melhoria da Produtividade e Competitividade prevê-se o seguinte:

- Na área do **Emprego**, serão criados 296.713 postos de trabalho destacando 50.370 empregos através de iniciativas do sector público; 13 419 admissões directas na função pública; 192.446 pelo sector privado e 40.118 para o emprego no exterior; bem como a formação profissional de 120.000 pessoas, destacando 30.000 pelos Centros de Formação Públicos e 81.000 pelos centros do sector privado;
- No sector **Agrário** serão assistidos 630.100 produtores pela rede de extensão agrária, produzidas e distribuídas vacinas para a sanidade animal, libertadas 10 novas variedades de sementes e produzidas sementes adaptadas às diferentes regiões agro-ecológicas;

- Na área da **Indústria e Comércio** serão assistidas 160 Pequenas e Médias Empresas no âmbito da promoção das ligações com as grandes empresas e 150 empreendedores, associações, micro e pequenas empresas em agro-processamento e comercialização agrícola;
- Na área dos **Transportes e Comunicações** serão distribuídos 93 novos autocarros para o transporte público urbano e expandidos os serviços de telecomunicações para 21 localidades e continuada com a reabilitação da linha férrea Cuamba-Lichinga;
- Nas **Pescas** serão motorizadas 48 embarcações, construídos 694 tanques piscícolas e povoados 1.704 tanques com alevinos;
- Na **Indústria extractiva** serão emitidos 100 títulos mineiros no âmbito da criação de oportunidades de negócios para os cidadãos nacionais.

xv. No âmbito do **Desenvolvimento de Infra-estruturas** o esforço do Governo será direccionado para o seguinte:

- Construção de 1.027 salas de aula para o Ensino Primário (835 salas) e Secundário (192), nas províncias de Niassa (68), Cabo Delgado (134), Nampula (139), Zambézia (228), Tete (83), Manica (37), Sofala (87), Inhambane (97), Gaza (87), Maputo Província (55) e Cidade de Maputo (12).
- Construção de 13 unidades sanitárias sendo: Niassa (1), Cado Delgado (3), Zambézia (1 Hospital Central e 2 Hospitais Distritais), Manica (1 Hospital Distrital), Gaza (2 Hospitais Distritais), Nampula (1 Hospital Distrital), Tete (1 Hospital Distrital) e Inhambane (1 Hospital Distrital);
- Reabilitação, construção/asfaltagem de **736 Km** de estradas nacionais e regionais, manutenção de rotina de **20 mil km** e manutenção periódica de **270 km** de estradas nacionais e regionais e manutenção de **1200 km** de estradas distritais e municipais;
- Construção de **28 pontes** sendo: 2 em Niassa, 1 em Cabo Delgado, 11 na Zambézia, 1 em Tete, 5 em Manica, 4 em Sofala 1 em Maputo;
- Construção de **sistemas de drenagem** na Cidade de Maputo (bairros de Maxaquene e Polana Caniço) e reabilitação de drenagem do Rio Chiveve, drenagem da Cidade da Beira, e das águas pluviais e residuais no bairro da Macurungo;
- Prosseguir a construção das Barragens de Moamba Major e Gorongosa, reabilitação das barragens de Massingir e Macarretane e realização de obras de manutenção da barragem dos Pequenos Libombos e de Corumana;
- Construção de 2 Tribunais Superiores de Recurso na Cidade de Maputo e em Sofala;
- Construção de 2 Palácios de Justiça em Nampula e Manica (Guro).

xvi. No âmbito da Gestão Sustentável e Transparente dos Recursos Naturais e do Ambiente, destaque vai para a regularização de parcelas de terra por ocupantes de boa-fé abrangendo 500 mil famílias, controlo de resíduos de drogas veterinárias e contaminantes ambientais, fiscalização da actividade pesqueira na costa moçambicana e na Zona Económica Exclusiva, reassentamento da população afectada pelas cheias e capacitação de 2.634 membros dos Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades;

xvii. No âmbito da **Consolidação do Estado de Direito Democrático, Boa Governação e Descentralização**, o Governo priorizará a capacitação de cerca de 2,108 dirigentes locais do Estado e funcionários públicos, bem como a formação de 4, 743 funcionários e agente de Estado.

xviii. No âmbito da Promoção de um Ambiente Macroeconómico e Sustentável, o Governo assegurará a expansão da arrecadação da receita interna para cobrir 75% do Orçamento do Estado, a arrecadação de receitas que garantam a sustentabilidade do sistema de previdência social para os funcionários e Agentes do Estado e captação de mais empresas para o mercado bolcista e secundário.

xix. No que tange ao Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique, haverá injeção líquida de de USD 4.833 milhões, justificado pela expansão dos projectos de exploração de recursos naturais com destaque para a construção de infra-estruturas de logística;

xx. No quadro do **Reforço da Cooperação internacional** serão abertas representações diplomáticas nas regiões com maior interesse estratégico, e reafirmadas as fronteiras marítimas ente Moçambique, Comores, Madagáscar, África do Sul, e Tanzânia bem como as fronteiras terrestres ente Moçambique, Zimbábwe, Malawi, Tanzania e Zâmbia.

## Glossário

AMC	Adaptação às Mudanças Climáticas
ATM	Caixa de Pagamento Automático
BAU	Balcão de Atendimento Único
CCL	Conselhos Consultivos Locais
CCP's	Conselhos Comunitários de Pesca
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTTDH	Centro de Transferências de Tecnologias para o Desenvolvimento Humano
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
EUA	Estados Unidos da América
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
GPJ	Gabinete do Provedor de justiça
GRC	Gestão do Risco de Calamidades
HLLN	História da Luta de Libertação Nacional
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPI	Instituto de Propriedade Industrial
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
MTPA	Milhões de Toneladas por Ano
MEF	Ministério da Economia e Finanças
OCI	Órgão de Controlo Interno
OE	Orçamento do Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
PCR's	Poupança e Créditos Rotativos
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PLA's	Planos Locais de Adaptação
PME's	Pequenas e Médias Empresas
POS	Pontos de Venda
PQG	Programa Quinquenal do Governo
REN	Rede Eléctrica Nacional
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SISFLOT	Sistema de Informação de Gestão de Florestas e Fauna Bravia
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação
UA	União Africana
VMS	Vessel Monitoring System/Sistema de Monitorização de Embarcações de Pesca
ZEE	Zona Económica Exclusiva

## I. Nota Introdutória

1. O presente documento, “**Proposta do Plano Económico e Social para 2015**” (PES 2015), constitui o instrumento de programação e de gestão da actividade económica e social que irá orientar a acção governativa em 2015, primeiro ano da implementação do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019.

2. O PES 2015 foi elaborado tendo em conta que 2015 é um ano atípico ao nível nacional devido os seguintes factores: *i*) a entrada em funcionamento do novo Parlamento, das Assembleias Provinciais, do novo Governo central, dos Governos Provinciais, o que altera o calendário normal do ciclo de planificação; *ii*) o início tardio da execução do Orçamento do Estado (OE) para a componente da despesa de investimento, como consequência da necessidade da aprovação das propostas do PES e do OE para 2015, pela Assembleia da República, na sua Oitava Legislatura.

3. Com o presente do Plano, o Governo inicia em 2015, a materialização do objectivo central do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019 de “*melhorar as condições de vida do Povo Moçambicano, aumentando o emprego, a produtividade e a competitividade, criando riqueza e gerando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, num ambiente de paz, segurança, harmonia, solidariedade, justiça e coesão entre os Moçambicanos*”.

4. Para o efeito, para 2015, o Governo se propõe a implementar acções e opções de política viradas para a promoção do desenvolvimento humano alicerçadas pela consolidação da afectação de recursos para o investimento público em infra-estruturas sociais e económicas prioritárias e estruturantes como vectores centrais para a transformação estrutural da economia, e desta forma, cimentar as bases para o aumento da produção, produtividade e competitividades nos diversos sectores de actividades, gerar mais empregos e aumentar a renda dos Moçambicanos.

5. A elaboração do Plano tem como base *i*) o desempenho económico observado em 2013, visto que o ano de 2014 foi influenciado pela expansão da despesa pública resultante do aumento das receitas extraordinárias provenientes das mais-valias da exploração dos recursos naturais; e orienta-se pela *ii*) priorização da afectação de recursos preconizada no Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2015-2017, e *iii*) implementação efectiva do Programa Integrado de Investimentos 2014-2017, para o desenvolvimento de infra-estruturas estruturantes.

6. O Plano Económico e Social para 2015 contém cinco (5) capítulos: o primeiro capítulo apresenta a Nota Introdutória; o segundo capítulo debruça-se sobre o Contexto Internacional, o terceiro capítulo retrata o Contexto Nacional; o quarto explicita aos Objectivos do PES 2015, e o quinto capítulo arrola, no formato de matriz, as Principais Acções e Medidas de Política a realizar, em 2015, em cada Prioridade, Pilar de Suporte e Objectivo Estratégico do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019.

7. No *Contexto Internacional* o documento apresenta a evolução da economia mundial, dando primazia às previsões do desempenho, em 2015, nos indicadores que poderão influenciar a implementação da política económica e social no País.

8. No *Contexto Nacional* o Plano apresenta as premissas que servirão de base para o alcance dos objectivos e metas do desempenho económico e social estabelecido para as diversas áreas de intervenção do Governo.

9. O capítulo dos *Objectivos do Plano Económico e Social* de 2015 apresenta o compromisso do Governo para 2015, expondo as metas previstas nos principais indicadores económicos e sociais, nomeadamente, *(i)* Crescimento económico, *(ii)* Inflação, *(iii)* Exportações, *(iv)* Reservas Internacionais Líquidas, *(v)* Provisão de bens públicos *(vi)* Prestação de serviços sociais básicos e *(vii)* Finanças públicas.

10. No capítulo das *Principais Medidas e Acções de Política* por Prioridade do Programa *Quinquenal*, o Plano arrola, no formato de matriz, as intervenções a realizar em 2015, para o

alcance de cada Objectivo Estratégico do Programa Quinquenal 2015-2019. Todas as acções programadas para 2015, serão monitoradas através do indicador do produto, a respectiva meta física, a localização geográfica da acção, o universo de beneficiários, incluindo a sua desagregação por sexo, sempre que seja aplicável.

## II. Contexto Internacional

### Economia Mundial

11. Para 2015, a economia Moçambicana irá operar dentro de um contexto macroeconómico mundial ainda influenciado pela crise financeira internacional e da dívida soberana, que apesar de tendências de recuperação, os seus efeitos ainda persistem nas principais economias do mundo.

12. As projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI) prevêm em alta, as perspectivas para a actividade económica mundial, que passará de um crescimento de 3.3%, em 2014, para 3.5%, no ano de 2015, justificada em parte pela aceleração do crescimento da economia americana (3.6%) e retoma ainda que lenta, do crescimento na Zona Euro (1.2%) e da África Sub-Sahariana (4.9%). A economia Chinesa irá desacelerar em 0.6% para 6.8%, enquanto a Índia manterá um crescimento na ordem de 6.3% (Quadro 1).

### Quadro 1. Perspectivas de Crescimento do Produto Interno Bruto

Variação Percentual				
	2012	2013	2014	Projecções 2015
<b>Economia Mundial</b>	3,4	3,3	3,3	3,5
<b>Economia desenvolvidas</b>	1,2	1,4	1,8	2,4
Estados Unidos da América	2,3	2,2	2,4	3,6
<b>Zona Euro</b>	-0,7	-0,4	0,8	1,2
Alemanha	0,8	0,5	1,5	1,3
Itália	-2,3	-1,8	-0,4	0,4
Espanha	-1,7	-1,2	1,4	2,0
Japão	1,5	1,5	0,1	0,6
Reino Unido	0,2	1,7	2,6	2,7
Canada	1,7	2,0	2,4	2,3
<b>Outras Economias Avançadas</b>	2,0	2,3	2,8	3,0
<b>Economias Emergentes e em desenvolvimento</b>	5,1	4,7	4,4	4,3
África Sub-sahariana	4,4	5,1	4,8	4,9
África do Sul	2,5	1,9	1,4	2,1
<b>Novas Economias Asiáticas Industrializadas</b>	6,7	6,6	6,4	6,7
<b>Ásia em desenvolvimento</b>	6,2	5,2	6,5	6,4
China	7,7	7,7	7,4	6,8
Índia	4,7	5,0	5,8	6,3

Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, Janeiro de 2015

13. O crescimento da economia Americana é justificado pela aceleração da procura interna devido a preços mais baixos do petróleo, depreciação do Dólar, ajuste fiscal moderado e uma orientação da política monetária acomodatória; na Zona Euro o crescimento é induzido pelos preços mais baixos do petróleo, políticas monetária e fiscal menos restritivas, bem como a recente depreciação do Euro, enquanto na África Subsahariana, o crescimento da economia deriva do aumento da procura doméstica face aos investimentos em infra-estruturas suportadas pelo investimento directo estrangeiro e pela exploração e exportação de recursos naturais não renováveis.

14. As previsões da expansão da economia mundial abrem boas perspectivas para as exportações nacionais de produtos tradicionais para os mercados dos Estados Unidos, dos lingotes de alumínio para o mercado Canadiano, da energia eléctrica para a África do Sul e do carvão mineral para a Índia, ao mesmo tempo que poderão influenciar negativamente o volume de exportações nacionais dos produtos tradicionais e das areias pesadas para os mercados da Zona Euro.

15. O quadro 2 mostra as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países da África Subsahariana que fazem parte do bloco regional da SADC, no período compreendido entre 2012 a 2015.

### Quadro. Taxas de Crescimento do PIB nos Países da SADC (%)

	2011	2012	2013	2014	Projecções 2015
Angola	3,9	5,2	6,8	3,9	5,9
Botswana	6,2	4,3	5,9	4,4	4,2
Lesotho	4,3	6,0	5,7	4,3	4,7
Madagascar	1,5	2,5	2,4	3,0	4,0
Malawi	4,3	1,9	5,2	5,7	6,0
Maurícias	3,9	3,2	3,2	3,3	3,9
Moçambique	7,3	7,2	7,4	7,5	7,5
Namibia	5,7	5,0	4,3	4,3	4,5
África do Sul	3,6	2,5	1,9	1,4	2,3
Tanzania	6,4	6,9	7,0	7,2	7,0
Zâmbia	6,4	6,8	6,7	6,5	7,2
Zimbábwé	11,9	10,6	3,3	3,1	3,2

Fonte: IMF, *WEO de Outubro 2014*

16. Perspectiva-se para 2015 que os países da SADC cresçam em média de 5,1%, um incremento de 0,5pp relativamente as previsões para 2014. O crescimento na zona da SADC advém do aumento do investimento privado, que manterá a trajectória ascendente do nível de emprego induzido pelo incremento do investimento público no desenvolvimento de infraestruturas económicas e sociais.

17. Antevê-se que a maior economia da região da SADC, a economia Sul-Africana, cresça em 2,3%, uma aceleração em 0,9pp relativamente a projecção actual para 2014, impulsionada pela forte demanda externa.

### Inflação Mundial

18. Para 2015, a inflação mundial apresenta sinais de ligeiro aumento (0.1%) para 3.9% em relação a 2014 (3.8%), influenciada pelo aumento ligeiro da inflação nos países desenvolvidos, na Zona Euro, a acompanhar a retoma do crescimento económico, em contraste com tendências de redução da inflação nas economias emergentes, a acompanhar a actual tendência de manutenção dos níveis de crescimento das respectivas economias. Na África Sub-Sahariana a inflação irá aumentar ligeiramente (0.3%), enquanto na região da SADC, a inflação continuará baixa a um dígito, com destaque para a economia Sul-africana cuja inflação reduzirá para 5.8% (Quadro 3).

### Quadro 3. Projecção da Inflação Mundial (%)

	2012	2013	2014	Projecções 2015
Mundo	4,2	3,9	3,8	3,9
Economias Avançadas	2,0	1,4	1,7	1,9
Zona Euro	2,5	1,3	0,5	1,0
Zona Europeia	2,6	1,5	0,7	1,1
Economias emergentes e em Desenvolvimento	6,1	5,9	5,7	5,4
África Sub-Sahariana	9,3	6,6	6,7	7,0
África do Sul	5,7	5,8	6,3	5,8
Moçambique	2,1	4,2	2,6	5,1

Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, Janeiro de 2015

19. A tendência de estabilização da inflação ao global e regional é benéfica para o nosso País, pois, irá reduzir os riscos de contágio e aceleração da inflação doméstica, decorrente da importação de bens, sobretudo, dos alimentos frescos a partir da República da África do Sul, e dos cereais a partir dos mercados asiáticos.

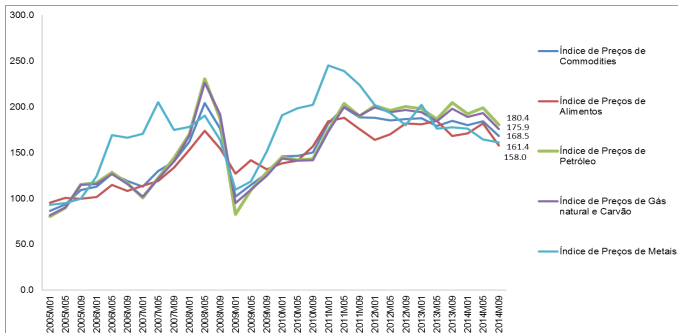
### Evolução do Mercado de Produtos Primários

20. Para 2015, perspectiva-se a continuação da queda dos preços dos produtos primários, com destaque para o petróleo, gás natural, carvão mineral, metais e um aumento do preço de cereais, com excepção da soja.

21. O índice de preços do petróleo está projectado em baixa, passando de cerca de USD 102,8/barril, em 2014 para USD 56,7 em 2015, devido a fraca procura em algumas grandes economias e nas economias emergentes quanto a queda do preço do gás

natural e do carvão deriva do excesso da oferta. Nos produtos alimentares, perspectiva-se um aumento do preço do arroz, trigo, milho e café e redução dos preços da soja e farelo de soja (Gráfico 1).

**Gráfico 1. Índice de preços dos produtos primários (2005=100)**



Fonte: IMF (WEO, Janeiro de 2015)

22. A tendência de queda acentuada dos preços das principais mercadorias no mercado internacional principalmente, do gás natural e carvão mineral poderá influenciar negativamente o valor global das exportações nacionais, enquanto o agravamento dos preços de cereais (trigo e arroz) poderá agravar o peso das importações na balança comercial bem como pressionar as Reservas Internacionais Líquidas.

23. No entanto, a baixa do preço de petróleo no mercado internacional abre boas perspectivas para economia moçambicana pois irá reduzir a pressão sobre as Reservas Internacionais Líquidas, em contraposição com o peso das importações de cereais, e gerar poupanças para o Estado, o que poderá contribuir para a revisão da actual política dos combustíveis, no sentido de permitir o desarmamento selectivo dos subsídios aos combustíveis, e reinvestimento das respectivas poupanças em outros sectores de actividade.

### III. Contexto Nacional

24. Para 2015, o Governo considera como premissas para o sucesso da implementação do Plano Económico e Social a prevalência de um ambiente favorável à actividade económica e social, nomeadamente, i) a manutenção da paz e da estabilidade política e social, ii) a franca recuperação da economia e do tecido social dos impactos das calamidades naturais, iii) a estabilidade macroeconómica.

25. Com efeito, a assinatura, a 5 de Setembro de 2014, do Acordo de Cessação de Hostilidades Militares e o retorno à paz efectiva em todo o território nacional abriu boas perspectivas para a actividade económica ao ter eliminado as restrições à livre circulação de pessoas e bens, e devolveu segurança e confiança dos investidores para a materialização plena dos diversos projectos de investimentos em curso ou em carteira. Nesta perspectiva, os esforços em curso visando a consolidação da Paz, através do diálogo aberto, franco e objectivo entre o Governo e as diversas forças vivas da sociedade Moçambicana, são uma indicação clara da preocupação e compromisso do Governo de garantir que a Paz seja efectiva e duradoura, e sirva de motor para a manutenção da actual dinâmica da actividade económica e social no País.

26. A entrada em funcionamento do Parlamento na sua Oitava Legislatura e das Assembleias Provinciais constituem um marco importante para a consolidação do Estado de Direito Democrático mediante o engajamento das forças políticas representadas nesses órgãos, na orientação e fiscalização da acção governativa ao nível central, provincial e local. Neste contexto, e dada a sua natureza multipartidária e inclusiva, o pleno funcionamento da Assembleia

da República e das Assembleias Provinciais servirá de base indispensável para a manutenção e consolidação da estabilidade política, bem como sinal político determinante para a criação de um ambiente favorável para a atracção do investimento e para a aceleração e dinamização da actividade económica e social ao nível nacional e local.

27. A manutenção do diálogo estruturado entre o Governo e Parceiros Sociais, quer no âmbito da Comissão Consultiva de Trabalho, quer através da Confederação das Associações Económicas, e com os funcionários públicos, contribuirá para o aumento da consciência sobre o valor do trabalho, e ao mesmo tempo, construir para maior harmonia e coesão no seio da massa laboral, o que resultará no maior empenho dos trabalhadores e consequente aumento dos níveis de produção e produtividade, em cada sector de actividade.

28. A economia Moçambicana continua vulnerável aos choques naturais. A título ilustrativo, a actividade económica e social nos princípios de 2015, foi negativamente influenciada pelos impactos das calamidades que em Janeiro de 2015 afectaram as regiões Centro e Norte do País, com maior impacto sobre as províncias do Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia. Os sectores da agricultura, transportes, energia e comércio, foram os mais afectados, a par do tecido humano e das infra-estruturas de educação e de saúde.

29. Dentre os impactos directos, em 2015, as calamidades naturais afectaram 188 mil pessoas, destruíram 10.000 casas, 7 unidades sanitárias e 2.000 salas de aula afectando pelo menos 150 mil alunos. Na área de infra-estruturas económicas, houve paralisação por cerca de 30 dias, da circulação de pessoas e bens entre o Sul-Centro-Norte, devido ao corte da Estrada Nacional N°1, em Mocuba na Zambézia; e interrupção no fornecimento de energia eléctrica às regiões Centro e Norte do País devido à queda de 10 torres de transporte de energia de Alta Tensão na linha de 220 KV. No sector agrário, as cheias afectaram 110,602 hectares, dos quais 72,965 hectares de culturas diversas ficaram perdidos, o correspondente a 1.6% da área total semeada, comprometendo a produção e rendimento de cerca de 85 mil famílias.

30. A pronta resposta do Governo na reposição de emergência, da transitabilidade rodoviária e do fornecimento de energia, bem como a alocação às famílias afectadas, de insumos agrícolas para a segunda época agrícola, a par da assistência humanitária providenciada pelo Governo, a solidariedade nacional e Parceiros de desenvolvimento, contribuíram para a rápida recuperação da vida das populações vítimas, o controlo da inflação, assim como a retoma da actividade económica e social nas regiões afectadas, o que cria condições para a manutenção da estabilidade macroeconómica que o País vem registando nos últimos anos.

31. Neste sentido, para o bom desempenho económico e social em 2015, o Governo considera a manutenção da paz e da estabilidade política através do diálogo contínuo, construtivo e frutuoso entre os Moçambicanos, a consolidação da harmonia e coesão social através do diálogo estruturado com os diversos Parceiros sociais, e a gestão prudente do processo de recuperação pós-calamidades na região Centro e Norte do País, como os factores indispensáveis para o alcance dos objectivos e metas plasmados no Plano Económico e Social para 2015.

### V. Principais Objectivos do Plano Económico e Social

32. O Plano Económico e Social para 2015 operacionaliza, no seu primeiro ano de implementação, os objectivos da política económica e social do Governo definida no Programa Quinquenal do Governo 2015-2019.

33. Neste contexto, as acções e metas do PES para 2015 contribuem para o alcance progressivo dos objectivos de cada uma das cinco (5) Prioridades do Programa Quinquenal do Governo, nomeadamente: (i) Consolidar a Unidade Nacional,

Paz e Soberania; (ii) Desenvolver o Capital Humano e Social; (iii) Promover o Emprego e Melhorar a Produtividade e Competitividade; (iv) Desenvolver Infra-estruturas Económicas e Sociais; (v) Gestão Sustentável e Transparente dos Recursos Naturais e do Ambiente; bem como dos três (3) Pilares de suporte designadamente, (i) Consolidar o Estado de Direito Democrático, Boa Governação e Descentralização, (ii) Promover o Ambiente Macroeconómico Equilibrado e Sustentável e (iii) Reforçar a Cooperação Internacional.

34. No quadro da implementação da política económica e social, para 2015 os esforços do Governo estarão orientados para a geração de riqueza em todos os sectores de actividade. Em termos de acção, o Governo focalizara maior atenção para (i) o aumento da produção, produtividade e competitividade em todos os sectores, com ênfase para a agricultura, (ii) no desenvolvimento humano e social, (iii) na promoção do emprego e da empregabilidade (iv) na revitalização e dinamização da indústria transformadora, (iii) no investimento na construção de infra-estruturas económicas e sociais prioritárias e estruturantes e (iv) na expansão do acesso aos serviços básicos de saúde, educação, água, saneamento, energia, administração pública e da justiça.

35. O Plano Económico e Social para 2015 define como principais objectivos da acção do Governo os seguintes:

- Alcançar um crescimento económico de 7,5% do Produto Interno Bruto;
- Conter a taxa de inflação média anual em cerca de 5,1%;
- Attingir o valor de USD 4, 188 milhões, em exportações de bens;
- Constituir Reservas Internacionais Líquidas no valor de USD 2, 491 milhões, o correspondente a 4,5 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais;
- Criar oportunidades de emprego através da melhoria contínua do ambiente de negócios que favoreça a atracção do investimento privado, a par do fortalecimento do empresariado nacional;
- Melhorar a gestão do ambiente e aumentar a transparência na utilização dos recursos naturais como base importante para o desenvolvimento nacional;
- Melhorar a oferta e qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água e saneamento, energia, protecção social, administração pública e justiça;
- Construir e expandir a rede de infra-estruturas económicas prioritárias e estruturantes para o suporte à actividade produtiva, dando prioridade às áreas geográficas de elevado potencial ou aquelas com investimentos em curso no sector agrário, pesqueiro, industrial e turístico;
- Construir e expandir a rede de infra-estruturas sociais de educação, saúde, abastecimento de água, saneamento, energia, administração pública, justiça e formação profissional, dando prioridade às áreas geográficas de elevada demanda;
- Consolidar a Administração Pública Central, Local e Autárquica de modo a tornar o Estado cada vez mais próximo e ao serviço do cidadão;
- Expandir o acesso à justiça tornando-a mais célere e próxima dos cidadãos, incluindo os cidadãos economicamente carenciados; e
- Reforçar a cooperação internacional orientada para a cooperação estratégica no âmbito económico e para a defesa dos interesses nacionais no contexto internacional.

36. O Quadro 4 apresenta a projecção dos principais indicadores macro-económicos

**Quadro 4. Projecção dos Principais Indicadores Macroeconómicos para 2015**

	2013 Real	2014		2015 Plano
		Plano	Previsão	
PIB Nominal (Milhões de MT)	470,472	534 998	526,495	595,649
Taxa de Crescimento Real (%)	7,4	8,0	7,5	7,5
PIB Per Capita (MT/Pessoa)	19,309	21 400	21,025	23,151
PIB Per Capita (USD/Pessoa)	646	680	703	774
Taxa de Inflação média anual (%)	4,2	5,6	2,6	5,1
RIL (Meses de Cobertura de importação)	4,8	3,7	4,4	4,5
Exportações (Milhões de USD)	4.123	4,774	4,123	4, 188
População (Milhões de Hab)	24.366	25.042	25.042	25.728

Fonte: INE, Projecções do Quadro Macro-MPD-MF-BM, 2015

Fonte: INE, Projecções do Quadro Macro-MEF -BM, 2015

#### 4.1. Crescimento Económico

37. A estimativa do crescimento económico, medido pelo Produto Interno Bruto, para 2015, assume como princípio metodológico, (i) a mudança do ano base de 2003 para 2009 efectuada pelo Instituto Nacional de Estatística para o apuramento das Contas Nacionais, tendo como base os resultados do último Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF 2008/9) e (ii) a actualização da Classificação de Bens e Serviços (CNBS Rev. 2), segundo a nova Classificação Internacional das Actividades Económicas (CAE Rev. 2).

38. Em 2015, espera-se que a economia moçambicana cresça em 7,5% influenciado pelo desempenho positivo esperado nos diferentes sectores, nomeadamente, Agricultura (5,9%), Electricidade e Gás (13,3%), Construção (11,7%), Comércio (9,3%), Indústria Extractiva (5,0%), Transportes (9,1%), Alojamento e Restauração (8,7%), Saúde (8,4), Pescas (8,1%), Educação (6,4%), Sector Financeiro (14,3%), Actividades de Informação e Comunicações (5,9%).

39. O **Quadro 5** apresenta a projecção do crescimento da actividade económica por sector de actividade.

**Quadro 5. Projecção do Produto Interno Bruto para 2015**

PIB na óptica de Produção - em (%)	Real 2013	Previsão 2014	PL 2015
1. Agricultura, Produção animal e Floresta	3,5	6,5	5,9
2. Pescas	4,0	3,5	8,1
2. Indústria Extractiva	13,8	4,9	5,0
3. Indústria Transformadora	2,6	4,7	4,9
4. Electricidade e Gás	5,5	9,7	13,3
5. Captação, Tratamento e Distribuição de água	5,6	5,0	5,0
6. Construção	10,0	8,9	11,7
7. Comércio a grosso e a retalho	9,6	8,9	9,3
8. Transporte	11,6	9,8	9,1
9. Alojamento, restauração e similares	8,4	7,6	8,7
10. Actividades de Informação e comunicação	6,6	5,7	5,9
11. Actividades financeiras e seguro	32,2	21,8	14,3
12. Administração pública, defesa e segurança social	7,8	8,9	8,9
13. Educação	5,3	6,2	6,4
14. Actividade de saúde humana e de acção social	7,5	7,5	8,4
15. Outros Serviços	4,8	4,2	4,3
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO</b>	<b>7,4</b>	<b>7,5</b>	<b>7,5</b>

Fonte: Dados Sectoriais, INE e MEF, 2015

#### 4.1.1. Agricultura, Produção Animal, Florestas

40. As estimativas indicam que o Produto Interno Bruto do sector agrário irá crescer em 5,9%, o que representa uma ligeira desaceleração em 0,6% em relação a previsão de 6,5% referente

a 2014, como resultado da perda de 72,965 hectares de culturas diversas, correspondente a 1,6% da área total semeada, devido as cheias de Janeiro de 2015, nas regiões Centro e Norte do País.

41. Em termos de volume de produção, para a campanha agrícola 2014-15, prevê-se que a produção de **cereais** atinja 2,7 milhões de toneladas, representando um crescimento de 5,7% (**Quadro 6**). São igualmente previstos, 748,5 mil toneladas de **Leguminosas** representando um crescimento de 4,32%; para as **raízes e tubérculos** está previsto a produção de 10,8 milhões de toneladas, representando um crescimento de 14,58%; e para as hortícolas, prevê-se a produção de 1,8 milhões de toneladas representando um crescimento de 37,4%.

42. Nos **Cereais**, o destaque vai para a produção de cerca de 1,97 milhões de toneladas de **Milho** e 410 mil toneladas de **Arroz**. Estes níveis de produção serão garantidos pelo aumento das áreas de produção, o uso da tracção animal, mecanização agrícola, uso de semente melhorada e o uso de fertilizantes e pesticidas, em combinação com as boas práticas de tecnologias disseminadas que no seu conjunto, contribuirão para o incremento da produção e da produtividade agrícola.

43. Especificamente para a cultura do **Arroz**, destaca-se o estabelecimento em Búzi, Sofala, da linha de crédito de produção de arroz no âmbito do Programa de Irrigação (PROIRRI), a conclusão e entrada em funcionamento do regadio de Move com uma área total de 90 hectares. No regadio do Baixo Limpopo, na Província de Gaza, está prevista a continuação da construção e manutenção das infra-estruturas de irrigação e drenagem, a difusão aos produtores, de técnicas melhoradas de produção de arroz pelo Projecto Wanbao e o estabelecimento de um centro de treinamento intensivo sobre tecnologia chinesa de produção de arroz no distrito de Xai-Xai, envolvendo agricultores do sector familiar com áreas iguais ou superiores 1 hectare.

44. Em relação às hortícolas, estima-se que a produção atinja cerca de 236 mil toneladas de **Batata-Reno** representando um crescimento de 10%. A produção de **Tomate** será de 360 mil toneladas representando um crescimento de 20 % e a produção de **Cebola** será de 126 mil toneladas, representando um crescimento de 26%. Nas **Outras Hortícolas** espera-se atingir cerca de 1,3 milhões de toneladas, representando um crescimento de 44%.

**Quadro 6. Previsão da produção nas principais culturas alimentares**

Cultura	Real 2013		Real 2014		Plano 2015		Taxas de Crescimento (%)	
	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton)	Área (ha)	Produção (ton)	TC		
						Área (ha)	TC	
	10 <sup>3</sup>							
Milho	1.647	1.689	1.858	1.757	1.970	4	6.0	
Mapira	188	336	235	342	240	2	2.1	
Mexoeira	27	64	33	65	33	2	2.0	
Arroz	341	319	383	336	410	5	7.0	
Trigo*	20	19	21	19	21		1.4	
Cereais	2.223	2.427	2.529	2.519	2.674	4	5.7	
Feijões	328	800	440	822	460	3	4.5	
Amendoim	199	504	277	515	289	2	4.0	
Leguminosas	527	1.304	717	1.337	749	3	4.3	
Mandioca	7.150	835	7.929	856	9.200	3	16.0	
Bata Doce	1.469	165	1.567	175	1.680	6	7.2	
Raízes e Tubérculos	8.619	1.000	9.496	1.031	10.880	3	14.6	
Cebola	91	6.0	100	8.0	126	33	26.0	
Tomate	300	14	300	17	360	21	20.0	
Outras Hortícolas	850	100	900	140	1.300	40	44.4	
Hortícolas	1.241	120	1.300	165	1.786	38	37.4	

Fonte: Dados Sectoriais, MASA 2015

45. Nas **Culturas de Rendimento**, para a campanha 2015 espera-se uma produção de cerca de 80 mil toneladas de **Castanha de Cajú**, contra 63 mil toneladas previstas para 2014 (**Quadro 7**).

A acompanhar este crescimento espera-se igualmente que maiores transacções ocorram a partir do Cajú, com o fabrico e venda de bebidas e outras formas de aproveitamento. Haverá manutenção da tendência crescente, embora ligeira, da indústria nacional de processamento, sobretudo na região Norte, onde espera-se que atinja a capacidade de exploração de 31.000 toneladas, em 2015. Este crescimento terá relação directa com o aumento de postos de trabalho gerados pelo subsector que passarão dos actuais 10.000 trabalhadores para cerca de 11.500 trabalhadores na área de processamento da castanha.

46. Para o subsector do **Algodão**, haverá incremento da produção em 1,03% comparativamente com a campanha 2013/2014, prevendo-se produzir cerca de 98 mil tons de algodão caroço, embora a área explorada regista um decréscimo de cerca de 11%. O aumento da produção é justificada pelo facto do subsector estar a implementar programas inovativos que contribuem para o incremento da produtividade e produção, aliado a melhoria do preço do algodão no mercado internacional, o que constituirá um factor motivador para que cada vez mais produtores comerciais adiram às boas práticas de cultivo do algodão.

**Quadro 7. Previsão da produção nas principais culturas de rendimento**

CULTURAS DE RENDIMENTO (Toneladas)	Real 2013	Real 2014	PL 2015	T.C (%)
Castanha	83 140	63 080	80 000	26.8
Copra	18 002	19 000	22 000	15.8
Cha folha	25 428	28 840	32 000	11.0
Tabaco	76 242	91 210	93 000	2.0
Cana de açúcar	3 166 110	3 551 106	3 990 000	12.4
Algodao	67 392	97 000	98 000	1.0
Gergelim	39 400	54 010	58 000	7.4
Trigo	19 889	20 710	21 000	1.4
Bata reno	205 700	214 267	235 700	10.0
Banana	570 000	575 000	700 000	21.7
Soja	35 020	48 930	57 700	17.9

### Produção Animal

47. Como resultado do aumento de prevenção e controle das principais doenças, programas de fomento, bem como de acções de manejo, está previsto um crescimento dos efectivos pecuários em relação à campanha transacta na ordem de 8,2% para Bovinos, 7,0 % para Ovinos e Caprinos e 9,0% para Aves Vivas (**Quadro 8**).

**Quadro 8. Evolução dos Effectivos Pecuários**

Animais	Real 2013	Real 2014	PL 2015	T.C (%)
Bovinos	1 651 000	1 817 000	1 966 000	8,2
Ovinos e Caprinos	4 595 779	4 917 000	5 262 000	7,0
Suínos	1 773 000	1 897 000	2 030 000	7,0
Aves Vivas	19 497 758	21 253 000	23 165 000	9,0

Fonte: Dados Sectoriais, MASA 2015

48. No que se refere à produção de carnes e leite, prevê-se crescimento de 7,9 % para a carne bovina, 7% para as carnes suína e caprina, 9% para o frango e 9,3 % no leite (**Quadro 9**).

**Quadro 9. Evolução da Produção Pecuária**

Produtos de origem Animal	Real 2013	Real 2014	Plano 2015	T.C (%)
	10 <sup>3</sup>			
Carne bovina (ton)	10 771	11 125	12 000	7.9
Carne Suína (ton)	1 201	1 561	1 670	7.0
Carne de Frango (ton)	55 634	61 154	66 658	9.0
	10 <sup>3</sup>			
Ovinos e Caprinos (ton)	1 518	2 050	2 200	7.3
Leite (litros)	2 024	2 114	2 311	9.3
Ovos (dúzias)	9 664	8 865	8 870	0.1

Fonte: Dados Sectoriais, MASA 2015

## Florestas

49. Para a campanha 2014/ 2015 prevê-se um aumento gradual da produção, entre 4 a 17% nos produtos florestais, com um aumento dos níveis de produção de Madeira em Toros de 225 mil metros cúbicos, em 2014, para 240 mil metros cúbicos, em 2015 (**Quadro 10**), condicionados pela organização dos operadores para implementação efectiva do Decreto n.º 30/2012, de 1 de Agosto e do Diploma Ministerial n.º 293/2012, de 7 de Novembro, que definem os novos requisitos para a exploração de madeira em regime de Licença Simples e actualiza os valores das taxas de exploração florestal e faunística, respectivamente, com vista a adequar as taxas à actual realidade socioeconómica do País, valorizando estes recursos.

**Quadro 10. Evolução da produção de Produtos Florestais**

PRODUTO	UNIDADE	CAMPANHAS			TC (%) 2014/15
		2012/13	Real 2013/14	Plano 2014/15	
MADEIRA EM TOROS	(MIL m3)	212,711	225	240	6.67
MADEIRA SERRADA	(MIL m3)	234,021	240	250	4.17
PARQUET	(MIL m2)	2.03	3.00	3.50	16.67

Fonte: Dados Sectoriais, MASA 2015

### 4.1.1. 2. Pescas, Aquacultura e Serviços Relacionados

50. Os indicadores gerais de Produção Pesqueira para o ano de 2015 são positivos, estimando-se um crescimento do Produto Interno Bruto do sector de 8,1%.

51. O plano de **captura de pescado** prevê a cifra de cerca de 243 mil toneladas, onde o volume projectado para a Pesca Artesanal é de cerca de 208 mil toneladas e as restantes 33 mil toneladas provirão da Pesca Industrial e Semi-industrial. Projecta-se para a aquacultura uma produção de cerca de 1,7 mil toneladas (**Quadro 11**).

**Quadro 11. Evolução da Produção Pesqueira**

Pesca, aquacultura, e actividades dos serviços relacionados	Real 2013	Real 2014	PL 2015	T.C (%)
	Toneladas			
Camarão	5 493	7 203	7 592	5,4
Peixe	181 429	215 504	228 434	6,0
Kapenta	16 645	13 714	15 428	12,5
Gamba , lagostas e Lagostim	2 111	1 997	2 067	3,5
Fauna acompanhante e outros produtos da pesca	15 224	6 705	7 040	5,0
Atum da frota nacional	-	-	6 000	-

Fonte: Dados Sectoriais, MIMAIP 2015

52. A previsão de Captura de **Camarão** para 2015, é de 7,6 mil toneladas contra 7,2 mil toneladas previstas em 2014, dada a melhoria registada em 2013 e no I Semestre de 2014 através da implementação de Medidas de Gestão, nomeadamente a implementação da medida do Esforço Total Admissível de Pesca (TAE) desde o ano 2013, medida que tem por objectivo o controlo das capturas, prevendo-se que esta tendência se mantenha em 2015. Aquacultura industrial contribuirá com 200 toneladas, e a aquacultura de pequena escala com 1,500 toneladas.

53. Para o reforço da produção de aquacultura, está prevista para 2015, a construção de 5 Aquaparcos sendo 3 de Pequena Escala na Zambézia (Inhassunge), Gaza (Chongoene), Maputo (Marracuene) e 2 Industriais em Cabo Delgado e Sofala.

54. O Plano de exportações de pescado para 2015 é de cerca de 21 mil toneladas correspondendo a um crescimento de 38% relativamente a 2014, influenciado pelo início da operação da frota nacional na pesca de Atum, camarão e kapenta.

## 4.1.2. Indústria Extractiva

55. Para o ano 2015, projecta-se um crescimento do sector da **Indústria Extractiva** de cerca de 5,0% do Produto Interno Bruto, comparativamente às previsões de 2014. Este crescimento tem como suporte o aumento significativo da produção do carvão mineral, gás natural e condensado, das areias pesadas e outros minérios.

56. Para 2015, estima-se que a produção de **Carvão Mineral** atinja 10.1 milhões de toneladas, sendo 6.0 milhões de **carvão de coque** e 4.1 milhões de **carvão térmico**, o que representa um aumento na ordem dos 58,5%, e 62%, respectivamente (**Quadro 12**). Estes níveis são condicionados a previsão do início de operação, em 2015, da Linha férrea entre Moatize e o Porto de Nacala, que reduzirá os constrangimentos relacionados com a logística.

57. Nas **Areias Pesadas** prevê-se para 2015, um crescimento dos níveis de produção de **Ilmenite** (17,5%), **Zircão** (39,1%) e **Rútilo** (21,4%), com o aumento da utilização da capacidade instalada nos projectos de exploração das areias pesadas de Moma e Angoche, e o arranque previsto do projecto de areias pesadas de Chinde, na Província da Zambézia.

**Quadro 12. Evolução da Produção Mineira**

Produção Mineira	Unidade	Real 2014	Plano 2015	T.C (%)
<b>Extracção de carvão:</b>				
Carvão Coque	Ton	3 784 603	6 000 000	58.5
Carvão Térmico (Queima) (Ton)	Ton	2 546 586	4 124 667	62.0
<b>Extracção de gás natural e condensados:</b>				
Gas Natural (GJ)	GJ	161 551 763	170 000 000	5.2
Condensado (bbl)	bbl	298 322	600 000	101.1
<b>Extracção e preparação de minérios metálicos:</b>				
Bauxite	Ton	3 325	5 000	50.4
Ouro	Kg	197	250	26.9
Tantalite	Ton	111 767	140 000	25.3
Ilmenite	Ton	851 133	1 000 000	17.5
Zircão	Ton	50 334	70 000	39.1
Rútilo	Ton	14 828	18 000	21.4
<b>Outras indústrias extrativas:</b>				
Areia	M3	762 644	950 000	24.6
Brita	Ton	1 700 312	1 800 000	5.9
Argila	M3	1 116 132	1 300 000	16.5
Riolitos	M3	29 925	32 000	6.9
Calcário	Ton	900 788	1 200 000	33.2
Bentonite	Ton	27 167	29 420	8.3
<b>Pedras preciosas e semi-preciosas:</b>				
Turmalinas	Kg	131 342	160 000	21.8
Turmalina Refugo	Kg	44 891	48 000	6.9
Granada factível	Kg	10 233	12 000	17.3
Granada Refugo	Kg	352 529	380 000	-
Águas Marinhas	Kg	0	60	-
Quartzos	Kg	98	170	73.5

Fonte: Dados Sectoriais, MIREME 2015

58. Em 2015, estima-se um crescimento na produção de **Tantalite** em cerca de 25,3%, relativamente a 2014, como reflexo da expansão da utilização da capacidade instalada nas minas de Morrua e Mutala.

59. Na área dos hidrocarbonetos, para 2015, o plano de produção de **Gás Natural** e do Condensado é de 170 milhões de Gigajoules e 600 mil barris, respectivamente, e deriva da demanda crescente que se verifica no mercado internacional e da maximização do seu uso no mercado doméstico ao nível da Cidade de Maputo e Distrito de Marracuene, com o início da operação do gasoduto Matola-Maputo, que canalizará o gás natural aos consumidores dos sectores industrial, comercial e doméstico. Comparativamente ao 2014, a produção registará um crescimento de 5,2% para o gás natural, e 101,1% para o condensado.

60. A produção das **Turmalinas e Granadas** tem estado a registar índices altos, devido à entrada de novos operadores bem como a intensificação das acções de inspecção nas áreas de exploração artesanal o que incentiva a declaração da produção. Assim, em 2015, os níveis de produção poderão ultrapassar 170 mil toneladas, esperando-se, deste modo, o aumento do índice das exportações.

61. Na produção do Ouro, prevê-se para 2015 o aumento dos níveis de produção para 250 kg, o que representa um crescimento de 26.9%, em relação a 2014.

#### 4.1.3. Indústria Transformadora

62. Para 2015, espera-se um crescimento do Produto Interno Bruto do Sector Industrial na ordem de 4,9%, impulsionada pelo aumento da produção da Indústria de Bebidas e Tabacos e da indústria têxtil (**Quadro 13**).

**Quadro 13. Produção Industrial Empresarial Por Divisões (%)**

Descrição de Divisões	Real 2013	Real 2014	PL 2015
Transformação de cereais e leguminosas, fabricação de rações	5,2	3,7	1,4
Fabricação de Bebidas e Tabacos	-1,5	7,8	8,6
Fabricação de artigos têxteis e vestuário	25,8	11,4	7,9
Indústria Metalúrgica de Base (de alumínio de base)	2,8	1,9	1,7
Outras indústrias transformadoras	2,5	11,7	8,0

Fonte: Dados Sectoriais, MIC 2015

63. Na **Indústria de Transformação de Cereais, Leguminosas e Fabricação de Rações** prevê-se um crescimento da produção de 1,4%. Esta divisão irá continuar a aumentar os seus níveis de produção de produtos à base de carne, de óleos, preparação e conservação de frutas, e transformação de cereais (farinhas), com o aumento da produção da Capital Foods na Manga (Sofala), Mozbife e Sumol-Compal, em Chimoio (Manica).

64. Na **Indústria de Bebidas e Tabacos**, estima-se um crescimento da produção de 8,6%, influenciado pelo desempenho positivo das cervejeiras, produtoras de refrigerantes e do aumento da capacidade da Unidades de Vinhos e Espirituosas, bem como aumento da produção de tabaco com a introdução de nova linha de processamento.

- Para outras **Indústrias Transformadoras**, estima-se um crescimento da produção em 8,0%, impulsionada pela Indústria da Madeira e Cortiça, de Fabricação de Artigos de Madeira, Fabricação de sabões e detergentes, produtos de limpeza, Fabricação Minerais Não Metálicos e Outros móveis de madeira resultantes da entrada em funcionamento, em 2014, de uma nova empresa de produção de sabonetes; das empresas produtoras de explosivos industriais, em Tete; e de 3 novas unidades de produção de cimento, em Matutuine (província de Maputo), na Cidade da Beira e Dondo (Província de Sofala).

65. Na **Fabricação de Artigos Têxteis e Vestuários** prevê-se um crescimento dos níveis de produção em 7,9%, influenciados pelo aumento da produção de capulanas da Nova Texmoque e pela entrada em funcionamento da nova linha de fiacção e tecelagem. Adicionalmente, será reactivada a MCM (ex-Riopele) que se dedica a produção de fio e toalha de felpo em cru.

66. Na **Indústria Metalúrgica de Base**, espera-se um ligeiro aumento da produção (1,1%), onde prevê-se a produção de 565,500 toneladas, contra 559,600 toneladas previstas para 2014.

#### 4.1.4. Electricidade e Gás

67. Estima-se para 2015, que o crescimento de electricidade e gás, será de 13,3%, influenciado pelo aumento da produção de energia eléctrica que irá situar-se em 18,824,233 GWh, contra 17,739,057 GWh, produzidos em 2014, conforme ilustra o **Quadro 14**. Este crescimento representa uma ligeira desaceleração (em 0.4%), em relação à previsão de 2014 (13,7%) como resultado da interrupção no início do ano por 27 dias, do fornecimento de energia às Províncias de Niassa, Cabo Delgado,

Nampula e Zambézia, em consequência do derrube pelas cheias de Janeiro de 2015, de 10 torres de transporte de energia de Alta Tensão na linha de 220 KV.

#### Quadro 14. Evolução da Produção de Energia Eléctrica

	2014 Real	2015 Plano	TC
	MWh		%
<b>Produção</b>	<b>17 739 057</b>	<b>18 824 233</b>	<b>6</b>
<b>Hídrica</b>	<b>16 169 148</b>	<b>16 437 126</b>	<b>2</b>
HCB	15 892 150	16 151 818	2
Adquirida pela EDM	4 034 953	4 228 586	5
EDM	276 998	285 308	3
Pequenos Libombos	5 618	5 674	1
<b>Térmica</b>	<b>1 568 713</b>	<b>2 385 580</b>	<b>52</b>
EDM - Gás Natural	186 065	1 051 200	465
Agreko - Gás Natural	1 379 358	1 331 240	-3
Adquirida pela EDM	87 000	87 000	0
Elgas	3 290	3 140	-5
<b>Solar</b>	<b>1 195</b>	<b>1 517</b>	<b>27</b>
Central de Maxaço*	597	749	25
Central de Mzimba*	259	259	4
Central de Mecula*	348	508	46

Fonte: Dados Sectoriais, MIREME 2015; \*dados recolhidos em Janeiro de 2015.

68. A produção de **Energia Térmica** da Electricidade de Moçambique a partir do **Gás Natural** da Província de Inhambane, irá registar uma grande evolução estimando-se a produção de 2.4 mil GWh, representando um crescimento de cerca de 52% acima do volume atingido em 2014 (1,6 mil GWh), em resposta ao contínuo aumento do consumo de energia pelos sectores industrial, comercial e residencial.

69. Projecta-se que em 2015, o volume de energia eléctrica exportada registre um crescimento de 7,0%, o que equivale a uma previsão de 12,159 GWh contra os 11,440 GWh exportados em 2014.

70. Para 2015, prevê-se que a produção de Gás natural alcance 170 milhões de Gigajoules e o Condensado atingirá 600 mil Barris, representando um crescimento de 5.2% e 101.1%, respectivamente.

#### 4.1.5. Captação, Tratamento e Distribuição de Água

71. Na produção de **Água**, para 2015, estima-se um crescimento do Produto Interno Bruto em 5,0%, como resultado da implementação do Programa de Provisão e Acesso à Água potável nas zonas rurais e urbanas, baseado na construção e reabilitação de fontes de água e de Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água, a capacitação dos Operadores dos Sistemas de Abastecimento de Água Rural e a extensão da rede de distribuição de água nas cidades, numa extensão de cerca de 174 Km.

72. O crescimento previsto na disponibilização de água resultará da implementação combinada do Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), que impulsionará, entre outros aspectos, a disponibilização de água e a construção de Sistemas de Abastecimento de Água nas zonas rurais; e das actividades da Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento (AIAS) e do Fundo de Investimento e Património de Água (FIPAG) que irão assegurar o abastecimento de água às Cidades e Vilas, especificamente na **Área Metropolitana** de Maputo, Gaza (Chongoene, Chibuto, Massangena, Chigubo e Mandlakazi), Inhambane (Mabote), Sofala (Inhamizua e Marromeu), Manica (Guro e Espungabera), Tete (Nhamayábwè e Ulongoé), Zambézia (Milange e Alto Molocué), Nampula (Nacala - Porto), Cabo Delgado (Chiúre) e Niassa (Cuamba).

#### 4.1.6. Construção

73. **No sector de Construção**, o crescimento esperado do Produto Interno Bruto é de 11,7%, fundamentado pelos investimentos em curso nas componentes da reabilitação/construção de infra-estruturas públicas e privadas, destacando os seguintes projectos:

- Construção da Barragem de Moamba Major;
- Reabilitação da Linha Férrea de Limpopo;

- Reabilitação da Linha Férrea Cuamba-Lichinga; e
- Obras de reabilitação do Porto de Maputo.

74. Contribuirão para o crescimento do sector, as obras do sector de Estradas e Pontes onde está prevista a implantação de grande parte da infra-estrutura da Ponte Maputo-KaTembe e a Circular de Maputo, bem como a asfaltagem das Estradas Nacionais nos seguintes troços: Alto Benfica-Milange; Nampula-Cuamba; Montepuez - Ruaça; Caniçado- Mapai; Cuamba- Muíta; Muíta- Massangulo; Massangulo- Lichinga; Tica- Búzi-Nova Sofala; e reabilitação do troço Lichinga-Litunde;

75. Contribuirão ainda no volume de produção do sector, as obras nas pontes dos rios Mutabasse, Muliquela, Maticasse, Lua, Ualasse, Licungo, Nivaco, Matsitse, Namisagua, Nuhusse e Lúrio, na Província da Zambézia, Muassi e Namutimbua, na Província de Niassa; Locó, na Província de Cabo Delgado; Luia na Província de Tete, Chidje, Mangale, Muíra, Tsanzabue, Nhadima e Nhandeche, na Província de Manica; bem como a conclusão das obras de construção das básicas de Pemba e Nacala-Porto; assim como os investimentos nas obras da Administração Pública e na ampliação da rede escolar e sanitária.

#### 4.1.7. Transportes

76. No sector dos Transportes prevê uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto na ordem de 9,1%, o que representa uma desaceleração em cerca de 1,3%, face à previsão de 2014 (Quadro 15). Esta desaceleração resulta da interrupção por um período de 32 dias, do tráfego de pessoas e de mercadorias entre as regiões Centro e Norte do País, como consequência do corte pelas cheias de Janeiro de 2015, da Estrada Nacional N.º 1, em Mocuba, na Zambézia.

77. Não obstante, estima-se um crescimento nos serviços de Transporte Rodoviário em 2,6%, que resultará do aumento da demanda no transporte de carga para suportar os investimentos em infra-estruturas em curso em todo o País e o aumento da capacidade de transporte de passageiros com a entrada em funcionamento de 105 novos autocarros adquiridos durante o segundo semestre de 2014.

#### Quadro 15. Taxas de Crescimento dos Serviços de Transporte (%)

DESIGNAÇÃO	Real 2013	Real 2014	Plano 2015
Ferrovário	8,1	35,5	6,6
Rodoviário	11,6	0,4	2,6
Oleodutos e gasodutos	-3,6	-4,3	1,1
Transportes por água	74,0	25,5	4,7
Transportes aéreos	24,4	6,3	10,8
Outros Serviços de Transportes	12,5	6,8	7,7

Fonte: Dados Sectoriais, MTC 2015

78. No Transporte Ferrovário registar-se-á um crescimento do volume de produção de 6,6%, fundamentado pela conclusão da segunda fase da modernização e ampliação da capacidade da Linha de Sena, o que permitirá o transporte de cerca de 20 milhões de toneladas de Carvão por ano; início da Operação da Linha Férrea Tete-Nacala com a capacidade inicial para 22 milhões de toneladas por ano; o incremento do fluxo de mercadorias em trânsito, das importações e exportações dos países do hinterland, bem como pela aquisição de 70 carruagens para o transporte de passageiros.

79. No Transporte Marítimo, estima-se um crescimento do volume de produção de 4,7%, impulsionado pela entrada em operação da embarcação “Manherere”, na albufeira de Cahora Bassa e o reinício da navegação marítima no percurso Quelimane-Chinde.

80. No Transporte Aéreo estima-se um crescimento de 10,8%, estimulado pela aquisição, em 2015, de uma aeronave e a introdução de novas rotas para Mocímboa da Praia, e o tráfego para o Aeroporto Internacional de Nacala.

#### 4.1.8 Alojamento e Restauração

81. Para o sector de Alojamento e Restauração, estima-se um crescimento do Produto Interno Bruto em cerca de 8,7%. Este nível de crescimento, será justificado pelo aumento das receitas do turismo que atingirão cerca de 247 milhões de dólares americanos.

#### 4.1.9 Informação e Comunicação

82. Na área de Informação e Comunicações, estima-se um crescimento do Produto Interno Bruto em cerca de 5,9%, sustentado pela procura e oferta dos serviços de telefonia móvel, a expansão dos serviços de telecomunicações (voz, dados e internet) para 21 localidades, bem como a expansão da cobertura de rádio difusão digital através da conversão do Sistema Analógico para Digital para todas as capitais provinciais.

#### 4.1.10. Educação

83. Para 2015, prevê-se um crescimento do Produto Interno Bruto dos Serviços da Educação em 6,4% resultantes do aumento em 9% dos efectivos escolares (Quadro 16), induzindo pelos investimentos na construção de escolas e salas de aulas em todos os níveis de ensino público.

#### Quadro 16. Evolução dos efectivos escolares

Nível	Real 2013	Real 2014	Plano 2015	TC (%)
Ensino primario	5.575.993	5.611.518	5.852.745	4,3
Ensino secundario	864.160	883.656	936.147	5,9
Ensino terciario	37325	37325	37325	0,0
Ensino tecnico	31.662	32.063	35.055	9,3
Alfabetização e Educação de Adulto	394.889	529.314	873.000	64,9
<b>Total</b>	<b>6.904.029</b>	<b>7.093.876</b>	<b>7.734.272</b>	<b>9,0</b>

Fonte: Dados Sectoriais, MINED 2015

#### 4.1.11. Saúde e Acção Social

84. Prevê-se para 2015, um crescimento do Produto Interno Bruto dos Serviços de Saúde e da Acção Social em 8,4%, derivados do aumento do número de pessoas atendidas nas consultas externas, partos institucionais e internamento, bem como do alargamento do número de beneficiários dos programas de protecção social (Quadro 17).

#### Quadro 17. Evolução da actividade de Saúde Humana e Acção Social

Actividades de Saúde e Accao Social	Real 2013	Real 2014	Plano 2015
<b>Saúde:</b>			
DCO's (dias de internamento)	2,047,559	3,841,381	3,956,622
Partos Institucionais (%)	68	71	73
SMI (contactos Saúde Materno Infantil)	15,146,418	18,747,543	19,309,969
Consultas (Externas)	30,187,429	31,969,854	33,888,045
<b>Acção social:</b>			
Beneficiarios da Acção social	367,335	433,343	475,097

Fonte: Dados Sectoriais, MISAU e MMGAS 2015

85. Na área de Acção Social, prevê-se o aumento de número beneficiários (crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres chefes de agregado familiar) dos diversos programas de protecção social que passará de 433,343, em 2014, para 475,097, em 2015.

#### 4.2 Sector Monetário e Cambial

##### Sector Monetário

86. Em 2015, a Política Monetária continuará a ser orientada para o cumprimento dos principais objectivos macroeconómicos, com destaque para (i) a manutenção de uma inflação baixa

e estável, (ii) um crescimento real do PIB robusto e inclusivo, bem como (iii) a acumulação de Reservas Internacionais Líquidas que assegure a cobertura adequada das importações de bens e serviços não factoriais.

87. Para alcançar os objectivos acima referenciados, o Banco de Moçambique continuará a intervir no mercado interbancário através dos instrumentos de política monetária disponíveis, para regular a liquidez no sistema bancário e, por essa via, propiciar um ambiente favorável ao crescimento económico e a manutenção da estabilidade cambial e de inflação baixa e estável. Para além dos instrumentos indirectos de política monetária, o Banco de Moçambique poderá continuar a recorrer à persuasão moral para sinalizar o sentido da política monetária.

88. Assim, para 2015, no quadro da implementação da Política Monetária, prevê-se o alcance das seguintes metas indicativas:

- Constituição de reservas internacionais líquidas no valor de USD 2,491 milhões, o correspondente a 4,5 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais (**Quadro 18**);
- Crescimento da base monetária, não superior a 18,5%, o correspondente a uma desaceleração em 2 pontos percentuais relativamente ao valor realizado em 2014;
- Desaceleração da expansão da oferta de moeda (M3) em 3,2 pontos percentuais passando para um limite de 19,0%;
- Incremento do crédito concedido ao sector privado pela banca nacional em cerca de 18,1%.

#### Quadro 18. Evolução dos Principais Indicadores Monetários

	2013 Realizado	2014 Previsão	2015 Plano
<b>Base Monetária (%)</b>	15,7	17,0	18,5
Dinheiro e Quase-Dinheiro (M3) em (%)	16,3	18,5	19
Crédito à Economia Sistema (%)	28,7	20,7	18,1
RILs (Meses de Cobertura de Importações)	4,8	4,4	4,5
<b>Valor anual</b>			
Reservas Internacionais Líquidas (milhões de USD)	2.995,6	2.882	2.491

Fonte: BM, 2015

89. No prosseguimento da implementação das medidas de política iniciadas nos anos anteriores, para 2015, o Banco de Moçambique prevê realizar, entre outras, as seguintes acções de carácter estrutural:

- Continuar a aprimorar a gestão da política monetária, melhorando o modelo de previsão da liquidez, tendo em vista minimizar os riscos e incertezas da conjuntura económico-financeira interna e internacional;
- Melhorar o quadro de desenho e implementação da política monetária, aprimorando o modelo semi-estrutural de previsão da inflação do Banco de Moçambique, assim como, a comunicação com o público;
- Continuar a fortalecer o papel de supervisão bancária de modo a minimizar o efeito-contágio das crises financeiras no sistema financeiro moçambicano;
- Prosseguir com incentivos para aumentar a bancarização e alargamento dos serviços financeiros às zonas mais recônditas, bem como, aumentar e massificar o leque de serviços de pagamentos;
- Concluir a elaboração da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira;
- Concluir a regulamentação da Lei nº 2/2008, de 27 de Fevereiro, Lei do Sistema Nacional de Pagamentos, designadamente, os normativos sobre Prestadores de Serviços de Pagamentos e sobre Operador de Subsistemas de Pagamentos;

- Estabelecer um quadro regulamentar que visa a defesa do consumidor financeiro em Moçambique e elaborar a proposta de um programa nacional de Educação Financeira em Moçambique;
- Envidar esforços para assegurar a adesão plena dos bancos comerciais à Sociedade Interbancária de Serviços (SIMO), o que permitirá nivelar os custos das transacções electrónicas, envolvendo ATM e POS;
- A nível regional, continuar a contribuir para que os objectivos de integração e convergência macroeconómica prossigam, no quadro dos diferentes mecanismos criados na SADC.

#### 4.4. Balança de Pagamentos

90. As projecções para 2015 da Conta Parcial de Bens indicam que as receitas de exportação de bens poderão atingir os USD 4, 188 milhões, o que corresponde um crescimento de 7%, comparativamente às projecções de 2014 (**Quadro 19**). Este aumento é justificado pelo crescimento das exportações tradicionais na ordem de 86%, perante um crescimento ligeiro de cerca de 9,7% das exportações dos grandes projectos, influenciado pelo abrandamento dos preços das principais produtos primários, porém parcialmente compensado pelo incremento do volume das exportações. A contribuição dos grandes projectos será determinante, pois espera-se que a respectiva receita cresça em 11,7% perante um crescimento ligeiro (1%) das receitas dos produtos tradicionais.

91. Especificamente, para o crescimento das receitas das exportações de bens destaca-se o seguinte:

- a) Nos **Grandes Projectos**, espera-se que as exportações atinjam os seguintes valores:
- Alumínio – USD 1,172 milhões;
  - Carvão Mineral – USD 562, 8 milhões;
  - Gás Natural – USD 371,2 milhões;
  - Areias Pesadas – USD 215,6 milhões.
- b) Nos **Produtos Tradicionais** espera-se que as exportações atinjam os seguintes valores:
- Tabaco - USD 289,4 milhões;
  - Algodão - USD 107,6 milhões;
  - Açúcar - USD 90,3 milhões;
  - Camarão - USD 47,6 milhões.

92. Em relação às importações, prevê-se para 2015, um incremento na ordem de 5%, para USD 8,361 milhões. Para os grandes projectos, espera-se um crescimento na ordem de 3%, relacionado aos investimentos em curso na exploração de recursos naturais, com enfoque para o gás natural na bacia do Rovuma.

#### Quadro 19. Evolução da Conta Parcial de Bens (Milhões USD)

Descrição	2013	2014	2015
	Realizado	Previsão	Plano
Conta Parcial de Bens	-4,357	-4,036	-4,173
Exportações (fob)	4,123	3,916	4,188
Das quais: Grandes Projectos	2,197	2,429	2,692
Importações (fob)	8,48	7,952	8,361
Das quais: Grandes Projectos	2,143	1,279	1,583

Fonte: BM, 2015

93. No que tange ao Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique, a projecção para 2015 aponta para uma injeção líquida de USD 4,833 milhões, o que representa uma relativa estabilidade do fluxo comparativamente ao registado em 2014.

94. As responsabilidades líquidas sob a forma de dívida externa, apontam para um endividamento externo líquido na ordem de USD 3,007 milhões, dos quais, USD 1,162 milhões a ser contratados pelo sector público e os restantes USD 1,845 milhões pelo sector privado.

#### 4.5. Finanças Públicas

95. A actuação das finanças públicas estará orientada para o alcance dos objectivos do Governo para o ano de 2015 que tem como enfoque o alcance das metas do crescimento económico, o controle da inflação e a manutenção da sustentabilidade da dívida pública.

96. Para a implementação das acções constantes no presente plano, o Governo contará com um total de recursos de 226.425, 1 milhões de MT, dos quais 75% correspondem a Recursos Internos e 25% a Recursos Externos, entre donativos e créditos (**Quadro 20**), o que mostra o esforço do Governo na mobilização de Recursos Internos para financiar as despesas do Estado.

**Quadro 20. Mapa de Equilíbrio Orçamental**

Em Milhões de Meticais	2014	2015	2014	2015	2014	2015
	Real	Prop	% do PIB	% de Total		
<b>Total de Recursos</b>	<b>214.517,7</b>	<b>226.425,1</b>	<b>40,7</b>	<b>38,1</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Recursos Internos</b>	<b>161.958,7</b>	<b>169.890,4</b>	<b>30,8</b>	<b>28,6</b>	<b>75,5</b>	<b>75,0</b>
Recetas do Estado	156.243,6	160.706,8	29,7	27,0	72,8	71,0
Crédito	5.715,1	9.182,6	1,1	1,5	2,7	4,1
<b>Recursos Externos</b>	<b>50.060,2</b>	<b>56.534,7</b>	<b>9,5</b>	<b>9,5</b>	<b>23,3</b>	<b>25,0</b>
Donativos	21.118,0	20.463,7	4,0	3,4	9,8	9,0
Créditos	28.942,2	36.070,9	5,5	6,1	13,5	15,9
<b>Total de Despesas</b>	<b>207.212,8</b>	<b>226.425,1</b>	<b>39,4</b>	<b>38,1</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Despesas de Funcionamento</b>	<b>116.781,7</b>	<b>120.351,7</b>	<b>22,2</b>	<b>20,2</b>	<b>56,4</b>	<b>53,2</b>
Despesas Correntes	116.545,1	119.838,6	22,1	20,2	56,2	52,9
Despesas de capital	236,6	513,2	0,0	0,1	0,1	0,2
<b>Despesas de Investimento</b>	<b>75.702,5</b>	<b>83.179,6</b>	<b>14,4</b>	<b>14,0</b>	<b>36,5</b>	<b>36,7</b>
Componente Interna	44.032,1	44.881,3	8,4	7,5	21,2	19,8
Componente Externa	31.670,4	38.298,2	6,0	6,4	15,3	16,9
<b>Operações Financeiras</b>	<b>14.728,6</b>	<b>22.893,7</b>	<b>2,8</b>	<b>3,8</b>	<b>7,1</b>	<b>10,1</b>
<b>Variações de Saldo</b>	<b>7.304,9</b>					

Fonte: MEF, 2015

97. Do total das despesas previstas, 53,2% correspondem às despesas de funcionamento, 36,7% para despesas de investimento e os remanescentes 10,1% para operações financeiras.

#### 4.6 Principais Indicadores Sociais

98. A **Quadro 21** mostra a previsão para 2015, do desempenho dos principais indicadores sociais nas áreas de saúde, educação, emprego, abastecimento de água e energia.

**Quadro 21. Evolução dos Principais Indicadores Sociais**

ÁREAS	INDICADORES	Plano 2014	Real 2014	Meta 2015
TRABALHO	Postos de Emprego Criados	183.256	290.816	296.713
EDUCAÇÃO	Taxa Líquida de Escolarização na 1ª Classe	77%	82,4%	80%
	Taxa Líquida de Escolarização da Rapariga	76%	79,5%	79%
	Rácio Aluno Professor no EP1	61	62	61
SAÚDE	Cobertura das vacinações completas a crianças menores de 12 anos	81%	82%	82%
	Porcentagem de novas utentes de métodos de contracepção moderna	27%	28%	29%
ÁGUA	Fontes de Água Operacionais nas Zonas Rurais	19.845	24.679	26.000
	Novas Ligações Domiciliárias	46.618	47.799	46.618
	Taxa de Cobertura de Água Nível Nacional	63%	64%	66%
ENERGIA	Novas Ligações Domiciliárias Rede Nacional	100.000	117.850	100.000
	Numero total de Distritos Eletificados	128	125	135
	População com acesso a Energia Eléctrica da Rede Nacional e Renováveis	42,0%	45,3%	47,0%

Fonte: Base de dados Sectoriais

99. Na área de Educação, relativamente aos indicadores de cobertura, espera-se que em 2015, a taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1.ª classe seja de 82% no total, e 80% para as raparigas (81,5% no total e 79,7% para as raparigas, em 2014).

100. Em termos de acesso, espera-se um crescimento em 4,5% dos efectivos escolares do Ensino Geral (Diurno), que passarão de cerca de 6,2 milhões, em 2014 para 6,5 milhões de alunos, em 2015 (**Quadro 22**).

#### Quadro 22. Rede Escolar e efectivos do Ensino Geral Público diurno

Nível	Escolas				Alunos			
	2013	2014	2015	TC	2013	2014	2015	TC
	Real	Real	Plano	(%)	Real	Real	Plano	(%)
EP1	11.456	11.742	12.014	1,1	4.651.667	4.782.227	4.959.739	3,7
EP2	4.587	5.088	6.038	18,7	783.164	793.669	857.087	8,0
ESG1	458	470	490	4,3	522.569	528.536	553.555	4,7
ESG2	171	185	190	2,7	107.381	123.249	138.767	12,6
<b>Total</b>	<b>16.672</b>	<b>17.485</b>	<b>18.732</b>	<b>6,3</b>	<b>6.064.781</b>	<b>6.227.681</b>	<b>6.509.148</b>	<b>4,5</b>

Fonte: Dados Sectoriais, MINED

101. O aumento do acesso será maior no Ensino Secundário Geral do 2.º Ciclo (ESG2: 12,8%) e no Ensino Primário do 2.º Grau (EP2: 8%), como resultado da expansão da rede escolar e introdução de novos níveis nas escolas existentes. O acesso ao Ensino Primário do 1.º Grau e Ensino Secundário do Primeiro Ciclo (ESG1) crescerá em 3,7% e 4,7%, a acompanhar o ritmo da construção de novas escolas e de salas de aulas nas escolas existentes (**Quadro 22**).

102. No que tange à construção e expansão da rede escolar, em 2015, um total de 1.252 novas escolas serão abertas e/ou introduzirão novos níveis de ensino. Com efeito serão abertas 272 novas escolas primárias para leccionar o EP1 e 21 escolas do ESG1, e introduzido o EP2 em 952 escolas primárias e ESG2 em 7 escolas do ESG1 (**Quadro 23**).

#### Quadro 23. Número de escolas abertas ou a introduzir novos níveis em 2015

Províncias	A abrir		A introduzir novos níveis		Total
	EP1	ESG1	EP2	ESG1	
Niassa	30	2	33		65
Cabo Delgado	16		64	1	81
Nampula	27		51	2	80
Zambézia	86	1	486	3	576
Tete	23		23		46
Manica	30	1	14		44
Sofala	30	1	166		197
Inhambane	20	8	76		104
Gaza	8	4	29	1	42
Maputo	2	5	10		17
Cidade de Maputo					
<b>Total</b>	<b>272</b>	<b>21</b>	<b>952</b>	<b>7</b>	<b>1.252</b>

Fonte: Dados Sectoriais, MINED

103. A par da construção de escolas, em 2015 serão construídas 1.027 salas de aula para o Ensino Primário (835 salas) e Secundário (192), nas províncias de Niassa (68), Cabo Delgado (134), Nampula (139), Zambézia (228), Tete (83), Manica (37), Sofala (87), Inhambane (97), Gaza (87), Maputo Província (55) e Cidade de Maputo (12).

104. Para o Ensino Técnico-Profissional Público (diurno), prevê-se que cerca de 35 mil alunos sejam inscritos, representando um crescimento de cerca de 9,3%. Do efectivo global, cerca de 3,3 mil alunos frequentarão as escolas profissionais; 20,5 mil alunos estarão matriculados nos cursos básicos e 11,3 mil no nível médio (**Quadro 24**).

105. Em termos de rede escolar, não há previsão de construção de novas instituições de ensino. Assim, o Ensino Técnico-Profissional irá funcionar nas 96 instituições públicas existentes até 2014 (**Quadro 24**).

**Quadro 24. Número de escolas e Efectivos do ETP (Público diurno)**

Nível	Escolas			Alunos			TC (%)
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	
	Real	Real	Plano	Real	Real	Plano	
ET Profissional	42	43	43	9.496	2.994	3.259	8,9
ET Básico	30	30	30	14.119	18.941	20.521	8,3
ET Médio	23	23	23	8.047	10.128	11.275	11,3
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>96</b>	<b>96</b>	<b>31.662</b>	<b>32.063</b>	<b>35.055</b>	<b>9,3</b>

Fonte: Dados Sectoriais, MINED

106. Para a Alfabetização e Educação de Adultos (AEA) espera-se que mais de 873 mil alfabetizandos e educandos estejam matriculados nos diferentes programas de ensino, o que representa um crescimento dos efectivos na ordem de 18,8%. As mulheres constituem a maioria dos educandos (acima de 59%) como ilustra o **Quadro 25**.

**Quadro 25. Efectivos da Alfabetização e Educação de Adultos (AEA)**

Nível	Real 2014			Plano 2015		TC (%)
	Mulheres	Totais	% M	Totais	% M	
Programas de Alfabetização	391.963	615.98	63,6	754.514	59,6	22,5
Programas de Pós-Alfabetização	77.003	118.651	64,9	117.987	59	-0,6
<b>Total</b>	<b>469,0</b>	<b>734,6</b>	<b>63,8</b>	<b>872,5</b>	<b>59,5</b>	<b>18,8</b>

Fonte: Dados Sectoriais, MINED

107. No quadro da revisão dos materiais de Ensino da Alfabetização e Educação de Adultos, prevê-se para 2015, a actualização e disseminação pelo Sector da Saúde, dos materiais de Informação, Educação e Comunicação (IEC) sobre alimentação saudável; a formação de profissionais e agentes comunitários da educação, agricultura e assistência social para a promoção da alimentação saudável.

108. Ainda nesta componente, serão promovidas pelo sector da Saúde, as boas práticas de alimentação e nutrição ao nível familiar, visando a adopção de hábitos alimentares mais saudáveis.

109. Na **Formação de Professores**, espera-se que em 2015 cerca de 8.400 formandos sejam inscritos nos cursos de formação de professores primários e de educadores de adultos, com o crescimento relativo a verificar-se nos cursos de 10<sup>a</sup>+1, conforme se pode notar na **Quadro 26**.

**Quadro 26: Efectivo de Formandos dos Cursos de Formação de Professores para o Ensino primário**

Cursos	Real 2013	Real 2014	2015
Curso de 10 <sup>a</sup> +1 total de formandos - Público	5.382	5.336	4.914
Curso de 10 <sup>a</sup> +1 total de formandos - ADPP	1.573	1.264	1.338
Curso de 10 <sup>a</sup> +3 total de formandos - Público	921	1365	1.706
Curso de 10 <sup>a</sup> +3 total de formandos - ADPP		336	431
<b>Total</b>	<b>7.876</b>	<b>8.301</b>	<b>8.389</b>

Fonte: Dados Sectoriais, MINED

110. Na área da **Saúde**, para 2015 o Governo pretende (i) elevar a taxa de cobertura das vacinações completas em crianças menores de 12 meses de idade para 87,5%; (ii) elevar para 95%, o número de crianças com idade entre os 6-59 meses suplementadas com vitamina A cobrindo cerca de 4 milhões de crianças, (iii)

atingir 29% de cobertura de novas utentes que utilizam métodos de contracepção moderna, bem como (iv) incrementar o número de pessoas com acesso ao Tratamento Anti-Retroviral para cobrir 650.938 adultos e 99.086 crianças, em todo o País.

111. Em termos de pessoal, a área de saúde irá afectar 226 médicos e 1879 técnicos de saúde, o que melhorará os rácios do número de médicos por 100 000 habitantes que passará de 6,5, em 2014, para 7,3, em 2015, e de técnicos por 100 000 habitantes que passará de 94, em 2014, para 98,8, em 2015.

112. No concernente ao **Emprego**, em 2015 serão criados 296.713 postos de trabalho contra 290.816 empregos criados em 2014. Do valor total do emprego previsto para 2015, 50.370 empregos serão criados pelas intervenções do sector público (Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional-INEFP, Plano Estratégico de Redução de Pobreza Urbana - PERPU e Fundo Distrital de Desenvolvimento - FDD) e 192.446 pelo sector privado.

113. Adicionalmente, 123.335 pessoas beneficiarão de formação profissional no âmbito da implementação da Estratégia de Emprego e Formação Profissional, sendo 30.834 a serem formados pelos Centros de Formação Públicos e 92.501 pelos centros do sector privado.

114. No âmbito da expansão do acesso das populações à **água potável**, para 2015 prevê-se a construção de 1.210 fontes de água dispersas nas zonas rurais, a expansão do sistema de abastecimento de água ao Planalto de Moeda, na província de Cabo Delgado e a reabilitação de outras 723. Nas zonas urbanas serão efectuadas 47 mil ligações domiciliárias e construídos 43 fontenários públicos. Outrossim, iniciarão as obras de reabilitação de 18 sistemas de abastecimento de Água nas área Metropolitana de Maputo, Gaza (Chongoene, Chibuto, Massangena, Chigubo e Mandlakazi), Inhambane (Mabote), Sofala (Inhamizua e Marromeu), Manica (Guro e Espungabera), Tete (Nhamayábwe e Ulongoé), Zambézia (Milange e Alto Molocué), Nampula (Nacala), Cabo Delgado (Chiúre) e Niassa (Cuamba). Com as intervenções previstas, o acesso a água ao nível nacional atingirá 66%, contra 64%, em 2014.

115. Na área de **Energia**, espera-se que em 2015 sejam efectuadas 100 mil novas ligações a partir da Rede de Energia Eléctrica Nacional. A partir da Rede nacional, serão electrificados **10 sedes distritais** sendo 4 na Zambézia (Luabo, Mulevala, Mulumbo e Dere), 2 em Tete (Marara e Doa) e 1 em Manica (Macate), conclusão da electrificação dos seguintes distritos nas províncias de Sofala (Maringué), Gaza (Chicualacuala e Massangena) e 6 sedes de Postos Administrativos, sendo 1 sede de Posto em Cabo Delgado, 2 em Nampula 1 na Zambézia e 2 em Manica. Serão ainda electrificadas 14 sedes de Postos Administrativos e vilas a partir de sistemas solares, nomeadamente, Machubo, Calanga, Mapulanguene e Panjane (Província de Maputo); Machulane, Thevene e Nguezene (Província de Gaza); Chinamacondo, Muziwagungune e Cudzo (Sofala).

116. Com a ligação das sedes distritais, nos postos administrativos e localidades referenciadas, 44.600 novos consumidores terão acesso a energia, elevando assim a percentagem da população com acesso a energia de 45,3%, em 2014, para 47% em 2015. Paralelamente, o Governo irá concentrar esforços no reforço das infra estruturas eléctricas por forma a garantir a segurança e qualidade no fornecimento de energia eléctrica.

## V. PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA E ACÇÕES POR PRIORIDADES E PILARES DE SUPORTE

## PRIORIDADES DO PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO

## 5.1. CONSOLIDAR A UNIDADE NACIONAL, PAZ E SOBERANIA

PRIORIDADE I: CONSOLIDAR A UNIDADE NACIONAL, A PAZ E A SOBERANIA						
Objectivos Estratégicos (I): Defender e consolidar a Unidade Nacional e a cultura de paz, democracia e estabilidade política, económica, social e cultural.						
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
1	Operacionalizar o Fundo de Paz e Reconciliação Nacional	Fundo de Paz e Reconciliação Nacional operacionalizado	1	x	x	M. dos Combatentes
2	Realizar a educação cívico-patriótica	Número de palestras, seminários, visitas e excursões realizadas	256 Palestras (224), Seminários (2), Visitas (20), Excursões (10)	x	x	M. da Defesa Nacional
3	Realizar Festivais Provinciais dos Jogos Tradicionais	Número de praticantes envolvidos	1 921	X	X	M. da Juventude e Desportos
4	Realizar as Cerimónias de Homenagem a 3 Heróis nacionais (Milagre Mabote, Filipe Samuel Magata e Elias E. F. Langa)	Número de cerimónias de homenagem realizadas	3	X	X	M. da Cultura e Turismo
5	Comemorar os 40 Anos da Independência Nacional e outras datas histórico-culturais nacionais e internacionais	Número de datas histórico-culturais comemoradas	9	X	X	M. da Cultura e Turismo
6	Divulgar o património histórico cultural tangível e intangível, vida e obra dos Heróis Nacionais (através de palestras, exposições artístico-culturais e distribuição de livros sobre a biografia dos heróis)	Número de palestras, exposições realizadas e de livros de biográficos distribuídos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 152 palestras</li> <li>• 11 exposições e</li> <li>• 3,000 livros distribuídos</li> </ul>	X	X	M. da Cultura e Turismo
7	Realizar festivais artístico-culturais e turísticos	Número de festivais artístico-culturais e turísticos realizados	9	X	X	M. da Cultura e Turismo

PRIORIDADE I: CONSOLIDAR A UNIDADE NACIONAL, A PAZ E A SOBERANIA									
Objectivos Estratégicos (i): Defender e consolidar a Unidade Nacional e a cultura de paz, democracia e estabilidade política, económica, social e cultural.									
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
8	Realizar feiras das manifestações artístico-culturais e turísticas nacionais e internacionais	Número de feiras artístico-culturais e turísticas nacionais e internacionais	16		X	Distrito Urbano Kampúmo (Casa da Cultura do Alto Maé - Cidade de Maputo), Província de Maputo (FACIM - Marracuene), Sofala (Cidade da Beira), África do Sul, Lisboa, Itália, Portugal, Alemanha, Espanha, Zimbábwe, Inglaterra, Brasil, Emirados Árabes Unidos e Seychelles	107 Fazedores das artes, cultura e turismo e público em geral	M. da Cultura e Turismo	
9	Realizar palestras, debates televisivos e radiofónicos sobre a História da Luta de Libertação Nacional	Número de palestras, debates televisivos e radiofónicos realizados	1,565 palestras, 54 debates televisivos e 86 radiofónicos	X	X	Todo país	Combatentes e população em geral	M. dos Combatentes	
10	Requalificar a Praça dos Combatentes	Praça dos Combatentes requalificada	1	X	X	Maputo cidade	Combatentes e população em geral	M. dos Combatentes	
11	Realizar exposições fotográficas da História da Luta de Libertação Nacional (HLLN)	Número de exposições fotográficas da HLLN realizadas	3	X	X	Niassa, Nampula e Manica	Combatentes e população em geral	M. dos Combatentes	
12	Editar e publicar livros, boletins e folhetos no âmbito do Projecto "Memórias dos Combatentes"	Número de livros, boletins e folhetos editados	3 livros, 19 tipos de folhetos e 3 boletins	X	X	Todas as Províncias	Combatentes e população em geral	M. dos Combatentes	
13	Pesquisar o significado histórico dos locais históricos	Número de locais históricos pesquisados	5	X	X	Tete (Chicondamaio), Cabo Delgado (Ibo, Chai, Mueda), Maputo cidade (Ilha Xefina)	Combatentes e população em geral	M. dos Combatentes	
PRIORIDADE I: CONSOLIDAR A UNIDADE NACIONAL, A PAZ E A SOBERANIA									
Objectivos Estratégicos (ii): Defender a soberania, a reafirmação das fronteiras marítimas e terrestres e consolidar as missões perenes e de interesse público									
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
14	Realizar operações de recrutamento militar	Número de jovens recrutados	170 000	X	X	Todas as Províncias	Jovens em idade de cumprimento do Serviço Militar	M. da Defesa Nacional	
15	Participar nas actividades do Fórum de Defesa a nível da SADC, União Africana, CPLP e ONU bem como em reuniões de Ligação de Operações Fronteiriças	Número de sessões com participação de Moçambique	11	X	X	África de Sul (2), Botswana (1), Etiópia (2), EUA (1), Portugal (1), Angola (1), São Tomé e Príncipe (2) e Timor Leste (1)	Forças de Defesa e Segurança	M. da Defesa Nacional	
16	Acolher e realizar visitas de trabalho no âmbito da cooperação bilateral e multilateral	Número de visitas acolhidas e realizadas	11	X	X	Maputo (1); Espanha (1); Portugal (1); China (1); Vietname (1); Índia (1); Indonésia (1); Botswana (1); Namíbia (1); Etiópia (1); Rússia (1)	Forças de Defesa e Segurança	M. da Defesa Nacional	
17	Participar nas sessões anuais das Comissões Conjuntas Permanentes de Defesa e Segurança com a África do Sul, Malawi e Tanzânia	Número de sessões com participação de Moçambique	3	X	X	Pretria (RSA), Liôngwé e Dar-es-Salaam	Forças de Defesa e Segurança	M. da Defesa Nacional	

PRIORIDADE I: CONSOLIDAR A UNIDADE NACIONAL, A PAZ E A SOBERANIA							
Objectivos Estratégicos (II): Defender a soberania, a reafirmação das fronteiras marítimas e terrestres e consolidar as missões perenes e de interesse público							
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	
				I Sem	II Sem		
		Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável				
18	Acolher as sessões anuais das Comissões Conjuntas Permanentes de Defesa e Segurança com a Suazilândia, Zâmbia e Zimbábué	Número de sessões acolhidas	3	X	X	Maputo Forças de Defesa e Segurança Nacional	M. da Defesa Nacional
19	Proceder a delimitação da fronteira marítima e a extensão da Plataforma Continental da República de Moçambique para além das 200 milhas náuticas	Número de fronteiras delimitadas	5	X	X	Fronteira marítima entre Moçambique e Comores, Madagáscar, África do Sul, Tanzânia e a Linha de Base	M. Negócios Estrangeiros e Cooperação
20	Proceder a reafirmação e mapeamento da fronteira continental com os países vizinhos	Número de fronteiras reafirmadas e mapeadas	4	X	X	Fronteira continental entre Moçambique e Zimbábue, Malawi, Tanzânia e Zâmbia	M. Negócios Estrangeiros e Cooperação
21	Prestar a assistência aos Moçambicanos no Exterior, garantindo a sua protecção e participação na vida política, económica e social do País	Número de moçambicanos assistidos	467 750	X	X	Mombaça (Quênia); Harare (Zimbábue); Lusaka (Zâmbia); Lilongué (Malawi); Dar-Es-Salaam (Tanzania); Manzini (Suazilândia); Joanesburgo (África do Sul); Gaborone (Botswana); e Istambul (Turquia)	M. Negócios Estrangeiros e Cooperação

## 5.2. DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL

## PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL

Objectivo estratégico (i): Promover um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano						
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
Localização		Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)		Responsável		
22	Contratar novos professores para o Ensino Primário, secundário e técnico profissionalsecundário e técnico profissional	Número de Professores Contratados	8 500	X	Ensino primário: 7.566; Niassa (488), Cabo Delgado (392), Nampula (1032), Zambézia (2224), Tete (647), Manica (601), Sofala (718), Inhambane (580), Gaza (256), Maputo Província (649) e Cidade de Maputo (179)	
					Ensino Secundário e Técnico Profissional: 934 – C.Delgado (26), Niassa (34), Nampula (101), Zambézia (128), Tete (111), Manica (61), Sofala (73), Inhambane (97), Gaza (139), Maputo (114), Cidade de Maputo (50).	
23	Implementar programas virados para participação e retenção dos alunos na idade certa	Rácio Alunos por professor no Ensino Primário do 1º Grau (ensino público diurno)	61	X	Todo o País	
		Taxa Líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe	82% (80% rapatigas)	X	Todo o País	
24	Imprimir e distribuir o livro escolar para todas as escolas primárias	Número de comunidades cobertas pelo programa piloto da educação pré-escolar	150	X	Cabo Delgado, Tete, Nampula, Gaza e Maputo (2 distritos de cada província)	
		Número de livros impressos e distribuídos	13 000 000	X	Todo o País	
25	Aumentar a oferta de mais programas na área de Alfabetização e Educação Não Formal	Número de alfabetizadores contratados	19 057	X	Niassa (1.105), Cabo Delgado (1.642), Nampula (5.608), Zambézia (3.299), Tete (1.931), Manica (550), Sofala (1.320), Inhambane (1.544), Gaza (1.500), Maputo Província (300) e Cidade de Maputo (258)	
		Número de alunos abrangidos	34 880	X	Niassa (1.234), Cabo Delgado (1.560), Nampula (3.393), Zambézia (1.868), Tete (1.367), Manica (4.597), Sofala (4.752), Inhambane (4.262), Gaza (561), Maputo Província (7.400), Cidade de Maputo (3.866)	
26	Expandir o Programa do Ensino à Distância (PESD)	Número de carteiras escolares adquiridas	96 214	X	Niassa (7.775), Cabo Delgado (8.933), Nampula (11.725), Zambézia (10.989), Tete (7.775), Manica (9.254), Sofala (9.547), Inhambane (6.420), Gaza (9.440), Maputo Província (6.740) e Cidade de Maputo (5.616)	
		Número de alunos abrangidos	240.500 alunos		34.880 alunos do Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG1)	

PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (I): Promover um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
27	Promover a formação de recursos humanos ao nível de Licenciatura e Pós-Graduação	Número de bolsas de estudo atribuídas a investigadores	80		X	Nível Nacional	80 Investigadores	M. de Ciência e Tecnologia Ensino Superior, Técnico- Profissional	
		Número de bolsas de estudo atribuídas a docentes	80		X	Nível Nacional	80 docentes	M. de Ciência e Tecnologia Ensino Superior, Técnico- Profissional	
		Número de bolsas de estudo (Licenciatura) atribuídas no âmbito da reforma financeira do Ensino Superior	580	X	X	Nível Nacional	580 estudantes com nível médio ou equivalente	M. de Ciência e Tecnologia Ensino Superior, Técnico- Profissional	
28	Operacionalizar clubes de ciência e tecnologia no âmbito da implementação do Programa Criando o Cientista Moçambicano do Amanhã	Número de alunos talentosos identificados e integrados nos clubes de ciência e tecnologia	1 000	X	X	Nível Nacional	1,000 alunos	M. de Ciência e Tecnologia Ensino Superior, Técnico- Profissional	
29	Implantar Institutos Superiores Politécnicos no âmbito da expansão do Ensino Superior	1ª fase da construção do edifício do Instituto Superior Politécnico concluída	1	X	X	Inhambane	População de Inhambane	M. de Ciência e Tecnologia Ensino Superior, Técnico- Profissional	
30	Capacitar professores e gestores do Ensino Superior e Técnico-Profissional nos domínios técnico, psico-pedagógico, gestão escolar e em metodologias de ensino	Número de professores e gestores do Ensino Técnico Profissional capacitados	210	X	X	Maputo Província (55), Cidade de Maputo (38), Gaza (32), Manica (22), Zambézia (10), Nampula (25), Niassa (8) e CaboDelgado (20)	210 professores e gestores de 19 instituições de Ensino Superior	M. de Ciência e Tecnologia Ensino Superior, Técnico- Profissional	
		Número de professores e gestores do Ensino Superior capacitados	60	X	X	Manica e Gaza	60 Docentes	M. de Ciência e Tecnologia Ensino Superior, Técnico- Profissional	
31	Realizar a avaliação externa e acreditação de cursos, programas e instituições de Ensino Superior	Número de instituições de Ensino Superior avaliadas e acreditadas	10	X	X	Todo País	Todos os alunos do Ensino Superior	M. de Ciência e Tecnologia Ensino Superior, Técnico- Profissional	
		Número de Cursos ou Programas avaliados e acreditados	20						

PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL						
Objectivo estratégico (i): Promover um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano						
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
32	Prover cursos de formação e capacitação aos Profissionais de Justiça em matéria de competência específica do seu local de trabalho	Número de Profissionais Capacitados e formados	1,487 profissionais: 1,270 (capacitados) e 217 (formados)	X	X	M. Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
33	Formar guardas penitenciários	Número de guardas penitenciários formados	675		X	M. Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
34	Garantir a formação especializada dos prestadores, pessoal técnico-administrativo do Serviço Cívico de Moçambique (SCM)	Número de jovens e de pessoal militar formado	1 250	x	x	M. da Defesa Nacional
35	Formar Oficiais e Sargentos na Academia Militar "Marechal Samora Machel" e na Escola de Sargentos das Forças Armadas (ESFA) e no estrangeiro bem como realizar cursos de adequação e capacitação dos oficiais no Instituto Superior de Estudos de Defesa "Tenente General Armando Emilio Guebuza" (ISEDEF)	Número de oficiais e sargentos formados	1 106	x	x	M. da Defesa Nacional
36	Promover a formação profissional inicial e contínua, incluindo a reconversão profissional	Número de pessoas formadas	120,000 formados (30,000 atendidos pelos CFP públicos e 81,000 pelos CFP privados)	X	X	M. do Trabalho, Emprego e Segurança Social
37	Estabelecer Unidades Móveis de Formação Profissional	Número de novas unidades móveis operacionalizadas	4	X	X	M. do Trabalho, Emprego e Segurança Social
38	Realizar campanha de educação pública sobre Segurança, Higiene e Saúde ocupacional	Número de empresas abrangidas	265	X		M. do Trabalho, Emprego e Segurança Social
39	Montar o Laboratório de Paleontologia	Número de Laboratórios de Paleontologia montados e operacionais	1	x	x	M. dos Recursos Minerais e Energia
40	Electrificar escolas com base em sistemas solares	Número de escolas electrificadas	42	x	x	M. dos Recursos Minerais e Energia

Localização

Maputo Cidade e Maputo Província (Matola)

Maputo (Moamba)

Maputo Prov (650), Tete (350), Cabo Delgado (150) e Maputo Cidade (100)

Nampula (250), Maputo (750) e no exterior (106)

Niassa (4,500); Cabo Delgado (5,000); Nampula (20,000); Zambézia (10,000); Tete (10,000); Manica (10,000); Sofala (18,000); Inhambane (4,000); Gaza (4,000); Maputo Província (17,000) e Maputo Cidade (17,500)

Cabo-Delgado, Nampula, Zambézia e Manica

Todas as Províncias

Província de Maputo

Cabo Delgado (9 em Montepuez, 6 em Quissanga e 4 em Pemba-Metuge), Manica (6 em Mossurize, 5 em Machaze e 2 em Barué) e Inhambane (5 em Homoine e 5 em Maxixe)

Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)

Magistaturas do Ministério Público, Administrativa e Judicial; Defensores Públicos, Conservadores e Notários e Oficiais de Justiça

Guardas penitenciários

Jovens em idade de cumprir o Serviço Militar e Militares do Quadro de Pessoal

Forças Armadas de Defesa de Moçambique

Candidatos a Emprego (85% jovens e 35% mulheres)

Candidatos ao emprego e empregadores

Trabalhadores das empresas

Instituições académicas e culturais

População em idade escolar

Responsável

M. Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos

M. Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos

M. da Defesa Nacional

M. da Defesa Nacional

M. do Trabalho, Emprego e Segurança Social

M. do Trabalho, Emprego e Segurança Social

M. dos Recursos Minerais e Energia

M. dos Recursos Minerais e Energia

PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL										
Objectivo estratégico (i): Promover um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano										
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável		
				I Sem	II Sem				Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável
41	Realizar monitorias e avaliação da vulnerabilidade à InSAN Aguda	Número de monitorias e avaliações de SAN realizadas	3 (2 monitorias e 1 avaliação)	X	X	Todas as Províncias	4.500 Agregado Familiares	M. Agricultura e Segurança Alimentar		
42	Formar técnicos profissionais em máquinas marítimas, navegação e pesca, biologia e extensão pesqueira e aquacultura	Número de técnicos formados	500	X	X	Maputo Província (Matola)	500 (50 Mulheres e 450 Homens)	M. do Mar, Águas Interiores e Pescas		
43	Formar Técnicos Profissionais em Administração Pública (nível básico, médio e superior)	Número de funcionários do Estado formados e capacitados	2 650	X	X	Nível Nacional	800 Funcionários do Estado capacitados e 1,850 Graduados	M. de Administração Estatal e Função Pública		
44	Formar e capacitar funcionários e agentes do Estado e Comissões de Avaliação de Documentos a nível nacional, no âmbito da implementação Sistema Nacional de Arquivo do Estado	Número de funcionários e agentes do Estado e de comissões de avaliação formados	4 743	X	X	Nível nacional	4.300 funcionários e agentes do Estado e 443 membros das Comissões de Avaliação de Documentos	M. de Administração Estatal e Função Pública		
PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL										
Objectivo estratégico (ii): Expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de saúde, reduzir a mortalidade materna, a morbi-mortalidade por desnutrição crónica, malária, tuberculose, HIV, doenças não transmissíveis e doenças preveníveis										
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável		
				I Sem	II Sem				Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável
45	Aumentar a cobertura de novas utentes de métodos de contracepção moderna em 2015	% de novas utentes de métodos de contracepção moderna	29%	X	X	Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambezia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade	Mulheres em idade fértil: Niassa (119,645), Cabo Delgado(136,705), Nampula (361,685), Zambezia (346,779), Tete (181,785), Manica (139,620), Sofala (147,935), Inhambane (108,277), Gaza (102,308), Maputo Província (123,411) e Maputo Cidade (89,663)	M. Saúde		
46	Aumentar a taxa de cobertura de Crianças Completamente Vacinadas (CCV) de 82% em 2014, para 87,5% em 2015	Taxa de cobertura Crianças Completamente Vacinadas	87,5%	X	X	Niassa 88% (56,865), Cabo Delgado 88% (64,973), Nampula 88% (171,902), Zambezia 88% (164,817), Tete 88% (86,399), Manica 88% (66,358), Sofala 88% (70,311), Inhambane 88% (51,462), Gaza 88% (48,625), Maputo Prov. 88% (68,655) e Maputo Cid.88% (42,615)	Crianças de 0-11 meses	M. Saúde		

PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL							
Objectivo estratégico (ii): Expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de saúde, reduzir a mortalidade materna, a morbi-mortalidade por desnutrição crónica, malária, tuberculose, HIV, doenças não transmissíveis e doenças preveníveis							
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Responsável	
				I Sem	II Sem		
					Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	
47	Aumentar o número de crianças que beneficiam de Tratamento Anti-Retroviral (TARV) pediátrico de 41,400 (41%) para 99,086 (80%)	Número de crianças que se beneficiaram do TARV	99.086 crianças (80%)	X	X	Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade	Crianças em TARV: Niassa (1,037 Mulheres, 1,013 Homens), Cabo Delgado (2,591 Mulheres, 2,530 Homens), Nampula (3,454 Mulheres, 3,372 Homens), Zambézia (12,529 Mulheres, 12,231 Homens), Tete (3,720 Mulheres, 3,629 Homens), Manica (6,278 Mulheres, 6,129 Homens), Sofala (7,303 Mulheres, 7,133 Homens), Inhambane (1,437 Mulheres, 1,435 Homens), Gaza (4,102 Mulheres, 4,096 Homens), Maputo Província (3,630 Mulheres, 3,633 Homens) e Maputo Cidade (3,899 Mulheres, 3,903 Homens)
48	Realizar a campanha de Pulverização Intradomiciliária (PIDOM)	Número de casas abrangidas	781 186	X		Maputo Província (83,864), Gaza (50,354), Sofala (33,895), Manica (70,155), Tete (63,906), Zambézia (340,479) e Nampula (138,733)	<b>Pessoas beneficiárias:</b> Maputo Província (334,643), Gaza (201,417), Sofala (135,583), Manica (280,623), Tete (255,627), Zambézia (1,361,916) e Nampula (554,935)
49	Introduzir os Multinutrientes em pó em mais Províncias	Número de novas Províncias que implementam a suplementação com multinutrientes em pó	6	X		Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Manica, Sofala e Zambézia	Crianças dos 6 a 23 meses de idade nas 6 Províncias
50	Colocar Profissionais de Saúde de nível superior, médio e básico nas Províncias	Número de profissionais colocados	2,429; (648 de nível superior, 1,635 de nível médio e 146 de nível básico)	X	X	Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo Província, Maputo Cidade, HCM e OC	Serviço Nacional de Saúde
51	Instalar sistemas solares térmicos em Unidades Sanitárias	Número de Unidades Sanitárias com sistemas térmicos solares instalados	6	X	X	Niassa (Lichinga), Cabo Delgado (Mueda), Tete (Ufongue), Manica (Chimoio) e Maputo (Namaacha)	Parturientes nas Unidades Sanitárias
52	Prosseguir a electrificação de centros de saúde com base em sistemas Solares	Número de centros de saúde electrificados	24	X	X	Cabo Delgado (3 em Montepuez) e Manica (7 em Mossuize, 8 em Machaze e 6 em Banué)	Utentes das unidades sanitárias
53	Prover micronutrientes para a fortificação das farinhas de milho e de mandioca e açúcar no âmbito da redução da desnutrição crónica	Número de moageiras e associações assistidas	15 Moageiras e 1 Associação	X	X	Todo o País	Agentes económicos e consumidores
54	Prover lodo às salineiras e capacitar os intervenientes	Número de intervenientes capacitados	50	X	X	Maputo, Sofala e Cabo e Delgado	50 Intervenientes na cadeia do sal
		Toneladas de lodo disponibilizadas	3	X	X	Maputo, Sofala, Inhambane, Sofala Cabo Delgado, Zambézia e Nampula	126 salineiras

PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (iii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
55	Demarcar talhões no âmbito de urbanização básica das zonas rurais e urbanas	Número de Talhões demarcados	2 000	X	X	Maputo Cidade (108), Maputo Província (119), Gaza (121), Inhambane (126), Sofala (162), Manica (139), TeTe (176), Zambézia (380), Nampula (394), Cabo Delgado (159) e Niassa (116)	2.000 agregados familiares	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos	
56	Promover a construção de habitação a custos acessíveis em coordenação com os órgãos locais	Número de casas construídas	3 000	X	X	Maputo Cidade (162), Maputo Província (179), Gaza (184), Inhambane (185), Sofala (243), Manica (209), TeTe (264), Zambézia (570), Nampula (593), Cabo Delgado (238) e Niassa (173)	3.000 agregados familiares	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos	
57	Iniciar a construção de casas no âmbito de Fomento da Habitação	Número de casas concluídas	1 341	X	X	16 Zimava (Maputo), 38 Chongoene e 12 Massangena (Gaza), 25 Inhambane, 25 Dondo (Sofala), 25 Cidade de Chimio (Manica), 400 Mpabwe (TeTe), 400 Nicoadala (Zambézia) e 400 Chuiba (Cabo Delgado).	1.341 agregados familiares	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos	
58	Apoiar a Urbanização Básica nos Municípios e Distritos	Número de talhões com infra-estruturas básicas	100	X	X	Zalala - Província da Zambézia	100 agregados familiares	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos	
PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (iii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
59	Promover campanhas de sensibilização sobre o saneamento e higiene nas cidades e vilas	Número de campanhas realizadas	300		X	Maputo Cidade (20), Maputo Província (25), Gaza (15), Inhambane (20), Sofala (40), Manica (25), TeTe (30), Zambézia (40) Nampula (45), Cabo Delgado (35) e Niassa (15)	18.600 pessoas: Maputo Cidade (1.200), Maputo Província (1.500), Gaza (900), Inhambane (1.200), Sofala (2.400), Manica (1.500), TeTe (1.800), Zambézia (2.400), Nampula (2.700), Cabo Delgado (2.100) e Niassa (900)	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos	
60	Realizar campanhas de mobilização e sensibilização das comunidades sobre boas práticas de higiene a saneamento nas zonas rurais	Número de campanhas realizadas	500	X	X	Maputo província (45), Gaza (45), Inhambane (30), Sofala (60), Manica (40), TeTe (50), Zambézia (70), Nampula (70), Cabo Delgado (60) e Niassa (30)	População em geral	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos	

PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL						
Objectivo estratégico (iii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação						
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)
				I Sem	II Sem	
62	Reabilitar os sistemas de abastecimento de água das cidades e vilas	Número de sistemas reabilitados	17	x	x	População em geral M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
63	Expandir a rede de distribuição de água nas cidades	Kms de rede constituídos	150 km	x	x	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
64	Instalar sistemas eólicos de bombeamento de água	Número de sistemas de bombeamento de água instalados	10	x	x	M. dos Recursos Minerais e Energia
65	Iniciar a construção de Sistemas de Abastecimento de Água Rural	Número de sistemas constituídos	12	x	x	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
66	Construir fontes dispersas de abastecimento de água (poços e furos equipados com bombas manuais)	Número de fontes dispersas constituídas	1 210	x	x	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
67	Reabilitar fontes dispersas de abastecimento de água (poços e furos equipados com bombas manuais) nas zonas rurais	Número de fontes dispersas reabilitadas	723	x	x	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
68	Adquirir camuegens de passageiros para os Caminhos de Ferro de Moçambique - Sul	Número de camuegens adquiridas	70	X	X	M. dos Transportes e Comunicações

PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (iii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
69	Expandir os serviços de telecomunicações (voz, dados e internet) para as localidades	Número de localidades cobertas	21	X		Sofala (Cheringoma, Buzi e Nhamatanda); Manica (Manica, Barué e Guro); Tete (Mutarara, Marávia e Changara); Zambézia (Inhassunge, Morrumbala e Namatú); Namputa (Monapo, Ribaué, Malema e Moma); Cabo Delgado (Nangade e Balama); Niassa (Cuamba, Lago e Maúa)	População em geral	M. dos Transportes e Comunicações	
70	Expandir a cobertura da rádio difusão digital para as Províncias	Número de capitais provinciais cobertas	10	X		Maputo, Xai-Xai, Inhambane, Beira, Chimoino, Tete, Quelimane, Nampula, Pemba e Lichinga	População em geral	M. dos Transportes e Comunicações	
71	Adquirir autocarros para o Transporte Público Urbano	Número de autocarros adquiridos e distribuídos	93	X		Todas as capitais provinciais	População em geral	M. dos Transportes e Comunicações	
PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (iv): Promover a participação da juventude nas actividades socioculturais, desportivas e económicas como mecanismo para massificar a prática regular da actividade física e desportiva e melhorar a qualidade de vida, saúde e bem-estar da população									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
72	Apoiar financeiramente as actividades do Conselho Nacional da Juventude (CNU) e Conselhos Provinciais da Juventude (CPJ's) através de contratos programas	Número de contratos programas financiados	11 CPJ's e 1 CNU	X		Maputo Província (1), Maputo Cidade (1), Gaza (1), Inhambane (1), Sofala (1), Manica (1) Tete (1), Zambézia (1), Nampula (1), Cabo Delgado (1), Niassa(1) e Nível Central (1)	1,500,000 jovens de todo o País	M. Juventude e Desporto	
73	Realizar actividades recreativas e educativas para a promoção da rapariga através do Projecto Menina Biz na comunidade	Número de raparigas adolescentes e jovens abrangidas	5 000	X	X	Todas as províncias	5,000 raparigas abrangidas	M. Juventude e Desporto	
74	Realizar actividades de sensibilização em Saúde Sexual Reprodutiva e HIV, Alcool e Drogas para adolescentes e jovens (Geração Biz) nas comunidades e autarquias (através de palestras/ teatros educativos)	Número de activistas formados	960	X	X	Maputo Província (30), Maputo Cidade (60), Gaza (30), Inhambane (270), Sofala (120), Manica (60), Tete (60), Zambézia (90), Nampula (120), Cabo Delgado (60) e Niassa (60)	960 jovens activistas e 217.500 jovens	M. Juventude e Desporto	
75	Providenciar serviços e descontos aos jovens através do Projecto Carão Jovem Moçambique	Número de cartões de jovens emitidos	10 000	X	X	Todas as províncias	100,000 jovens	M. Juventude e Desporto	
76	Realizar o concurso de música <i>crossroad's</i> como vector de internacionalização da cultura e factor de reforço das campanhas humanitárias	Número de jovens artistas participantes	300	X	X	Todas as províncias	300 jovens talentos	M. Juventude e Desporto	
77	Financiar a actividade desportiva através de contratos programa com as federações	Número de contratos programa financiados	24 (Federações Desportivas), 11 (Órgãos de Gestão Desportiva), 2 (Clubes e envolvidos nas Afro-Taças)	X		Maputo Província (1), Maputo Cidade (1), Gaza (1), Inhambane (1), Sofala (1), Manica (1), Tete (1), Zambézia (1), Nampula (1), Cabo Delgado (1), Niassa (1) e Nível Central (26)	Federações, Clubes e Órgãos de gestão desportiva	M. Juventude e Desporto	

PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL						
Objectivo estratégico (iv): Promover a participação da juventude nas actividades socioculturais, desportivas e económicas como mecanismo para massificar a prática regular da actividade física e desportiva e melhorar a qualidade de vida, saúde e bem-estar da população						
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)			
78	Formar Agentes Desportivos	Número de Agentes Desportivos formados	1 814	X	X	M. Juventude e Desporto
79	Promover torneios desportivos no âmbito da massificação desportiva	Número de praticantes envolvidos em torneios	160 024	X	X	M. Juventude e Desporto
80	Distribuir material e equipamento desportivo	Número de Material e Equipamento distribuído	Camisetas (505); Bolas de futebol, andebol, basquete, voleibol (5.000); apitos (680); sacolas (692); fatos de treino (715); bonés (715); coletes (715) e tabuleiros de xadrez (1.100)	X	X	M. Juventude e Desporto
81	Atribuir bolsas desportivas aos atletas com Estatuto de Alta Competição	Número de bolsas atribuídas	30	X	X	M. Juventude e Desporto
82	Introduzir o ensino artístico e cultural nas zonas Centro e Norte do País	Número de escolas artísticas abertas	2	X	X	M. da Cultura e Turismo
83	Capacitar profissionais do sector público e privado em Artes, Cultura e Turismo	Número de profissionais do Sector Público e privado capacitados	714	X	X	M. da Cultura e Turismo

PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL						
Objectivo estratégico (V): Promover a igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a protecção e desenvolvimento integral da criança e garantir a assistência social aos combatentes e às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade						
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)						
		Número de Agregados Familiares que recebem transferências monetárias regulares no âmbito do Programa Subsídio Social Básico	356 746	X	X	M. do Género, Criança e Acção Social
84	Efectuar transferências sociais aos agregados familiares em situação de pobreza e de vulnerabilidade	Número de Agregados Familiares que recebem transferências sociais por tempo indeterminado no âmbito do Programa Apoio Social Directo	47 287	X	X	M. do Género, Criança e Acção Social
		Número de agregados familiares que recebem transferências monetárias no âmbito do Programa Acção Social Produtiva	62 030	X		M. do Género, Criança e Acção Social
85	Capacitar mulheres e homens em matérias sobre equidade e igualdade de género	Número de pessoas capacitadas	1 448	X	X	M. do Género, Criança e Acção Social
86	Assistir crianças em idade pré-escolar nos centros infantis e escolinhas comunitárias	Número de crianças atendidas	83 289	X	X	M. do Género, Criança e Acção Social
87	Divulgar os direitos da Mulher, Criança, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência	Número de Campanhas realizadas	4	X	X	M. do Género, Criança e Acção Social

PRIORIDADE II: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Objectivo estratégico (V): Promover a igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a protecção e desenvolvimento integral da criança e garantir a assistência social aos combatentes e às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
90	Tramitar processos para fixação de pensões dos Combatentes	Número de processos tramitados	3.000	X	X	Todas Províncias	3.000 Combatentes	M. dos Combatentes	
91	Adquirir e distribuir meios de compensação (cadeiras de roda, triciclos e canadianas) e fardamento para os Combatentes	Número de meios de compensação e uniformes distribuídos	550 (meios de compensação) e 17.000 (uniformes)		X	Todas Províncias	550 Combatentes e 17.000 Veteranos	M. dos Combatentes	
92	Financiar a construção de casa para Combatentes portadores de grande deficiência	Número de casas construídas	19		X	Maputo Província	19 Combatentes	M. dos Combatentes	
93	Atribuir bolsas de estudo parciais para o Ensino Superior aos Combatentes e seus filhos	Número de bolsas de estudo atribuídas	400	X		Todas Províncias	400 Combatentes e seus filhos	M. dos Combatentes	

## 5.3. PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE

PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE						
Objectivo estratégico (i): Aumentar a produtividade e a produção em todos os sectores com ênfase na agricultura						
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
Localização da acção		Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)				
94	Produzir e libertar variedades adaptadas às condições agro-ecológicas da região	Número de variedades libertadas	10 variedades: Milho (2), Batata-doce (2), Arroz (1), Feijão-nhamba (1), Feijão vulgar (1), Mapira (1), Hortícolas: Tomate (1), Pimento (1)	X	X	M. Agricultura e Segurança Alimentar
95	Produzir semente adaptadas às diferentes condições agro-ecológicas	Toneladas de semente produzidas	617.2 toneladas: Milho (160 ton), Arroz (140 ton), F. nhamba (32 ton), F. vulgar (40 ton), F. boer (9 ton), Soja (25 ton), Amendoim (32 ton), Mapira (58 ton), Mexoeira (1.2 ton), Algodão (20 ton), Batata Reno (100 ton), Mandioca (40 ha)	X	X	M. Agricultura e Segurança Alimentar
96	Adquirir e distribuir vacinas, biológicos, drogas e instrumentos veterinários	Vacinas, biológicos, drogas e instrumentos veterinários adquiridos e distribuídos	Carbúnculo hemático-1,875,966; Carbúnculo sintomático-526,322; Brucelose-212,949; Febre Afiosa-450,000; Tuberculina-243,503; Dermatose Nodular-397,765; Raiva-387,200; Newcastle Itanew-; Newcastle - 9,736,895; e Drogas carracidas - 12,100 kg de Amitraz 23,75% TR, 20,400 Litros de Amitraz 12,5% e 3,600 Litros de Cyfluthrin 1%	X	X	M. Agricultura e Segurança Alimentar
97	Realizar fomento pecuário para tracção animal	Número de bovinos distribuídos	1 251	X	X	M. Agricultura e Segurança Alimentar

PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE								
Objectivo estratégico (i): Aumentar a produtividade e a produção em todos os sectores com ênfase na agricultura								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização da acção	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável
				I Sem	II Sem			
98	Assistir produtores agrários em técnicas e tecnologias de produção	Número de produtores assistidos	630 100	X	X	Niassa 40,600, Cabo Delgado (50,500), Nampula (98,500), Zambézia (85,000), Tete (52,000), Manica (52,500), Sofala (73,500), Inhambane (45,500), Gaza (67,400), Maputo (50,600) e Maputo Cidade (14,000)	Produtores a nível Nacional	M. Agricultura e Segurança Alimentar
99	Promover Finanças Rurais inclusivas	Número de novos clientes atraídos para o sistema financeiro formal e informal	15 300	X	X	Nacional	76,500 (45% Mulheres)	M. Economia e Finanças
100	Criar e Capacitar Conselhos Comunitários de Pesca (CCP's) e Grupos de Poupança de Créditos Rotativos (PCR's)	Número de CCP's e Grupo de PCR's Capacitados	25	X	X	Conselhos Comunitários de Pesca (Total de membros capacitados 10 ): Niassa (1), Cabo Delgado (2), Tete (1), Manica (1), Gaza (2) e Maputo (3) Grupos de Poupança de Créditos Rotativos (Total de membros capacitados 15): Tete (1), Manica (1), Sofala (9), Gaza (2) e Maputo (2)	473 Membros (309 homens e 164 mulheres)	M. do Mar, Águas Interiores e Pesca
101	Constituir o Fundo de Investimento do Ambiente	Número de CCP's estabelecidos	9	X	X	Niassa (1), Sofala (3), Tete (1), Inhambane (3) e Manica (1)	Membros integrantes das associações estabelecidas	M. do Mar, Águas Interiores e Pesca
102	Produzir Cartografia na Escala 1:25 000 do Baixo Incomati	Fundo de Investimento constituído	1	X	X	Maputo	Comunidades Rurais	M. Terra, Ambiente e Desenvolvimento rural
103	Disponibilizar equipamentos de produção agrícola e agrícola para 15 associações	Folhas topográficas produzidas	8	X	X	Baixo Incomati	Utilizadores de informação geocartográfica	M. Terra, Ambiente e Desenvolvimento rural
104	Estabelecer centros de serviços de negócios nos Distritos para apoiar o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas	Número de equipamento distribuído	120 (40 carroças, 40 charruas 40 de Apicultura)	X	X	Morrumbala (Zambézia)	800 Produtores	M. Terra, Ambiente e Desenvolvimento rural
104	Estabelecer centros de serviços de negócios nos Distritos para apoiar o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas	Número de centros estabelecidos	2	X	X	Cabo Delgado (Montepuez e Palma)	Distritos abrangidos	M. Terra, Ambiente e Desenvolvimento rural

PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE									
Objectivo estratégico (i): Aumentar a produtividade e a produção em todos os sectores com ênfase na agricultura									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização da acção	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
105	Providenciar assistência técnica às associações de produtores para a sua legalização e funcionamento	Números de associações legalizadas e em funcionamento	140	X	X	Niassa (20); Cabo Delgado (20); Nampula (25); Zambézia (25); Manica (10); Sofala (10); Tete (10); Inhambane (10); Gaza (10)	1.500 membros de associações	M. Terra, Ambiente e Desenvolvimento rural	
106	Providenciar assistência financeira para novos clientes de serviços financeiros através de grupos de poupança, crédito e microfinanças	Números de clientes financiados e assistidos	1 500	X	X	Niassa (150), Cabo Delgado (150), Nampula (250), Zambézia (250), Manica (300), Sofala (250), Inhambane (150)	6.000 membros do agregado familiar	M. Terra, Ambiente e Desenvolvimento rural	
107	Capacitar os beneficiários do Fundo de Desenvolvimento do Distrito (FDD, vulgo 7 milhões) e Associações de produtores, intervenientes de desenvolvimento local	Número de beneficiários dos 7 milhões e de Associações de produtores capacitados	20.000 beneficiários e 145 associações de produtores	X	X	Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado	400 beneficiários dos 7 milhões e 725 membros de associações de produtores	M. Terra, Ambiente e Desenvolvimento rural	
PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE									
Objectivo estratégico (ii): Promover a industrialização orientada para a modernização da economia e o aumento das exportações									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização da acção	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
108	Operacionalizar os complexos de silos e a fábrica de processamento de milho	Toneladas de produtos armazenados e leiloados  Toneladas de produtos adquiridos e processados	8,000 toneladas armazenadas e 3,000 toneladas leiloadas  500	X	X	Todo o País  Tete	Agentes económicos  Produtores agrícolas	M. Indústria e Comércio  M. Indústria e Comércio	

PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE									
Objectivo estratégico (iii): Promover a industrialização orientada para a modernização da economia e o aumento das exportações									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização da acção	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
109	Assistir e acompanhar empreendedores e PME's no desenvolvimento da capacidade competitiva	Número de empreendedores e PME's financiados e promovidos Número de PME's e associações capacitadas	50 2.025	X X	X X	Todo o País Todo o País	Pequenas e Médias Empresas 1,215 Homens e 810 Mulheres	M. Indústria e Comércio M. Indústria e Comércio	
110	Organizar a participação das empresas nas missões, feiras e exposições nacionais e internacionais	Número de feiras participadas fora do País Número de feiras organizadas dentro do País	10 6 (5 Feiras Nacionais e 1 FACIM)	X X	X X	10 Países dos quais 3 da região Austral Maputo, Cabo Delgado e Nampula	Agentes económicos Agentes económicos e Público no geral	M. Indústria e Comércio M. Indústria e Comércio	
111	Acreditar laboratório e registar os direitos da propriedade industrial	Laboratório de Metrologia acreditado Direito da Propriedade Industrial registados	1 3.500 Direitos da Propriedade Industrial 15 Inovadores	X X	X X	Zona Sul, Centro e Norte Todo o País Maputo, Gaza, Manica, Tete e Nampula	Laboratório do Instituto Nacional de Normalização de Qualidade Agentes económicos e inovadores	M. Indústria e Comércio M. Indústria e Comércio	
112	Emitir títulos mineiros no âmbito da criação de oportunidades de negócio para os cidadãos nacionais na indústria extractiva	Número de títulos mineiros emitidos	100	X	X	Todo País	Investidores e Operadores Mineiros Nacionais	M. Recursos Minerais e Energia	

PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE									
Objectivo estratégico (iii): Promover a industrialização orientada para a modernização da economia e o aumento das exportações									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização da acção	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
113	Electrificar Pólos de Pescas através da Rede Eléctrica Nacional	Número de localidades com potencial pesqueiro electrificadas	4	X		Cabo Delgado (Quissanga e Macomia), Zambézia (Mulai) e Inhambane (Macunhe)	250 novos consumidores e utentes dos mercados de peixe	M. Recursos Minerais e Energia	
114	Demarcar e redimensionar as áreas designadas para Senha Mineira	Número de áreas demarcadas e redimensionadas	6	X	X	Gaza 3 (Massingir, Chókwé, Gujiá, ) e Inhambane 3 (Jangamo, Massinga e Inharrime)	Operadores de pequena escala	M. Recursos Minerais e Energia	
115	Capacitar operadores em tecnologias de extração e processamento mineiro (ouro, argila, calcário, pedras, preciosas e semi-preciosas) com ênfase para mulheres	Número de capacidades realizadas	8	X	X	Maputo (2), Niassa (2), Nampula (2) e Manica (2)	4 Associações Mineiras	M. Recursos Minerais e Energia	
PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE									
Objectivo estratégico (iii): Promover o emprego, a legalidade laboral e a segurança social									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta 2014	Periodicidade		Localização da acção	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.	
				I Sem	II Sem				
116	Realizar feiras das manifestações artístico-culturais e participar em Feiras Regionais e Internacionais	Número de feiras nacionais das indústrias culturais participadas e realizadas	15 (3 Feiras realizadas e 12 participações)	X	X	Realizadas: Maputo-Provincia (FACIM); Distrito Urbano Kamptumo - Casa da Cultura do Alto Maé Cidade de Maputo e em Sofala (Beira). Participadas: África do Sul (2), Lisboa (1) e Itália (1), Portugal (1), Alemanha (1), Espanha (1), Zimbabue (1), Inglaterra (1), Brasil (1), Emirados Árabes Unidos (1) e Seychelles (1)	107 fazedores das artes	M. Cultura e Turismo	

PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE									
Objectivo estratégico (iii): Promover o emprego, a legalidade laboral e a segurança social									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta 2014	Periodicidade		Localização da acção	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.	
				I Sem	II Sem				
117	Montar estúdios de gravação musical	Número de estúdios de gravação musical montados	2	X	X	Zambézia: Molocué e Morrumbala	Jovens, Artistas locais e de outras regiões do País	M. Cultura e Turismo	
118	Financiar pequenas e médias empresas do turismo	Número de pequenas e médias empresas financiadas	10	X	X	Nível Nacional	Empresários da indústria do turismo	M. Cultura e Turismo	
119	Realizar Feira Internacional de Turismo de Moçambique (Descubra Moçambique)	Feira Internacional realizada	1	X	X	Maputo	Operadores turísticos e População em geral	M. Cultura e Turismo	
120	Financiar Projectos de Geração de Rendimentos	Número de projectos de geração de rendimento financiados	862	X	X	Maputo Província (75); Maputo Cidade (75); Gaza (80) Inhambane (75); Sofala (75); Manica (80); Tete (75); Zambézia (87); Nampula (90); Cabo Delgado (75) e Niassa (75)	12,930 jovens de todo o País	M. Juventude e Desportos	
121	Formar jovens sobre liderança, gestão associativa, gestão de projectos e gestão financeira, gestão de recursos naturais (carvão mineral, gás e petróleo)	Número de jovens formados	2 560	X	X	Maputo Província (4); Maputo Cidade (3); Gaza (5) Inhambane (4); Sofala (285); Manica (5); Tete (285); Zambézia (284); Nampula (285); Cabo Delgado (4) e Niassa (4)	5,245 jovens	M. Juventude e Desportos	
122	Formar Jovens sobre Educação Financeira	Número de jovens formados	600	X	X	Maputo Província, Maputo Cidade, Gaza e Zambézia	600 jovens	M. Juventude e Desportos	
123	Realizar a Conferência Nacional de Empreendedorismo Juvenil	Conferência realizada	1	X	X	Zambézia (Mocuba)	635 jovens	M. Juventude e Desportos	
124	Promover a criação de emprego nos diversos sectores de actividades económicas e sociais, incentivando e apoiando iniciativas geradoras de emprego e auto-emprego	Número de empregos criados	296,713 (50,730 com intervenção do sector público-INEFP, PERPU, FAU, FDD); 13,419 admissões na Função Pública, 192,446 do sector privado e 40,118 no Exterior	X	X	Niassa (7,415); Cabo Delgado (12,747); Nampula (36,724); Zambézia ( 51,691); Tete (21,704); Manica (15,861); Sofala (30,320); Inhambane (22,535); Gaza (36,409); Maputo Prov. (32,246) e Maputo Cidade (29,061).	Candidatos ao emprego dos quais 80% jovens e 35% mulheres	M. Trabalho, Emprego e Segurança Social	

PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE									
Objectivo estratégico (iii): Promover o emprego, a legalidade laboral e a segurança social									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta 2014	Periodicidade		Localização da acção	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.	
				I Sem	II Sem				
125	Promover Estágios Pré-Profissionais	Número de beneficiários de estágios	2 970	X	X	Niassa (300); Cabo Delgado (200); Nampula (200); Zambézia (300); Tete (200); Manica (541); Sofala (400); Inhambane (109); Gaza (180); Maputo Província (270) e Maputo Cidade (270).	Candidatos ao emprego dos quais 35% mulheres	M. Trabalho, Emprego e Segurança Social	
126	Inspeccionar e fiscalizar estabelecimentos laborais no País	Número de estabelecimentos laborais inspeccionados e fiscalizados	7 000	X	X	Maputo Cidade (940); Maputo Província (650); Gaza (600); Inhambane (700); Sofala (900); Manica (600); Tete (650); Zambézia (500); Nampula (600); Cabo Delgado (500); Niassa (360)	Trabalhadores dos estabelecimentos abrangidos	M. Trabalho, Emprego e Segurança Social	
127	Inscriver contribuintes e beneficiários por conta de outrem	Número de beneficiários e contribuintes inscritos	8,085 contribuintes e 112,720 beneficiários	X	X	Maputo Cidade (2,274 e 29,857), Maputo Província(600 e 10,000), Gaza (315 e 4,898), Inhambane (450 e 4,808); Sofala (600 e 15,000), Manica(758 e 7,141), Tete (819 e 13,986), Zambézia (783 e 5,944), Nampula (821 e 10,000), Cabo Delgado (410 e 5,337) e Niassa (255 e 5,749)	8,085 contribuintes e 112,720 beneficiários	M. Trabalho, Emprego e Segurança Social	
128	Adquirir e alocar Kits de auto-emprego aos jovens nas profissões de carpintaria, serralharia, confeiteiro e costura, avicultura, construção civil (pedreiros), canalização, electricidade instaladora, mecânica-auto e refrigeração	Número de Kits de auto emprego alocados	650	X	X	Niassa (50); Cabo Delgado (50); Nampula (90); Zambézia (60); Tete (60); Manica (50); Sofala (70); Inhambane (50); Gaza (50); Maputo Província (50) e Maputo Cidade (50)	Candidatos ao emprego dos quais pelo menos 25% mulheres	M. Trabalho, Emprego e Segurança Social	
129	Instalar e operacionalizar o Observatório do Mercado de Trabalho	Observatório do Mercado do Trabalho operacionalizado	1		X	Maputo-cidade	Governo, Parceiros Sociais e sociedade em geral.	M. Trabalho, Emprego e Segurança Social	
130	Realizar a Conferência Nacional sobre Estágios Pré-Profissionais	Conferência Nacional sobre Estágios Pré-Profissionais realizado	1	X		Maputo	Trabalhadores, Empregadores e Candidatos a Emprego	M. Trabalho, Emprego e Segurança Social	
131	Aprovar Regulamentos Complementares à Lei do Trabalho (Trabalho Mineiro, Segurança Privada, Regulamento sobre a concessão de Tolerância de Ponto)	Número de Regulamentos Aprovados	3	X	X	Maputo	Trabalhadores, Empregadores e Candidatos a Emprego	M. Trabalho, Emprego e Segurança Social	

PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE						
Objectivo estratégico: Promover a cadeia de valor dos produtos primários nacionais assegurando a integração do conteúdo local						
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
132	Prestar assistência técnica na construção de tanques e gaiolas piscícolas	Número de Piscicultores assistidos	1 211	X	X	M.Mar. Águas Interiores e Pescas
133	Povoar tanques e gaiolas piscícolas	Número de tanques e gaiolas povoadas	2 706	X		M.Mar. Águas Interiores e Pescas
134	Motorizar embarcações da Pesca Artesanal	Número de embarcações motorizadas	48	X		M.Mar. Águas Interiores e Pescas
135	Financiar projectos da pesca e aquacultura	Número de projectos financiados	820	X	X	M.Mar. Águas Interiores e Pescas

Localização da acção

Tanques construídos: Maputo (17), Gaza(66), Inhambane(215), Namipula(11), Cabo. Delgado(25), Manica(210), Tete(40), Zambézia(299), Niassa(28), Sofala (50), Gaiolas Construídas - 250: Inhambane(100); Niassa(40); Manica(60) e Tete(50)

**Tanques Povoados -2,456:** Maputo (66), Gaza (154), Inhambane (450), Sofala (63), Manica (443), Tete (562) Nampula (113), Zambézia (670) Niassa (83), Cabo Delgado (103); **Gaiolas Povoadas-250:** Inhambane (100); Niassa (40); Manica (60); Tete (50)

Niassa-5: Lago (5), Cabo Delgado-9: Palma (3), Mocimboa da Praia (4), Macomia (2); Nampula-6: Momba (2); Ilha de Moçambique (2), Angoche (2); Zambézia-8: Pebane (2), Namacurra (2), Nicoadala (2), Chinde (2); Sofala-10: Cheringoma (1), Muanza (2), Dondo (2), Beira (3), Búzi (2); Inhambane-2: Govuro (2), Gaza-3: Xai-xai (2), Bilene (1); Maputo Província-5; Marracuene (5)

**Pesca de Pequena Escala -275:** Maputo (20), Gaza (20), Inhambane (30), Sofala (20), Manica (15), Tete (25), Zambézia (50), Nampula (50), Cabo. Delgado (25), Niassa (20); **Aquacultura -25:** Maputo (2), Gaza (2), Inhambane (2), Sofala (2), Manica (4), Tete (4), Zambézia (4), Nampula (2), Cabo Delgado (1), Niassa (2); **Semi-Industrial -20:** Banco de Sofala-10 e Maputo -10

Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)

População em Geral

390 Pescadores artesanais

Pesca (200 Homens 75 Mulheres), Aquacultura ( 20 Homens e 5 mulheres) e Operadores da Pesca Semi Industrial ( 20 Homens)

PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE								
Objectivo estratégico: Promover a cadeia de valor dos produtos primários nacionais assegurando a integração do conteúdo local								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização da acção	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável
				I Sem	II Sem			
136	Capacitar pescadores e aquacultores de pequena escala em técnicas melhoradas de pesca e aquacultura	Número de sessões de capacitação realizadas	193	X	X	Pesca (132); Niassa (6), Cabo Delgado (22), Nampula(25), Tete (5), Zambézia (14), Manica (8), Sofala (16), Inhambane (11), Gaza (12) e Maputo (13) Higiene-sanitárias (9); Cabo Delgado (1), Nampula (1), Niassa (1), Zambézia (1), Tete (2), Manica (1) Sofala (1), Inhambane (1) e Maputo (1) Aquacultura (52); Maputo (1), Gaza (4), Inhambane (4), Sofala (4), Manica (8), Zambézia (10), Tete (15), Nampula (2), Cabo Delgado (2) e Niassa (2)	Bebeficiando a Pescadores e Aquacultores de Pequena Escala	M. Mar, Águas Interiores e Pescas
137	Acreditar laboratórios de inspecção de pesca	Número de laboratórios acreditados	3	X	X	Maputo (1); Sofala (1), Zambézia (1)	Pescadores industriais	M. Mar, Águas Interiores e Pescas
138	Realizar a 13ª Mostra Nacional de Ciência e Tecnologia	13ª Mostra Nacional de Ciência e Tecnologia realizada	1	X	X	Cidade de Maputo	80 expositores e 15 000 visitantes	M. Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional
139	Registrar inovações no Instituto de Propriedade Industrial (IPI)	Número de inovações registadas	10	X	X	Nível Nacional	Inovadores	M. Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional
140	Estabelecer o Centro de Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Humano (CTTDH) da Vila de Milénio de Molumbo	Número de CTTDHs estabelecidos	1	X	X	Distrito de Molumbo (Nampula)	5 000 pessoas	M. Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional

PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE								
Objectivo estratégico: Promover a cadeia de valor dos produtos primários nacionais assegurando a integração do conteúdo local								
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização da acção	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável
				I Sem	II Sem			
141	Financiar Projectos de Investigação Científica e de Inovação e Transferência de Tecnologia na base competitiva	Número de Projectos de Investigação Científica, Inovação e Transferência de Tecnologia financiados	45		X	Nível Nacional	45 (30 homens e 15mulheres)	M. Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional
		Número de trabalhos Científicos e Tecnológicos apresentados nas 8ª Jornadas Científicas e Tecnológicas de Moçambique	80	X		Provincias de Inhambane e Manica	80 (50 homens e 30 mulheres)	M. Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional
142	Estimular a Inovação e Empreendedorismo Científico e Tecnológico na Área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), através de Concurso de Ideias de Negócios Inovadores	Número de jovens, empreendedores, gestores de incubadoras, técnicos envolvidos	200		X	Nível Nacional	200 jovens ( 120 homens e 80 mulheres)	M. Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional

## 5.4. DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS						
Objectivo Estratégico (i): Aumentar o acesso com qualidade e disponibilidade de energia eléctrica, combustíveis líquidos e gás natural para o desenvolvimento das actividades socio-económicas, o consumo doméstico e a exportação						
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
143	Electrificar Sedes Distritais, Postos Administrativos e Vilas, através da Rede Eléctrica Nacional e de sistemas solares	Numero de Sedes Distritais Postos Administrativos e Vilas com obras de electrificação em curso	30	X	X	M.Recursos Minerais e Energia
144	Construir e reforçar as linhas de transporte de energia eléctrica, incluindo a construção de sub-estações	km's de linhas de Alta Tensão (66 kV e 220 kV) e sub-estações construídas	193 km's e 4 Sub-estações	X	X	M.Recursos Minerais e Energia
145	Concluir a construção de mini-hídricas de Muôha, Sembezeia e Rotanda	Numero de mini-hídricas construídas	3	X		M.Recursos Minerais e Energia
146	Prosseguir a construção de postos de abastecimento de combustíveis líquidos e de Gás Natural para Veículos (GNV)	Numero de Postos de Abastecimento de combustíveis líquidos e de GNV construídos	20	X	X	M.Recursos Minerais e Energia
147	Construir a Base de Apoio Logístico às Operações Petrolíferas de Pemba	Metros de cais para a base de apoio logístico com obra iniciada	312	X	X	M.Recursos Minerais e Energia

Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)
Sedes Distritais (7): 4 na Zambézia (Luabo, Muelevaia, Mulumbo e Dere); 2 em Tete (Marara e Doa) e 1 em Manica (Macate), <b>Sedes Distritais a concluir transitadas de 2014</b> (3) Sofala (Mainingué) e Gaza (Massangena e Chicualacuala)	44.600 consumidores
<b>Provincias de Cabo Delgado (1)</b> (P.A.s de Ntamba em Nangade); <b>Nampula (2)</b> (P.A. de Alua em Namapa), Massiotela em Monapo); <b>Zambézia (1)</b> (Vila de Milange); e <b>Manica (2)</b> : (PA de Rotanda em Sussundenga e Vila de Espungabera em Mussorize)	
Vilas - sistemas solares: Cabo Delgado (4); Zambézia: (1) e Inhambane: (9)	
Alta tensão: Maputo e Matola, Chibata - Dondo	
Sub-estações: Maputo Província: (Marracuene) e Maputo C cidade (Recinto da antiga FACIM e Bairro da Malhangalene) e Sofala (Dondo - 100 MVA)	505,396 consumidores de Maputo e do Corredor da Beira
Manica: Vilas de Muôha (100 kW), Sembezeia (62kW) e Rotanda - Sussundenga (630 Kw)	10,400 pessoas
<b>Postos de Abastecimento de combustível (18)</b> : Provincias de Cabo Delgado (Muidumbe-sede), Niassa (Mueembe), Nampula (Ilha de Moçambique), Sofala (Muanza), Zambézia (Pebane-Nabui, Mulumbo, Maganja da Costa-Sede e Namarroí-Sede), Tete (Chifunde-Sede, Mutarara-Doa e Changara), Manica (Sussundenga-Rotanda e Macate), Inhambane (Govuro-Vila Franca do Save), Gaza (Chicalacuala-Sede, Guji-sede e Chibuto-Chaimite) e Maputo Província (Magude-Mapulangwenne)	125,900 pessoas a nível das provincias abrangidas
<b>Gás Natural para Veículos (2)</b> : Província de Maputo (Estrada Nacional 4 (EN4) e bairro da Machava)	Consumidores da Província de Maputo
Cabo Delgado (Pemba)	Operadores petrolíferos de Pemba e Palma

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS						
Objectivo Estratégico (ii): Melhorar e expandir a rede das estradas e pontes vitais para o desenvolvimento sócio-económico						
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
148	Reabilitar e Asfaltar Estradas Nacionais e Regionais	km de Estradas Reabilitadas e Asfaltadas	736	X	X	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)  Utentes da via  Ministério das Obras Públicas, habitação e Recursos Hídricos
						<p>Reabilitar Estradas Nacionais (100km): N14: Lichinga – Litunde e 7 pontes (36 km); N6: Beira – Machipanda (20 km); N4: Maputo - Ressano Garcia (44 km)</p> <p>Reabilitar Estradas Regionais (160km): Província de Maputo (5 km); Província de Tete (10 km); Zambézia (110 km) Província de Nampula (20 km), Niassa (10 km)</p> <p>Asfaltação de Estradas Nacionais (363km): N11: Alto Benfica – Milange (60 km); N13: Nampula – Cuamba (74 km); N14: Montepuez – Ruaça (60 km); N221: Camçado - Mapai (134 km); N260: Chimoió - Espungabera (15 km); N13: Cuamba – Muita (Início); N13: Muita – Massangulo (Início); N13: Massangulo - Lichinga (0 - Estudos); N13: Muita – Massangulo (Início); N13: Nampula - Nametil (0 - Estudos); N280/1: Tica - Buzi - Nova Sofala (Início); R 403; K.a Tembe- Belavista e N200: Boane - Ponta Douro (20 km)</p> <p>Asfaltação de Estradas Nacionais (363km): R443: Malehice - Manjacaze - Macuacua (10 km); R601: Estima - Maroeira (Início); R602: Mágoe - Mucumbura (25 km); R657: Magige - Etatara - Cuamba (50 km); R412: Magude - Motaze (10 km); R763: Namaua - Nangade (10 km); Chimoió - Quedas (3 km); R604: Mphulo- Tsangano (5 km)</p>

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (ii): Melhorar e expandir a rede das estradas e pontes vitais para o desenvolvimento sócio-económico									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
149	Conservar a Rede de Estradas Classificadas através da Manutenção de Rotina, Periódica e resposta as Emergências	km de Estradas Mantidas - Rotina	20000	X	X	Todas Províncias, Manutenção de Rotina Revestida: 6,000 km Manutenção de Rotina Não Revestida: 14,000 km	Utentes da via	MOPHRH	
149	Construir e conservar estradas municipais e distritais	km de Estradas Mantidas Periódica Asfáltadas	70	X	X	Mantenção Periódica Revestida: Província de Maputo (20 km); Província de Gaza- (10 km); Província de Inhambane (30 km); ; Província de Nampula (10)	Utentes da via	MOPHRH	
149	Construir e conservar estradas municipais e distritais	km de Estradas Mantidas Periódica Terraplanadas	200	X	X	Todas Províncias	Utentes da via	MOPHRH	
149	Construir e conservar estradas municipais e distritais	Resposta a Emergências	N/A			Reparação de Emergência	Utentes da via	MOPHRH	
149	Construir e conservar estradas municipais e distritais	km de Estradas Construídos e mantidos	1200	X	X	Construção da Estrada: Circular de Maputo; Cidade de Maputo e Província de Maputo, (Conclusão das pontes) Manutenção de Estradas Distritais (1000 km); Todas Províncias	Utentes da via	MOPHRH	
150	Realizar obras de melhoramentos localizados	km de estradas mantidos	1195	X	X	Mantenção de Estradas Municipais (200 km): Todo País: 200 km nos Municípios Maputo (200 km); Gaza (50 km); Inhambane (150 km); Soíala (70 km); Manica (50 km); Tete (75 km); Zambézia (150 km); Nampula (150 km); Cabo Delgado (100 km) e Niassa (200 km)	Utentes da via	MOPHRH	
151	Prosseguir com a construção, reabilitação e manutenção de pontes	Número de pontes construídas, reabilitadas e mantidas	38	X	X	Pontes construídas (28): Zambézia: (13): Rios Mutabasse, Muliquela, Maticasse, Lua, Ualasse, Licungo, Nivaco, Matsise, Namisagua, Nuhusse, Lúro, Muerua e chipaca Niassa: (2); Muassi, Namulimbua Maputo Cidade: (1): Ponte Maputo - Ka Tembe Soíala: (4); Sangadze I, Sangadze II, Pómpue e Macuca Tete: (1); Luia Manica: (5): Chigje Mangale, muita, Tszanzabue, Nhaclima e Nhancheche Cabo Delgado: (1): Locó Maputo Província: Marracuene sobre o rio Incomati Pontes reabilitadas (3): Inhambane: (2)- Rio Inharrime e Rio Save em Inhambane; Gaza: (1)- Rio Limpopo (Xai-Xai) Pontes Mantidas (7): Cabo Delgado (1), Ilha de Moçambique em Nampula, Armando guebuzza em Soíala/Zambézia, Rio lugela em Zambézia, Rio rovuma em Cabo Delgado) (Negomane), Samora Machel, Rio Incomate	Utentes das vias	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos	
151	Prosseguir com a construção da Ponte Maputo - KaTembe	Porcentagem de execução	12	X	X	Cidade de Maputo (KaTembe)	Utentes das vias	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos	

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS						
Objectivo Estratégico (ii): Melhorar e expandir a rede das estradas e pontes vitais para o desenvolvimento sócio-económico						
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
152	Realizar a manutenção e montagem de básculas	Número de básculas montadas e mantidas	15	X	X	M.Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
						Básculas Montadas (2): Tete (Estrada N7) e Cabo Delgado (Oasse) Básculas Mantidas (12): Cabo Delgado: 2 - Pemba, Sunate; Inhambane (2): Inharrime, Save; Gaza (1): Macia, Sofala (2) Inchope e Dondo; Tete: 2: Maué, Mussacama; Zambézia (1): Nicoadala; Nampula: (1): Nacala; Manica: (1): Vanduzi e Cidade de Maputo: (1): Zimpeto
153	Sinalizar Estradas	Km de Estradas Sinalizadas	739	X	X	M.Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
						Sinalização Vertical Lichinga - Metangula 107 Km; Sinalização Horizontal: R7633: Licole Unango (42Km); Sinalização horizontal : N1 Lindela- Pambara (256 Km) e sinalização vertical e horizontal de estradas em Inhambane (334 Km)
						Revisão da estratégia do sector de estradas, Elaboração do plano Director do Sector de Estradas, Inventário e recolha de dados para a Rede Classificada de estradas revalidadas; Revisão das Normas de Dimensionamento das Infraestruturas Rodoviárias, Análise e Descrição de Fundos e diagnóstico de Necessidade de Formação
154	Elaborar estudos e projectos de engenharia	Número de projectos elaborados	5	X	X	M.Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
						Pontes sobre os Rios: Monapo, Muarua e chipaca, Estradas N1: 3 de Fevereiro-Incolane; N1: Muxungue - Rio Save; N1 Gorongoza - Caia; N1: Inchope, Gorongosa; N1: Pambara - Rio Save; N104: Nampula - Nameiti; R702: Crz N304 (Ulongué)- Domué-Furancungo; N220: Chissano-Chibuto; N221: Chibuto-Guijá; Chokwé-Macarretane; Chokwé- Guijá
						Utentes das vias
						Utentes das vias
						Utentes das vias
						Utentes das vias

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (iii): Construir e expandir a capacidade das infra-estruturas de armazenamento de água e irrigação									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
155	Construir e reabilitar sistemas de regadio	Número de hectares (ha) construídos	485	X	X	Mulemane (12ha - Magude), Goane (5ha - Moamba), Ligongole (10ha - Moamba), Chitso (2ha - Inhassoro), Samora Machel (50ha - Búzi), Limane (120 ha- Mopeia), Chiverano (100ha - Mopeia), Muchue Yempondoro (74ha- Sussundenga), Rubudirro (56ha - Sussundenga), Piscina (56ha - Barué)	Utentes dos regadios nos locais abrangidos	M. Agricultura e Segurança Alimentar	
156	Construir estufas para produção intensiva de hortícolas	Número de hectares (ha) reabilitados Número de estufas construídas	900 5	X X	X X	Chokwè (200 ha) e Baixo Limpopo (600ha - Nhancutse e 100 ha -Zona 3 de Fevereiro) Niassa (1), Cabo Delgado: (1) e Maputo Província (3)	Utentes dos regadios nos locais abrangidos Produtores locais	M. Agricultura e Segurança Alimentar M. Agricultura e Segurança Alimentar	
PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (iv): Construir e expandir infra-estruturas de saneamento									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
157	Construir sistemas de drenagens de águas pluviais e residuais	Número de sistemas construídos	1		X	Sistema de drenagem da cidade de Maputo, bairros de Maxaquene e Polana Caniço (10%)	População em geral	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos	
158	Reabilitar sistemas de drenagens de águas pluviais e residuais	Número de sistemas reabilitados	4	X	X	Beira - rio Chiveve (20%), Drenagem da cidade da Beira (15%), Bairro Macurungo (10%), Maputo - Drenagem da cidade de Maputo e Obras de emergência (10%)	População em geral	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos	

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS										
Objectivo Estratégico (v): Garantir a gestão integrada de recursos hídricos										
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável		
				I Sem	II Sem					
159	Realizar estudos para a reabilitação e construção de obras hidráulicas	Número de estudos realizados	9	X	X	Obras hidráulicas: Manica (Nhacangara), Mapai - 10% (Gaza) e Macarretane (Gaza), Maputo (Corumana), Bacias hidrográficas (6): Zambeze (30%), Licungo (25%), Guia-Mutambe, Inhamitanga e Limpopo (30%)	Estado	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos		
160	Realizar obras de reabilitação e manutenção de diques de defesa	km de diques reabilitados	7	X	X	Licungo - Nante: 60% Barragem construída (1): Sofala: 1 (Gorongosa) Barragens reabilitadas (2): Gaza: 2 (Massingir - 60% e Macarretane) Barragem de Metuchira - início com nível de execução 30% Barragens mantidas (5): Nampula e Nacala, P. Libombos, Corumana, Massingir e Macarretane Reservatórios Escavados - 3: Sofala (Nhamatanda/Nharichonga) e Manica (Machaze/Bassane), Tete (Pacassa) Represas: 1 - Tete/Changara (Marara), Cabo Delgado (Nicanza - 50 %) Estações manuais (30): Regiões: Sul (6), Centro (6), Zambeze (6), Centro-Norte (6) e Norte (6) Estações telemétricas (4): Bacia do Rovuma Furos piezométricos (7): Regiões Sul (2), Centro (2) e Zambeze (2)	5,000 produtores	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos		
161	Realizar obras de construção, reabilitação e manutenção de barragens, represas e reservatórios escavados	Número de obras realizadas	12	X	X		População em geral	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos		
162	Construir redes de estações hidroclimatólogicas e piezométrica	Número de estações construídas	41	X			População em geral População em geral	M. Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos		

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (vii): Expandir a rede de infra-estruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
163	Prosseguir com a construção de infra-estruturas da Justiça	% de execução das obras	52,5		X	<p><b>Construção:</b> Maputo Cidade (Tribunal Superior de Recurso Sul); Maputo Província (Escola da Guarda Prisional da Moamba); Cidade da Beira (Tribunal Superior de Recurso Centro); Nampula (Palácio de Justiça Provincial); Manica (Palácio de Justiça Distrital de Guro)</p>	População das regiões Centro e Sul e da Cidade de Nampula	Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos	
164	Prosseguir com a reabilitação de infra-estruturas Penitenciárias	% de execução das obras	60		X	<p><b>Reabilitação:</b> Cidade de Maputo (Estabelecimento Preventivo de Maputo), Província de Maputo (1 Posto de saúde e 5 pavilhões do Estabelecimento Penitenciário Provincial, Estabelecimento Penitenciário Distrital de Magude, Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres, e Estabelecimento Penitenciário de Máxima Segurança)</p>	População reclusória da Província de Maputo	Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos	

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS						
Objectivo Estratégico (vi): Expandir a rede de infra-estruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional						
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)			
165	Construir, reabilitar e apetrechar instituições do Ensino Técnico-Profissional	Número de instituições construídas, reabilitadas e apetrechadas	15	X	X	M. Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional
166	Iniciar a construção de infra-estruturas culturais	Número de infra-estruturas iniciadas	3	X	X	
167	Concluir e apetrechar unidades hoteleiras turísticas (Kapulanas)	Número de unidades concluídas e apetrechadas	2	X	X	M. Cultura e Turismo
168	Iniciar a reabilitação da Rampa de Escravos na Ilha de Moçambique	Número de rampas com reabilitação iniciada	1	X	X	
169	Construir estabelecimentos da Polícia da República de Moçambique (PRM)	Número de estabelecimentos construídos	17	X	X	
170	Reabilitar Infra-estruturas da Polícia da República de Moçambique	Número de estabelecimentos reabilitados	3	X	X	

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (vii): Expandir a rede de infra-estruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
171	Construir Centros de Emprego (CE) e de formação profissional (CFP)	Número de centros constituídos	5	X	X	Centros de Emprego (2): Sofala - Buzi e Nhamatanda; Centros de Formação Profissional (3): Nampula (Malema: construção do segundo pavilhão oficial para formação em Mecânica), Manica (Chimoio: construção de um bloco de 3 oficinas) e Gaza (Xai-xai: construção do pavilhão para formação em Agro-processamento)	Candidatos ao emprego, formandos, empregadores e outros interessados	M. do Trabalho, Emprego e Segurança Social	
172	Apetrechar Centros de Emprego (CE) e de formação profissional (CFP)	Número de centros apetrechados	8	X	X	Centros de Emprego (2): Nampula (Malema), Manica (Chimoio) e Inhambane (Vilanculos) Centros de Formação Profissional (5): Maputo Cidade (2), Niassa (1) e Gaza (1)			
173	Concluir a construção de Centros de Saúde Tipo II	Número de Centros de Saúde concluídos	18	X	X	Nampula 5; Mossuni (1), Mecuburi (2), Nacarua (1), Muecate (1); Zambézia 5: Ile (1), Gilé (2), Gunué (1), Milange (1); Tete 6: Magué (1), Maravia (1), Moatize (1), Changara (1), Angonia (1) e Macanga (1); Gaza 1: Chokwé; e Cabo Delgado 1: Pamba	População da província e todos os distritos abrangidos	M. da Saúde	
174	Prosseguir com a construção de Hospitais	Número de Hospitais com a construção em curso	13	X	X	Niassa (1 Hospital distrital) e Cabo Delgado (3 Hospitais distritais) Zambézia (1 Hospital Central e 2 Hospital Distrital), Manica (1 Hospital Distrital), Gaza (2 Hospital Distrital), Nampula (1 Hospital Distrital), Tete (1 Hospital Distrital) e Inhambane (1 Hospital Distrital)			
175	Iniciar a construção do Instituto de Ciências de Maputo	Número de Institutos com a construção iniciada	1	X	X	Cidade de Maputo (Intulene)			
176	Concluir a reabilitação da Ginecologia e Obstetrícia do Hospital Central de Maputo - II fase	Número de hospitais com reabilitação concluída	1	X	X	Maputo (Hospital Central de Maputo)	Utentes dos serviços de saúde	M. da Saúde	
177	Iniciar a construção/ requalificação da Fase I dos Hospitais Provinciais e Gerais	Número de Hospitais requalificados e com a construção iniciada	3	X	X	Requalificação: Hospital Provincial de Lichinga Construção iniciada: Hospital Geral de Nampula e Hospital Provincial de Inhambane	População das cidades abrangidas e arredores		
178	Construir salas de aula para o Ensino Primário e Secundário	Número de salas de aula construídas	1 027	X	X	Ensino Primário (835); Niassa (52), Cabo Delgado (108), Nampula (129), Zambézia (204), Tete (57), Manica (27, Sofala (77), Inhambane (67), Gaza (57), Maputo (45) e Cidade de Maputo (12)	112,300 alunos	M. Educação e Desenvolvimento Humano	
179	Equipar as bibliotecas com livros escolares e materiais de aprendizagem para o Ensino Secundário do 1º (ESG1) e 2º (ESG2) Ciclos	Número de bibliotecas equipadas	120	X	X	Ensino Secundário (192): Niassa (16), Cabo Delgado (26), Nampula (10), Zambézia (24), Tete (26), Manica (10), Sofala (10), Inhambane (30), Gaza (30) e Maputo (10)	240,000 alunos do ESG1 e ESG2		

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (VII): Expandir a rede de infra-estruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
180	Constituição de infra-estruturas militares	Número de infra-estruturas construídas	16	X	X	Maputo (10); Gaza (1); Zambézia (1); Tete (2); Niassa (1) e Cabo Delgado (1)	Publico em Geral	M. Defesa	
181	Reabilitação de infra-estruturas Militares	Número de infra-estruturas reabilitadas	18	X	X	Maputo (10); Sofala (3); Tete (1); Nampula (1) Cabo Delgado (2) e Niassa (1)	Publico em Geral	M. Defesa	
182	Continuar com a construção do Centro de Empoderamento da Mulher	% de execução da obra	100	X	X	Maputo Província	Mulheres, utentes do Centro	M. Género, Criança e Acção Social	
183	Prosseguir a construção de Unidades Sociais	Número de unidades sociais em construção	6	X	X	Centro Infantil 1: Maputo Província (Matola) Infantários 2: Zambézia (Quelimane) e Gaza (Xai-Xai); Centros Abertos Apetrechados 3: Inhambane, Zambézia e Cabo Delgado -	Crianças, idosos e pessoas com deficiência	M. Género, Criança e Acção Social	
184	Reabilitar e apetrechar Unidades Sociais	Número de unidades sociais reabilitadas e apetrechadas	6	X	X	Centro Infantil 4: Niassa, Nampula, Gaza e Cidade de Maputo; Centros de Apoio a Velhice 2: Maputo Província e Inhambane	Crianças e idosos		
185	Construir infra-estruturas para os Órgãos Locais do Estado e Municípios	Número de Residências Oficiais dos Administradores de Distritos e edifícios dos municípios construídas e apetrechadas	22	X	X	<b>Distritos:</b> Chimoionia; Larde e Liúpo; Luabo, Mulevala, Mocubela, Mulumbo e Dere Marara e Doa; Macate e Vanduzi; <b>Municípios</b> da Vila de Boane, da Praia do Bileene; Quissico; Nhamatanda; Sussundenga; Nhamayábué; Maganja da Costa; Malema, Chiúre e Mandimba	Governos dos Distritos e Municípios abrangidos	M. Administração Estatal e Função Pública	
186	Dar continuidade à construção do campus universitário do Instituto Superior da Administração Pública (ISAP)	Percentagem de progresso das obras de construção	50% do bloco administrativo concluído	X	X	Maputo Província (Tchumene - Município da Matola)	Funcionários e estudantes do ISAP	M. Administração Estatal e Função Pública	
187	Prosseguir com a segunda fase de construção do Centro Regional de Recursos da Manga	Número de Empreendimentos construídos	5	X	X	Sofala (Manga): 1 Bloco de Serviço, 1 Posto de Saúde, 1 Sala de Aula, 1 Cozinha-Refeitório e 1 Centro Social	Jovens, Associações Juvenis	M. Juventude e Desportos	

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (vii): Expandir a rede de infra-estruturas sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
188	Construir pousadas e iniciar a primeira fase de construção de Centros Comunitários da Juventude	Número de pousadas e centros comunitários construídos	9	X	X	Pousadas (3): Lago Niassa (1), Rugoria (1) e Ilha de Moçambique (1) Centros Comunitários (6): Gaza (1), Sofala (1); Manica (1); Zambézia (1); Nampula (1); Cabo Delgado (1); Construção e apetrechamento (2): Cabo Delgado - Pavilhão Multiuso e Piscina Olímpica do Complexo Desportivo de Pemba Reabilitação (2): Manica - Piscina Olímpica e Centro de Excelência de Gondola; Apetrechamento (1): Maputo - Centro de Medicina Desportiva do Zimpeto	13 500	M. Juventude e Desportos	
189	Construir, reabilitar e apetrechar infra-estruturas desportivas	Número de infra-estruturas desportivas construídas, reabilitadas e apetrechadas	5	X	X	Maputo Província (1), Gaza (1), Inhambane (1) e Cabo Delgado (1)	Movimento Desportivo Nacional		
190	Iniciar a primeira fase de construção dos campos relvados e polivalentes nos Distritos	Número de campos construídos	4	X	X	Gaza - Xai-Xai (1), Zambézia - Quelimane (1) e Cabo Delgado - Pemba (1)			
191	Implantar Ginásios ao ar livre	Número de ginásios implantados	3	X	X		População das comunidades abrangidas	M. Juventude e Desportos	
PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (viii): Expandir e modernizar as infra-estruturas ferroviárias, pesqueiras de comunicações e de logística									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
192	Concluir a construção de infra-estruturas de acostagem	Número de infra-estruturas construídas	1		X	Niassa (Cóbué)	População de Cóbué	M. Transportes e Comunicação	
193	Concluir a expansão da capacidade da Linha de Sena	Elevada a capacidade da Linha de Sena de 6.5 MTPA para 20 MTPA	13.5 MTPA		X	Sofala	Utilizadores da Linha de Sena	M. Transportes e Comunicação	
194	Iniciar a construção do centro meteorológico da Beira	% de execução da obra	25	X	X	Sofala - Cidade da Beira: conclusão da betonagem da sapata e fixação de pilares	População em geral	M. Transportes e Comunicação	
195	Reabilitar a Pista do Aeroporto Internacional do Maputo	Km's de pista principal 05/23 reabilitados	2,7		X	Maputo	Aviação	M. Transportes e Comunicação	

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS									
Objectivo Estratégico (viii): Expandir e modernizar as infra-estruturas ferroviárias, pesqueiras de comunicações e de logística									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
196	Continuar a reabilitação e expansão do Porto de Nacala	% de reabilitação e expansão do Porto	25		X	Nampula (Nacala): Reabilitação do Cais norte, pavimentação do parque de contentores, montagem do sistema de combate contra incêndio e do sistema de mangas para o carregamento de combustível	Utentes do Porto	M. Transportes e Comunicação	
197	Continuar a reabilitação da linha férrea Cuamba - Lichinga	Km de linha reabilitada	212		X	Niassa	População Geral	M. Transportes e Comunicação	
198	Construir aquaparcos de pequena escala	Número de aquaparcos construídos	3	X	X	Maputo (1), Inhambane (1), e Niassa (1)	População em geral	M. Mar, Águas Interiores e Pescas	
199	Construir unidades de produção de alevinos e ração	Número de unidades construídas	2	X	X	Zambézia (1) e Niassa (1)	População em geral		
200	Construir e operacionalizar o Centro de Pesquisa em Aquacultura	Número de Centros de pesquisa construídos e operacionalizados	1	X	X	Gaza	População em geral	M. Mar, Águas Interiores e Pescas	
201	Construir e operacionalizar mercados de peixe e de primeira venda	Número de mercados construídos e operacionalizados	22	X		Mercado construído: Maputo (1) Mercados operacionalizados: (21) - Niassa -1; Cabo Delgado -2; Nampula -9; Zambézia -2; Tete -1; Manica -1, Sofala -1; Inhambane -1; Gaza -1; Maputo Província -1;	Utentes dos mercados das províncias abrangidas	M. Mar, Águas Interiores e Pescas	
202	Reabilitar o Porto de Pesca da Beira	Número de portos reabilitados	1	X	X	Sofala - Cidade da Beira (1)	Utentes do Porto de Pesca da Beira	M. Mar, Águas Interiores e Pescas	

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS										
Objectivo Estratégico (viii): Expandir e modernizar as infra-estruturas ferro-portuárias, pesqueiras, de comunicações e de logística										
Nº de Ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Responsável		
				I Sem	II Sem					
203	Construir Centros Emissores e Centros de Produção de rádio e televisão	Número de Centros construídos	6	X	X	Construção (6): 2 - Manica e Tete (apetrechados); Zambézia (Centro padronizado), Cabo Delgado (Centro emissor); Niassa e Tete (Centros emissores para repetidoras)	População das províncias abrangidas	Gabinete de Informação		
204	Reabilitar Centros Emissores e de produção de rádio e televisão	Número de centros reabilitados	5	X	X	Reabilitação (5): Gaza (1), Inhambane (3) e Nampula (1)				
205	Implantar Centros Distritais do Desenvolvimento Empresarial	Número de Centros implantados	2		X	Sofala (Caia) e Zambézia (Mocuba)	Empreendedores, Pequenas e Médias Empresas, associações de produtores	M. Indústria e Comércio		
206	Concluir a construção de complexos de silos	Número de silos e armazéns concluídos	12	X	X	10 silos e 2 armazéns: Tete e Zambézia	Produtores agrícolas e agentes económicos			

## 5.5. ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE						
Objectivo Estratégico (i): Aprimorar o planeamento e ordenamento territorial e fortalecer a monitoria, fiscalização e responsabilização na elaboração e implementação dos planos						
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
Localização		Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)				
207	Prestar assistência técnica na elaboração de Planos de Estrutura Urbana (PEUs)	Número de Planos de Estrutura elaborados	6	X	X	M. da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
208	Elaborar Planos Provinciais de Desenvolvimento Territorial (PPDTs)	Número de Planos elaborados	2	X	X	M. da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
209	Criar novas centralidades de apoio à produção na comunidade no âmbito do "Projecto Estrela"	Número de centralidades criadas	5	X	X	M. da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
210	Regularizar a terra dos ocupantes de boa fé	Famílias com o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra	500 000	X	X	M. da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
211	Ordenar Zonas de Interesse Turístico	Numero de Zonas Ordenadas	2	X	X	M. da Cultura e Turismo

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE									
Objectivo Estratégico (ii): Garantir a integração da Economia Verde-Azul e da agenda de crescimento verde nas prioridades nacionais de desenvolvimento, assegurando a conservação de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais									
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
212	Operacionalizar e Estratégia de Reforestamento	Estratégia de Reforestamento Implementada	1	X	X	Todo País	Toda Sociedade	M. da Agricultura e Segurança Alimentar	
213	Realizar o mapeamento e inventários florestais operativos na escala de 1:250.000	Mapa de Cobertura Florestal na Escala de 1:250.000 elaborado	1	X	X	Tete, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa	Estado e Investidores	M. da Agricultura e Segurança Alimentar	
214	Realizar a prospeção e pesquisa de hidrocarbonetos nas bacias sedimentares do Rovuma e Moçambique	Número propostas avaliadas e decididas em função da viabilidade	15	X	X	Bacia do Rovuma e Bacia de Moçambique	Estado e Investidores	M. dos Recursos Minerais e Energia	
215	Produzir e fornecer fogões melhorados	Número de fogões produzidos e distribuídos	1 500	X	X	Províncias de Manica (650); Inhambane (Govuro-Nasso, Balata e Km 18, Inhassoro (500) e Gaza (350)	7,500 pessoas	M. dos Recursos Minerais e Energia	
215	Elaborar planos de eliminação de lixeiras a nível das capitais provinciais	Número de Planos elaborados	5	x		Maputo, Matola, Quelimane, Nampula e Pemba	Municipes das cidades abrangidas	M. da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural	
217	Elaborar programa de substituição de sacos plásticos por cestos ecológicos	Programa elaborado	1	x		Maputo	Toda sociedade	M. da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural	
218	Elaborar projectos de biodigestores para a produção de energia a partir de excrementos de gado	Número de Projectos elaborados	4	x		Maputo ( Instituto Agrário de Boane, Cadeia Central da Machava), Gaza (Cadeia de Mabalane), Nampula (Centro de Reclusão de Nampula)	Comunidades abrangidas	M. da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural	
219	Repôr a fauna bravia nos parques e reservas	Número de animais repostos	200	x		Reserva Especial de Maputo e Parque Nacional da Gorongosa	Turistas, investigadores e população em geral	M. da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural	

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE										
Objectivo Estratégico (iii): Reforçar a capacidade de avaliação e monitoria da qualidade ambiental, em especial nas áreas de implementação de projectos de desenvolvimento										
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável		
				I Sem	II Sem					
220	Instalar e operacionalizar o Sistema de Informação de Gestão de Florestas e Fauna Bravia (SISFLOF)	Sistema instalado e operacional	1	X	X	Maputo, Sofala e Manica	População em geral	M. da Agricultura e Segurança Alimentar		
221	Realizar a fiscalização da pesca ao longo da costa e na Zona Económica Exclusiva (ZEE)	Número total de dias de patrulha em águas interiores e marítimas e de embarcações visualizadas no sistema de monitorização de embarcações de pesca	150 dias e 207 embarcações	X	X	Patrulhas ao longo da costa moçambicana, na ZEE e Províncias de Maputo; Niassa; Tete e Manica e embarcações visualizadas nas áreas jurisdicionais de Moçambique	Operadores da pesca e População em geral	M. do Mar, Águas Interiores e Pesca		
222	Implementar medidas de gestão das Pescarias	Número de missões de monitorias	7	X	X	Albufeira de Cahora Bassa (3) e ao longo da costa moçambicana (4)	Operadores das pesca e População em geral	M. do Mar, Águas Interiores e Pesca		
223	Realizar estudos e avaliação de recursos pesqueiros	Número de estudos e avaliação de recurso pesqueiros realizados	10	X	X	Toda a costa moçambicana: Estudos (5); potencial de peixes (3); Cetálopede (1); Caranguejo (1); Avaliações (5): Camarão (2); Kapenta (1); Gamba (1) e Peixe (1)	Operadores das pesca e População em geral	M. do Mar, Águas Interiores e Pesca		
224	Realizar a avaliação e controlo de resíduos de drogas veterinárias e contaminantes ambientais na pesca e aquacultura	Número de amostras recolhidas	1 202	X	X	Na Pesca: Cabo Delgado (2), Nampula (2), Zambézia (2), Tete (2), Sofala (2), Inhambane (2) Na Aquacultura: Cabo Delgado (170), Nampula (180), Zambézia (225), Sofala (160), Inhambane (130), Gaza (100), Maputo (225)	Armadores e população em geral	M. do Mar, Águas Interiores e Pesca		
225	Sensibilizar operadores mineiros artesanais de pequena escala em técnicas de mineração ambientalmente sãs	Número de operadores sensibilizados	100	X	X	Províncias de Nampula e Zambézia	Operadores mineiros artesanais de pequena escala	M. dos Recursos Minerais e Energia		

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE										
Objectivo Estratégico (iv): Promover estudos e investigação visando a redução do risco de calamidades e adaptação às mudanças climáticas										
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável		
				I Sem	II Sem					
226	Realizar o mapeamento de falhas activas e investigação paleosismológica ao longo do Rift da África Oriental	Carta Geológica do Sul do Save até ao Paralelo 24 elaborada	1	X	X	Provincias de Sofala (Chibabava); Manica (Machaze); Inhambane (Mabote); e Gaza (Massangena)	Governo, investidores, comunidade científica e comunidade local	M. dos Recursos Minerais e Energia		
227	Mapear locais com materiais radioactivos ao nível nacional	Número de locais identificados	10	X	X	Todas as Provincias	Nacional	M. dos Recursos Minerais e Energia		
228	Identificar e mapear as zonas críticas de erosão no País	Número de provincias mapeadas	3	X	X	Nampula e Cabo Delgado e Niassa	Comunidades abrangidas	M. da Terra, Ambiente e desenvolvimento Rural		

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE							
Objectivo Estratégico (V): Reduzir a vulnerabilidade das comunidades, da economia e infraestruturas aos riscos climáticos e às calamidades naturais e antropogénicas							
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Responsável
				I Sem	II Sem		
229	Integrar a Gestão do Risco de Calamidades (GRC) nos Planos locais e sectoriais	Quadro de indicadores de GRC elaborado	1		X	Mepulo	Instituições do Estado e Parceiros de Desenvolvimento M. da Administração Estatal e Função Pública
230	Capacitar membros dos Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades e líderes locais sobre gestão do risco de calamidades e adaptação às mudanças climáticas	Número de membros de comités e líderes locais capacitados	2, 634		X	Todo País	Comunidades nas áreas de risco de calamidades M. da Administração Estatal e Função Pública
231	Realizar simulações de resposta a calamidades	Número de comunidades abrangidas por província	6		X	Gaza, Inhambane, Sofala, Zambézia, Tete, Manica, Niassa, Nampula e Cabo Delgado	54 comunidades nas áreas de risco de calamidades M. da Administração Estatal e Função Pública
232	Modernizar e instalar estações automáticas de análise e previsão de tempo	Número de estações modernizadas e instaladas	3		X	Mocimboa da Praia, Montepuez e Pebane	Aviação e população em geral M. dos Transportes e Comunicações
233	Construir casas definitivas nos Bairros de Reassentamento	Numero de casas construídas	150		X	Zambézia (60), Tete (40) e Niassa (50)	150 famílias M. da Administração Estatal e Função Pública

**PILARES DE SUPORTE DO PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO**

**5.6. CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO**

PILAR I: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO						
Objectivos Estratégicos (i): Melhorar a prestação de serviços públicos e reforçar a integridade da Administração Pública						
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
234	Elaborar e submeter à aprovação, os instrumentos legais da área de Defesa Nacional	Número de instrumentos legais elaborados	4 (Lei de Programação Militar; Lei da Mobilização e Requisição; Lei que Cria a Autoridade Marítima; e Revisão da Lei do Serviço Cívico de Moçambique )	X	X	M. da Defesa Nacional
235	Realizar a Reunião Nacional das Assembleias Provinciais e dos Governos Locais	Número de reuniões realizadas	2	X	X	M. da Administração Estatal e Função Pública
236	Partilhar Boas Práticas na Administração Pública	Número de funcionários envolvidos	500	X		M. da Administração Estatal e Função Pública
237	Rever o Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado e aprovar o Decreto sobre as Normas e Critérios de Estruturação dos Ministérios	Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado revisito e Decreto aprovado	2	X	X	M. da Administração Estatal e Função Pública
238	Realizar inspeção às instituições dos órgãos Centrais e Locais da Administração Pública	Número de órgãos inspeccionados	6 Instituições de órgãos centrais, 36 Instituições de Órgãos Locais do Estado e 23 Municípios	X	X	M. da Administração Estatal e Função Pública

PILAR I: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO								
Objectivos Estratégicos (1): Melhorar a prestação de serviços públicos e reforçar a integridade da Administração Pública								
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização		
				I Sem	II Sem			
						Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)		
						Responsável		
239	Capacitar gestores de escolas em matérias de liderança e gestão	Número de gestores capacitados	3 000	X	X	Todo o País	1,050,000 alunos	M. da Educação e Desenvolvimento Humano
240	Expandir o Sistema de Informação, Monitoria e Avaliação (SISMA) em Saúde ao nível provincial	Número de Províncias com SISMA implementado	10	X	X	Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambezia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo Província	Serviço Nacional de Saúde	M. da Saúde
241	Expandir a Rede Electrónica do Governo para os Distritos	Número de novos distritos ligados ao GovNet	15		X	Muenbe, Ngauma (Niassa); Ibo, Palma e Mocimboa da Praia (Cabo Delgado); Ilha de Moçambique, Mongicual e Lardé (Nampula); Mopeia, Chinde (Zambezia); Angónia, Tsangano, Doa (Tete); Tambara e Catandica (Manica).	Cidadão e o público em geral	M. de Ciência e Tecnologia Ensino Superior, Técnico-Profissional
242	Formar funcionários, Agentes do Estado e jovens na utilização das TICs	Número de funcionários, agentes do Estado e jovens formados em TICs	15 000	X	X	Todas as províncias	Funcionários e agentes do Estado	M. de Ciência e Tecnologia Ensino Superior, Técnico-Profissional
243	Ligar novas Instituições de Ensino Superior à Rede Moçambicana de Instituições de Ensino Superior e Pesquisa (MoRENet)	Número de novas instituições ligadas a MoRENet	10		X	Nampula (2), Tete (1), Sofala (2), Inhambane (1), Cidade de Maputo (4)	Instituições de Ensino Superior	M. de Ciência e Tecnologia Ensino Superior, Técnico-Profissional
244	Elaborar e aprovar o Regulamento sobre a lei das Transacções Electrónicas	Número de regulamentos aprovados	1		X	Maputo Cidade	Público em geral	M. de Ciência e Tecnologia Ensino Superior, Técnico-Profissional

PILAR I: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO						
Objectivos Estratégicos (I): Melhorar a prestação de serviços públicos e reforçar a integridade da Administração Pública						
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Períodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
245	Elaborar e aprovar o regulamento sobre a acessibilidade aos Centros de Dados do Governo	Número de regulamentos aprovados	1		X	M. de Ciência e Tecnologia Ensino Superior, Técnico- Profissional
246	Operacionalizar a rede de Sistema de Informação Artístico Cultural (SIC)	Número de províncias abrangidas pela rede do sistema de informação artístico-cultural	3	X	X	M. da Cultura e Turismo
247	Implementar o Sistema de Licenciamento Electrónico do Turismo	Licenciamento electrónico implementado	1	X	X	M. da Cultura e Turismo

PILAR I: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivos Estratégicos (ii): Melhorar o ambiente de negócios									
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
248	Elaborar, rever e divulgar a legislação inerente ao sector da indústria e comércio	Número de Normas e Especificações Técnicas aprovadas	125	X	X	Todo o País	Agentes económicos e público em geral	M. da Indústria e Comércio	
		Número de Política e Estratégia Industrial revista e divulgada (CVI)	1	X	X	Todo o País	Indústria transformadora e Operadores económicos nacionais e estrangeiros	M. da Indústria e Comércio	
		Número de Códigos de Propriedade Industrial revistos e aprovados (CM)	1	X	X	Todo o País	Agentes económicos e público em geral	M. da Indústria e Comércio	
		Número de Estratégias das PME's aprovadas	1	X	X	Todo o País	Agentes económicos e público em geral	M. da Indústria e Comércio	
249	Reduzir o tempo para o licenciamento das actividades económicas	Número de BAU's integrados na plataforma (e-Bau's)	7	X	X	Maputo Província, Gaza, Inhambane, Sofala, Tete, Nampula e Cabo Delgado	Empresas e público em geral	M. da Indústria e Comércio	
		Número de dias para o licenciamento	10	X	X	Todo o País	Empresas e público em geral	M. da Indústria e Comércio	
250	Conformar o exercício das actividades económicas com a legislação específica	Número de Autoridades de Concorrência operacionalizadas	1	X	X	Todo o País	Agentes económicos e público em geral	M. da Indústria e Comércio	
		Número de Inspeções e fiscalizações realizadas	20 000	X	X	Todo o País	Agentes económicos e público em geral	M. da Indústria e Comércio	
251	Realizar campanha de comunicação e marketing de produtos e serviços nacionais	24 Programas televisivos, 48 programas de rádio, 4 edições da revista <i>Made in Mozambique</i> e 10 painéis luminosos		X	X	Todo o País	Empresas detentoras do Selo <i>Made in Mozambique</i>	M. da Indústria e Comércio	
		Número de espaços de antena criados para divulgação		X	X	Todo o País	Empresas detentoras do Selo <i>Made in Mozambique</i>	M. da Indústria e Comércio	
PILAR I: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivos Estratégicos (ii): Melhorar o ambiente de negócios									
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
252	Informatizar o Sistema dos Registos e Notariado	Número de instituições ligadas ao sistema de Registo Predial	4	X	X	Maputo Cidade e Matola			
		Número de instituições ligadas ao sistema de Registo Criminal	11	X	X	Cidades de Maputo, Matola, Xai-Xai, Inhambane, Beira, Chimoino, Tete, Quelimane, Nampula, Pemba e Lichinga			
		Número de instituições ligadas ao sistema de Entidades Legais	10 (6 BAUs e 4 Conservatórias)	X	X	Xai-Xai, Inhambane (Cidade de Inhambane e Maxixe), Manica (Chimoio e Manica), Zambézia (Quelimane e Mocuba), Nampula (Nacala Porto), Cabo Delgado (Pemba) e Niassa (Lichinga)	Cidadão e público em Geral	M. Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos	

PILAR I: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivos Estratégicos (iii): Prosseguir a reforma e capacitação dos órgãos locais do Estado, autarquias locais e Assembleias provinciais									
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
253	Capacitar quadros e lideranças centrais, locais do Estado (OLEs) e das Autarquias	Número de quadros e lideranças locais capacitados	2 108	x	x	Todas as Províncias	2 108 quadros e lideranças sendo 2 008 do nível local e 100 de nível central	M. de Administração Estatal e Função Pública	
253	Capacitar os membros dos Conselhos Consultivos Locais (CCLs)	Número de membros dos CCLs capacitados	900	x	x	Todas as Províncias	Membros dos Conselhos Consultivos Locais	M. de Administração Estatal e Função Pública	
255	Formar Técnicos Profissionais em Administração Pública (nível básico, médio e superior)	Número de funcionários do Estado graduados	1 830	X	X	Nível nacional	Funcionários do Estado e população em geral	M. da Administração Estatal e Função Pública	
256	Formar e capacitar funcionários e agentes do Estado e Comissões de Avaliação de Documentos a nível nacional, no âmbito da implementação SNAE	Número de funcionários e agentes do Estado e de comissões de avaliação formados	4 743	X	X	Nível nacional	4 300 Funcionários e agentes do Estado e 443 Comissões de Avaliação de Documentos	M. da Administração Estatal e Função Pública	
PILAR I: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivos Estratégicos (iv): Assegurar uma Justiça ao alcance de todos, mais próxima e mais justa, com enfoque na efectividade dos direitos, deveres e liberdades fundamentais dos cidadãos									
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
257	Aumentar a eficiência e celeridade na dedução da acusação e redução da pendência processual	Aumento do número de casos julgados por ano	5%		X	Nível Nacional	Cidadãos e Público em geral	M. Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos	
258	Prestar assistência jurídica e patrocínio judiciário aos cidadãos economicamente carenciados	Número de Distritos cobertos pelo IPAJ	149	x	X	Nível Nacional	População carenciada	M. Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos	
		Número de cidadãos carenciados assistidos pelo Estado	163 725	X	X	Nível Nacional	População carenciada	M. Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos	
258	Realizar o registo de crianças durante a Semana Nacional de Saúde	Número de crianças registadas	500 000	X	X	Todas as Províncias	Crianças dos 0 aos 5 anos	M. Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos	

PILAR I: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivos Estratégicos (iv): Assegurar uma Justiça ao alcance de todos, mais próxima e mais justa, com enfoque na efectividade dos direitos, deveres e liberdades fundamentais dos cidadãos									
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
259	Divulgar a legislação como forma de elevar a cultura jurídica dos cidadãos	Número de palestras realizadas	36 (11 MINJACR e 25 PGR)	X	X	Todo País	População em geral	M. Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos	
		Número de campanhas realizadas	70	X	X	Todo País			
		Número de Jornadas realizadas	2	X	X	Todo o País			
		Número de folhetos e panfletos informativos produzidos e distribuídos	2 000	X	X	Todo País			
PILAR I: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivos Estratégicos (v): Prosseguir o combate à corrupção, o reforço da prevenção e combate a todo tipo de crimes, emissão de documentos de identificação, controlo do movimento migratório e salvação pública									
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
260	Implementar as medidas de prevenção e repressão de actos de corrupção	Número de casos de corrupção Denunciados e Acusados	Estatísticas publicadas		X	Nível Nacional	População em geral	M. Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos	
		Número de Processos relativos a legalidade dos Actos e Contratos fiscalizados	28 900	X	X	Todo o país			
		Número de Auditorias aos órgãos do Estado realizadas	400	X	X	Território Nacional e Embaixadas Moçambicanas			
		Número de Contas Públicas de Gerência apreciadas	600	X	X	Maputo			

PILAR I: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivos Estratégicos (v): Prosseguir o combate à corrupção, o reforço da prevenção e combate a todo tipo de crimes, emissão de documentos de identificação, controlo do movimento migratório e salvação pública									
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
261	Reforçar a ligação Polícia- Comunidade	Número de reuniões realizadas	8 465	X	X	Todo o País	População em geral	M. do Interior	
262	Produzir documentos de identificação com características biométricas	% de BI's produzidos em relação aos solicitados	85	X	X	Todo o País	Cidadãos nacionais e estrangeiros	M. do Interior	
263	Produzir documentos de residência para estrangeiros	% de DIREs produzidos em relação aos solicitados	100	X	X	Todo o País	Imigrantes estrangeiros	M. do Interior	
264	Emitir vistos de fronteira	% de vistos emitidos em relação aos solicitados	100	X	X	Todo o País	Imigrantes estrangeiros	M. do Interior	
265	Informatar postos de travessia	Número de postos inbrmatizados	6	X	X	Nampula (Posto de travessia de Nacala Porto); Tele (Aeroporto de Chingodze, posto de travessia de Kuchamano e Zimbo); Manica (Posto de travessia de Machipanda); Sofala (Posto de travessia de Aeroporto)	Todos os usuários nacionais e estrangeiros	M. do Interior	
266	Realizar cursos básicos e especialização para Bombeiros	Número de cursos básicos e de especialização realizados	3	X	X	Maputo Província (2), Zambézia (1)	População em geral	M. do Interior	
267	Responder às solicitações em casos de acidentes de viação, atagamentos e incêndios	% de resposta em relação às solicitações	100	X	X	Todas as Províncias	População em geral	M. do Interior	
PILAR I: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO									
Objectivos Estratégicos (vi): Assegurar serviços de comunicação social e informação de qualidade									
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
268	Aprovar o Regulamento das Rádios Comunitárias e a Política de Comunicação da lei para o Desenvolvimento	Número de regulamentos de Lei e política aprovados	2 (1 Regulamento de Lei e 1 Política)	x	x	Maputo	População em geral	Gabinete de Informação	
269	Produzir e divulgar o Jornal "O Campo" e vídeos informativos e educativos através de Programa Televisivo "Canal Zero"	Número de Edições e Programas Divulgados	60	X	X	Todo país	30,000 Leitores e 30% população ao nível nacional	Gabinete de Informação	
270	Realizar sessões de Mobilização e Sensibilização Social no âmbito de IEC, priorizando as Comunidades Rurais e produzir e difundir o Programa radiofónico	Número de sessões de mobilização e sensibilização realizadas	280	X	X	Todo país	1,000,000 pessoas abrangidas	Gabinete de Informação	
		Número de programas produzidos	240	X	X	Todo país	70% da população abrangida ao nível nacional	Gabinete de Informação	

## 5.7. PROMOVER UM AMBIENTE MACRO-ECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL

PILAR II: PROMOVER UM AMBIENTE MACRO-ECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL						
Objectivo Estratégico (I): Aumentar a arrecadação das receitas do Estado, assegurar a afectação criteriosa dos recursos, reduzir o défice orçamental e adequar a gestão da previdência social dos funcionários e agentes do Estado						
N.º de Ordem	Acção	Indicador do Produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
271	Criar postos fiscais e de cobrança de impostos	Número de Postos fiscais e de Cobrança Criados	7	X	X	M. da Economia e Finanças Contribuintes e o população em geral
272	Consolidar o uso do sistema e-Tributação na Gestão Tributária	% de Contribuintes actualizados e a pagar imposto através do e-Tributação	100 (Contribuintes Pagantes de IVA) e 80 (Contribuintes Pagantes de ISPC)	X	X	M. da Economia e Finanças Contribuintes do IVA e do ISPC, e população em geral
273	Alargar a Base Tributária	Incremento (em %) anual mínimo da receita	25	X	X	M. da Economia e Finanças Cidadãos e público em geral
274	Orientar a alocação e execução de recursos públicos para as áreas prioritárias do desenvolvimento	% de recursos do OE para as áreas prioritárias, excluindo juros da dívida e operações financeiras	>60	X	X	M. da Economia e Finanças Cidadãos e público em geral
275	Orientar a alocação e execução de despesas para os investimentos públicos	% de recursos do OE para o investimento interno	>18	X	X	M. da Economia e Finanças Cidadãos e público em geral
276	Gerir os níveis de défice orçamental	% do défice antes de donativos em relação ao PIB	<17	X	X	M. da Economia e Finanças Cidadãos e público em geral
277	Dotar o sistema de previdência social de meios financeiros que assegurem a sua sustentabilidade	Nível de arrecadação de receitas para o sistema (Contribuição dos funcionários+Contribuição do Estado)	7% da contribuição dos salários dos funcionários; 7% da contribuição do Estado; Reserva de 28% da receita total	X	X	M. da Economia e Finanças Funcionários e agentes do Estado e seus herdeiros

PILAR II: PROMOVER UM AMBIENTE MACRO-ECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL									
Objectivo Estratégico (II): Formular políticas e estratégias nacionais, sectoriais e territoriais integradas									
N.º de Ordem	Acção	Indicador do Produto	Meta física	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
278	Realizar Censos e outros Inquéritos	Número de Censos e Inquéritos realizados	3 (1 Censo Populacional Pilob, 1 Censo de Empresas (CEMPRE); e 1 Inquérito aos Orçamentos Familiares)	X	X	Nacional	Estado e População em geral	Instituto Nacional de Estatística	
PILAR II: PROMOVER UM AMBIENTE MACRO-ECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL									
Objectivo Estratégico (V): Promover o crescimento sólido e estável do mercado de seguros e da Bolsa de Valores									
N.º de Ordem	Acção	Indicador do Produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
279	Avaliar a situação financeira e a solvência global das seguradoras e entidades gestoras de fundos de pensões	Taxa de penetração de seguros na economia (contributo do seguro na economia)	1,7%	X	X	Nível Nacional	Instituto Nacional de Supervisão de Seguros de Moçambique, Intervenientes e Público em geral	M. da Economia e Finanças	
280	Capitar Empresas para o Mercado das Cotações Oficiais	Capitalização bolsista em % do PIB	0,2 (1 Empresa captada)	X	X	Nível Nacional	Empresas cotadas na Bolsa de Valores	M. da Economia e Finanças	
281	Admitir PME's para o segundo mercado	Número de Empresas Captadas	1	X	X	Nível Nacional e Internacional	Estado, Empresas e Particulares	M. da Economia e Finanças	
282	Admitir a cotação Obrigações de Tesouro	Número de Emissões admitidas à Cotação	5	X	X	Nível Nacional	Estado, Empresas e Particulares	M. da Economia e Finanças	

## 5.8. REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

PILAR III: REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL						
Objectivos Estratégicos (I): Consolidar, aprofundar e expandir a Cooperação Bilateral						
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Responsável
				I Sem	II Sem	
Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)		Localização				
283	Receber visitas de Chefes de Estado e/ou de Governos, Ministros dos Negócios Estrangeiros, Representantes de Organizações Internacionais, Organismos Regionais/Continentais e outras Altes Individualidades Estrangeiras	Número de visitas recebidas	17	X	X	M. dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
284	Participar em Cimeiras, Conferências e Reuniões Estatutárias de carácter Bilateral, Multilateral, e Integração Regional e Continental	Número de participações em eventos internacionais	18	X	X	M. dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
285	Participar em Conferências Ministeriais (CM), Diálogos Políticos (DP), Consultas Políticas (CP), Reuniões Técnicas (RT) e outras	Número de participações em eventos	111	X	X	M. dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
286	Garantir a protecção legal, assistência humanitária e apoio aos Requerentes de Asilo e Refugiados (RAR's) no país	Número de RAR's assistidos	15 113	X	X	M. dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

PILAR III- REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL									
Objectivos Estratégicos (II): Impulsionar a Integração Regional e Continental									
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
287	Abriu Gabinetes de Adidos	Número de gabinetes abertos	3	X	X	Brasil, Suazilândia e Vietname	Estado Moçambicano	M. da Defesa Nacional	
288	Preparar a posição do País e participar nas negociações comerciais regionais e internacionais	Número de posições aprovadas	1	X	X	Zimbábue ou Lesotho	Agentes Económicos	M. da Indústria e Comércio	
289	Participar nos processos de negociação para a liberalização de serviços na região da SADC	Número de sub-setores liberalizados	2 (Hotelaria e Seguros)	X	X	África do Sul e Botswana	Agentes Económicos	M. da Indústria e Comércio	
290	Preparar ofertas e participar no processo de liberalização no contexto das negociações "Tripartida" SADC, COMESA e EAC	Número de ofertas aprovadas	1	X	X	Zimbábue, Lesotho e Malawi	Agentes Económicos	M. da Indústria e Comércio	
291	Participar na elaboração do texto para assinatura do Acordo de Parceria Económica entre SADC/APE e União Europeia/OE	Texto do Acordo concluído e pronto para assinatura	1	X	X	Bélgica ou Botswana	Agentes Económicos	M. da Indústria e Comércio	
PILAR III- REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL									
Objectivos Estratégicos (II): Impulsionar a Integração Regional e Continental									
Nº de ordem	Acção	Indicador de produto	Meta	Periodicidade		Localização	Beneficiários (Desagregado por sexo quando aplicável)	Responsável	
				I Sem	II Sem				
292	Realizar a Mostra Nacional e a Bienal de Jovens criadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	Número de jovens artistas envolvidos	300		X	Maputo, Província (Matola) e Cidade de Maputo	300 Jovens artistas	M. da Juventude e Desportos	
293	Participar nos XI Jogos Africanos 2015	Número de Atletas envolvidos	50		X	Congo Brazzaville-2015	Atletas das Seleções Nacionais	M. da Juventude e Desportos	

Preço — 122,50 MT